

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS**

Karla Fernanda Fonseca Corrêa Avanço

**ENTRE EFEITOS E ESTRATÉGIAS DE LINGUAGEM NUMA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO SITUADO: BLOGUEIRAS FEMINISTAS (RE)PENSANDO
CONCEPÇÕES E CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS**

**Goiânia - GO
2013**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação


Nome completo do autor: Karla Fernanda Fonseca Corrêa Avanço

Título do trabalho: Entre Efeitos e Estratégias de Linguagem numa Produção de Conhecimento
Situado: Blogueiras Feministas (Re)Pensando Concepções e Construindo Novas Práticas

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 12 / 05 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Karla Fernanda Fonseca Corrêa Avanço

**ENTRE EFEITOS E ESTRATÉGIAS DE LINGUAGEM NUMA PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO SITUADO: BLOGUEIRAS FEMINISTAS
(RE)PENSANDO CONCEPÇÕES E CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Letras e Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Joana Plaza Pinto

**Goiânia – GO
2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Avanço, Karla Fernanda Fonseca Corrêa
Entre efeitos e estratégias de linguagem numa produção de conhecimento situado: Blogueiras Feministas (re)pensando concepções e construindo novas práticas [manuscrito] / Karla Fernanda Fonseca Corrêa Avanço. - 2013.
CLVIII, 158 f.

Orientador: Profa. Dra. Joana Plaza Pinto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2013.
Bibliografia.

1. concepções de linguagem. 2. conhecimento situado. 3. feminismo. 4. ciência. 5. linguística. I. Pinto, Joana Plaza, orient. II. Título.

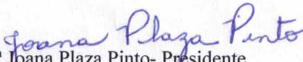
CDU 81

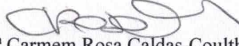


ATA Nº 05/2013

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA TESE DE DOUTORADO
DA ALUNA KARLA FERNANDA FONSECA CORRÊA AVANÇO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, a partir das nove horas e trinta minutos, na sala trinta e três da Faculdade de Letras Universidade Federal de Goiás, nesta capital, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese de Doutorado intitulada “**Entre efeitos e estratégias de linguagem numa produção de conhecimento situado: Blogueiras Feministas (re)pensando concepções e construindo novas práticas**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Joana Plaza Pinto, com a participação dos demais Membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Carmem Rosa Caldas-Coulthard (Universidade Federal de Santa Catarina), Eliane Gonçalves (Pós-Graduação em Sociologia/UFG) , Kátia Menezes de Sousa (Faculdade de Letras/UFG) e Maria do Socorro Pimentel da Silva (Faculdade de Letras/UFG) . A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Joana Plaza Pinto, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora e visada pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Goiânia, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.


Profª Drª Joana Plaza Pinto- Presidente


Profª Drª Carmem Rosa Caldas-Coulthard


Profª Drª Eliane Gonçalves


Profª Drª Kátia Menezes de Sousa


Profª Drª Maria do Socorro Pimentel da Silva

Visto:


Profª Drª Maria Cristina Faria Dalacorte Ferreira

Às Blogueiras Feministas

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe que teve de me levar para a faculdade enquanto eu ainda era bebê, e que às vezes me levava para o trabalho – uma escola – fazendo das salas de aula minha casa. Agradeço à minha mãe, porque os sacrifícios que teve de fazer por ser mulher me permitiram acesso precoce ao mundo das letras.

Ao meu pai, de quem herdei o fascínio pela língua e pela linguagem.

À Profa. Dra. Joana Plaza Pinto, ou melhor, à Joana, não só pela orientação, mas pela paciência, pelo encorajamento e pelas palavras de incentivo.

Às/Aos colegas, amigas/os e parceiras/os de jornada por terem me ouvido: James Dean do Amaral Freitas e Mário Martins Neves Júnior.

Às amigas e aos amigos de perto de quem tive de ficar longe. Às amigas de longe, especialmente, a Flávia Simas e a Thayz Athayde que mais do que nunca se fizeram perto.

Ao coletivo *Blogueiras Feministas* que me proporcionou um lugar, que me deu novas amizades. A todas as Blogueiras Feministas com quem aprendo todos os dias, que fazem do meu mundo um lugar mais plural e que me mostram formas diversas de viver o feminismo.

*Uma blogueira feminista é aquela moça
que acha que o feminismo está longe de morrer
ou ficar fora de moda,
e por isso ajuda a atualizar a linguagem dele.
Priscilla Caroline*

*[Uma Blogueira Feminista] É alguém que
antes de tudo pensou “pera aí,
tem certeza que isso não pode ser diferente?”
Tâmara Freire*

RESUMO

A ciência que conhecemos hoje se estabeleceu como o paradigma válido da produção do conhecimento apoiando-se sobre os pilares da universalidade, neutralidade e objetividade. Em oposição, a epistemologia feminista defende a produção de saberes localizados, buscando um posicionamento parcial e crítico. Nesta tese, discuto conhecimento sobre linguagem produzido e defendido sob um ponto de vista feminista, partindo do princípio de que o conhecimento não é produzido só na academia, mas de que grupos contra-hegemônicos, minoritários ou minoritarizados, também o produzem. Para tanto, analisei os textos de um grupo de mulheres feministas na internet nomeado *Blogueiras Feministas*, a fim de identificar as concepções de linguagem que estão em jogo em suas preocupações, por meio da leitura de seus textos, publicados em um site durante o período de outubro de 2010 a outubro de 2011, totalizando 365 posts e 54 autoras.

O paradigma moderno da ciência, que se constituiu a partir dos séculos XVI-XVII como a forma válida de produção do conhecimento, baseou-se tanto na noção de racionalidade científica, alcançada por meio de um conjunto rígido de regras metodológicas e princípios epistemológicos, quanto em questões políticas e econômicas, sendo o processo de colonização fundamental. Nesta tese, explico esse paradigma a partir da metáfora da visão, pois a ciência moderna diferencia-se das outras formas de saber pela maneira como o olhar é dirigido ao objeto e pela defesa de que, enquanto qualquer pessoa pode perceber o objeto, só o olhar treinado da/o cientista pode interpretá-lo; essa noção contraponho com a ideia de uma visão corporificada, marcada, parcial, limitada, não transcendente, ou seja, localizada.

A Linguística, enquanto ciência, estabeleceu-se num período de desenvolvimento dos Estados-nação, da consolidação da própria ciência, e do surgimento da noção de sujeito sociológico. Partindo do que dizem os dicionários e manuais introdutórios, que delimitam o campo de estudo e formam os/as cientistas iniciantes, busco percorrer os caminhos da Linguística, passando por suas correntes e autores/as legitimados e observando, justamente, como essa história é contada, quais concepções de língua e linguagem aparecem no contexto oficial e qual metalinguagem é utilizada para lidar com a língua(gem).

Finalmente, a análise das concepções de linguagem presentes nos textos das *Blogueiras Feministas* indica que elas veem a linguagem a partir de uma perspectiva discursiva e pensam as práticas languageiras a partir de seus efeitos e das estratégias para possíveis mudanças. Os principais efeitos identificados pelas *Blogueiras Feministas* são a naturalização e essencialização das identidades; dentre as estratégias de resistência e mudança encontram-se a necessidade de se despertar a consciência para as incoerências de nossos discursos e de se multiplicar os discursos e as vozes, além da necessidade de se pensar no uso de uma linguagem inclusiva e as possibilidades de resignificação.

Palavras-chave: ciência; concepções de linguagem; conhecimento situado; discurso; feminismo; Linguística.

ABSTRACT

Science, as we know it today, has been established as the legitimate paradigm of knowledge production, which relies on the pillars of universality, neutrality, and objectivity. In contrast, feminist epistemology defends the production of situated knowledge, seeking a partial and critical positioning. In this thesis, I discuss knowledge about language produced under a feminist standpoint, assuming that knowledge is produced not only in the academy, but also by counter-hegemonic, minority, or minoritized groups. To this end, I analyze the texts of a group of feminist women on the internet, named *Blogueiras Feministas*, to identify the language conceptions that are at stake in their concerns, by studying their texts posted from October 2010 to October 2011, totaling 365 posts and 54 authors.

The modern science paradigm, constituted from the XVI-XVII centuries on as the only legitimate form of producing knowledge, was based on the notion of scientific rationality, achieved by means of a strict set of methodological rules and epistemological principles, as well as on political and economic factors, in which the process of colonization played a fundamental role. In this thesis, I use the metaphor of vision to explain this paradigm, because modern science lies on this metaphor and on the idea of the specific ways in which the eye is directed toward the object to differ from other forms of knowledge production. Furthermore, modern science paradigm defends that, while anyone can see an object, only the trained scientist can interpret what is seen. I contrast this paradigm with the idea of an embodied, marked, partial, limited, non-transcendent, i.e. situated nature of vision.

Hegemonic Linguistics was established as a science during the development of nation-states, the consolidation of science itself, and the emergence of the sociological subject. Based on dictionaries and introduction guides, which limit the field and are used in the education and training of new scientists, I explore Linguistics, passing through its legitimate areas and authors verifying, precisely, how the history of this discipline is presented, which language conceptions are emphasized in the official context and what kind of metalanguage is used.

Finally, the analysis of language conceptions displayed in the texts of *Blogueiras Feministas* indicates that they see language from a discursive perspective and think about language practices from its effects and strategies for possible changes. The main effects identified by *Blogueiras Feministas* are the naturalization and essentialization of identities; among the strategies of resistance and change they emphasize the need of raising awareness about the inconsistencies of our speech, multiplying discourses and voices, using inclusive language and thinking about the possibilities of producing new meanings.

Keywords: discourse; feminism; language conceptions; Linguistics; science; situated knowledge

RÉSUMÉ

La science que nous connaissons aujourd'hui s'est imposé comme le paradigme légitime de la production du savoir en s'appuyant sur les piliers de l'universalité, de la neutralité et de l'objectivité. En revanche, l'épistémologie féministe défend la production de connaissances localisées, en cherchant un positionnement partiel et critique. Dans cette thèse, je discute la connaissance sur la langue produite sous un point de vue féministe, en supposant que la connaissance est produite non seulement dans le milieu universitaire, mais aussi par les groupes anti-hégémoniques, minoritaires ou minoritarisés. Pour faire cela, j'analyse les textes d'un groupe de féministes sur Internet nommé *Blogueiras Feministas* afin d'identifier les conceptions du langage qui sont en jeu dans leurs préoccupations, à travers la lecture de ses textes, publiés sur un site pendant les mois de Octobre 2010 à Octobre 2011, qui font un total de 365 textes et 54 auteurs.

Le paradigme moderne de la science, formé à partir des siècles XVI-XVII comme la façon légitime de la production de la connaissance, a été fondé sur la notion de la rationalité scientifique, accompli grâce à un ensemble rigoureux de règles méthodologiques et de principes épistémologiques, et sur des éléments politiques et économiques, où le processus de colonisation a été fondamentale. Dans cette thèse, j'explique ce paradigme en utilisant la métaphore du regard, parce que la science est différente des autres formes de production de connaissance en raison de la direction du regard. En outre, le paradigme moderne de la science défend que, bien que tout le monde peut percevoir l'objet, seulement les scientifiques peuvent interpréter ce qu'ils voient. Je mets ce paradigme en contraste avec ceux du regard corporifié, marqué, limité, non transcendant, c'est à dire, du regard situé.

La Linguistique hégémonique a été établie pendant la période du développement des états-nations, de la consolidation de la science et de l'émergence du sujet sociologique. A partir des dictionnaires et des manuels d'introduction, qui délimitent le domaine de l'étude et forment les scientifiques débutants, je cherche les chemins parcourus par la Linguistique, à travers ses courants et des auteurs légitimés, en observant précisément comme cette histoire est rapportée, quels sont les conceptions de langue et langage qui apparaissent dans le contexte officiel et quel métalangage est utilisé.

Finalement, l'analyse des conceptions de langage présentes dans les textes des *Blogueiras Feministas* indique qu'elles voient le langage dans une perspective discursive et elles considèrent les pratiques de langage à partir de ses effets et stratégies de changements possibles. Les principaux effets que elles identifient sont la naturalisation et l'essentialisation des identités. Parmi les stratégies de résistance et de changement se trouvent la nécessité de apercevoir les incohérences de nos discours, de multiplier les discours et les voix, d'utiliser un langage inclusif et de penser sur les possibilités de resignification.

Mots-clés: conceptions du langage; connaissance située; discours; féminisme; linguistique; science

Sumário

Introdução	12
Pensando a ciência e a Linguística sob uma perspectiva feminista	13
Os caminhos percorridos.....	23
Capítulo 1. Produção do Conhecimento e Feminismo	26
1.1 Sobre teorias do conhecimento	26
1.2 O desenvolvimento da ciência hegemônica.....	30
1.3 O paradigma dominante e a metáfora da visão	37
1.4 Por uma visão corporificada	44
1.5 Ciência e linguagem: a questão da tradução	51
Capítulo 2. A Ciência da Linguagem	59
2.1 Delimitando o contexto.....	59
2.2 O objeto da Linguística: a invenção da língua.....	63
2.3 O objeto da Linguística: os regimes metadiscursivos.....	70
2.4 As concepções de linguagem	81
2.5 À guisa de conclusão	96
Capítulo 3. As concepções de linguagem das Blogueiras Feministas.....	99
3.1. Quem são as Blogueiras Feministas	99
3.2 Entendendo a linguagem a partir de uma concepção discursiva social: a noção de discurso	109
3.3 Entendendo a linguagem a partir de uma concepção discursiva social: a noção de construção	117
3.4 Concepção discursiva social da linguagem: os efeitos das práticas languageiras	120
A repetição	120
A criação de rótulos.....	126
3.5 Concepção discursiva social da linguagem: as estratégias de mudança das práticas languageiras	128
Repetição de discursos: da contradição à multiplicidade.....	130
Resignificação e reconstrução	134
Últimas Considerações	143
Referências	12

Introdução

Logo depois que escrevi a versão original deste livro fui questionada em uma entrevista de trabalho sobre seu título, *Feminismo e Teoria Linguística*: ‘mas certamente’, disse o professor confuso, ‘isso é como escrever um livro sobre linguística e jardinagem orgânica’. Eu não consegui o trabalho. (Deborah Cameron, 1992)

O “professor confuso” a que se refere Deborah Cameron na epígrafe coloca o feminismo, como a própria autora afirma, na mesma categoria que “amor livre, vegetarianismo e uso de sandálias” (CAMERON, 1992, p. 2), vendo-o como irritabilidade e excentricidade e não como política. Por essa razão, foi difícil para ele perceber (talvez para muitas pessoas ainda seja) uma relação possível entre feminismo e Linguística.

Nesta tese discuto conhecimento sobre linguagem produzido e defendido sob um ponto de vista feminista, um ponto de vista que não é homogêneo nem hegemônico. Esse tema foi construído a partir de leituras diversas, envolvendo assuntos desde a produção de conhecimento e ciência, passando pela Linguística e produção de conhecimento sobre linguagem até chegar às concepções de linguagem e discursos de feministas.

Esta pesquisa parte do princípio de que o conhecimento não é produzido só na academia. Os grupos contra-hegemônicos, minoritários ou minoritarizados, também o produzem. Mulheres feministas representam um grupo minoritarizado contra-hegemônico e buscam modificar o *status quo* lutando contra diferentes formas de opressão. Nesta tese, analiso os textos de um grupo de mulheres feministas na internet nomeado *Blogueiras Feministas* (doravante BF). Por meio da leitura de seus textos, publicados em um site que leva o nome do grupo, procuro identificar as concepções de linguagem que estão em jogo

em suas preocupações em confronto com as concepções de linguagem legitimadas pela Linguística hegemônica.

Pensando a ciência e a Linguística sob uma perspectiva feminista

A ciência que conhecemos hoje se estabeleceu como o paradigma válido e valorizado da produção do conhecimento, apoiando-se sobre os pilares da universalidade, neutralidade e universalidade. Contudo, a universalidade significa a hierarquização dos saberes e não uma forma de saber válida para todas as pessoas; a neutralidade mantém-se por meio da construção da ideia de uma ausência de interesses particulares além do conhecimento em si mesmo e da dissimulação, portanto, que objetivos e interesses particulares existem; e a objetividade simboliza a posição não marcada de um sujeito masculino, branco, ocidental (provavelmente heterossexual e cristão) que produz conhecimento marcando e objetificando a posição do outro.

Por essa razão, defendo, em termos epistemológicos, o *standpoint* (HARDING, 1993) e a produção de saberes localizados (HARAWAY, 1995), buscando um posicionamento parcial, situado, crítico, histórico e não transcendente. Produzir saber localizado implica reconhecer que práticas político-ideológicas diferentes afetam a produção de conhecimento de maneiras diferentes; que a busca de uma visão corporificada deve ser capaz de acomodar projetos críticos e paradoxais; e que esse posicionamento, ou seja, o lugar marcado pelo corpo, implica vulnerabilidade.

Para a produção de conhecimentos localizados interessa privilegiar o cotidiano, as experiências e as percepções das pessoas em posições marginalizadas. Joan Scott (1991) discute o uso da experiência como um eixo norteador do que deve ser investigado. Pensando a produção de conhecimento na História, a autora afirma que feministas interrogam as argumentações de objetividade da produção do conhecimento e que a noção

de experiência, cujo uso pode denotar tanto a realidade quanto a apreensão subjetiva dessa realidade, tem ajudado a legitimar tal crítica. Parte do projeto de algumas historiadoras feministas tem sido revelar que as afirmações de legitimidade funcionam como uma camuflagem ideológica para o preconceito masculino, apontando as deficiências, a incompletude e o exclusivismo da História tradicional. Isso tem sido alcançado por meio do fornecimento de documentações sobre mulheres do passado e do questionamento de interpretações feitas sem levar o gênero em consideração.

Contudo, a noção de experiência não é fixa e fechada para contestação e, quando se baseia em uma concepção de experiência que considera as mulheres como uma massa homogênea, mascara-se o caráter necessariamente discursivo dessas experiências.

Scott (1991) afirma que, no século XVIII, a noção de experiência usada na História continha uma consideração ou reflexão sobre eventos observados, de lições aprendidas com o passado, mas também trazia consigo uma visão particular de consciência do indivíduo, ativa e completa e que incluía tanto seus pensamentos quanto sentimentos. A experiência referia-se a um testemunho subjetivo imediato, verdadeiro e autêntico. No século XX, a experiência passou a se referir às influências externas vivenciadas pelos indivíduos, como suas condições sociais, as instituições, os sistemas de crenças etc.; em outras palavras, a experiência passou a se referir às coisas reais externas aos indivíduos às quais eles reagem, sem incluir seu pensamento ou sentimento. Ambas as visões de experiência – interna e externa – estabelecem uma existência anterior aos indivíduos.

Quando é definida como interna, é uma expressão do ser ou da consciência dos indivíduos; quando externa, é o material sobre o qual a consciência age. Falar sobre experiência nesses modos nos leva a tomar como garantida a existência dos indivíduos (experiência é algo que as pessoas têm), em vez de nos perguntarmos como concepções de si (de sujeitos e suas identidades) são produzidas (SCOTT, 1991, p. 782).

Scott (1991) problematiza também o uso da experiência como evidência incontestável e como um ponto a partir do qual se explicam as questões de diferença nos fatos históricos. Adquire-se conhecimento por meio da visão e, nessa concepção, a visão seria uma forma de apreensão direta de um mundo de objetos transparentes, ou seja, o que é visível é privilegiado. Ao se olhar para a evidência das experiências, ao se olhar para a vida das pessoas que haviam sido esquecidas, reforça-se o apelo à referencialidade, afinal, o que poderia ser mais verdadeiro do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela viveu? Segundo a autora, é exatamente esse tipo de apelo à experiência que enfraquece a investigação das diferenças, pois toma como autoevidentes as identidades daqueles e daquelas cuja experiência está sendo documentada, naturalizando essa diferença. Essa noção de experiência localiza “a resistência fora de sua construção discursiva e reifica agência como atributo inerente dos indivíduos, portanto, descontextualizando-a” (SCOTT, 1991, p. 777).

Esse uso de experiência como evidência mantém o quadro epistemológico da História ortodoxa, ou seja, o desafio à história normativa tem sido feito a partir de seus próprios termos, como uma “ampliação da pintura, uma correção da omissão resultante de uma visão inexata ou incompleta” (SCOTT, 1991, p. 776), apoiando-se no argumento da legitimidade e autoridade das experiências. Com isso, perde-se a possibilidade de se examinar as suposições e práticas que excluem as considerações de diferença em primeiro lugar.

Quando a experiência é considerada a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a reconta) passa a ser base da evidência sobre a qual a explicação é construída e questionamentos sobre a experiência em si ser algo construído, sobre o fato de os sujeitos serem constituídos como diferente, sobre a forma como a visão de alguém é constituída por meio da linguagem são deixados de lado. “A evidência da experiência torna-se então evidência para o fato da

diferença, em vez de uma maneira de explorar como a diferença é estabelecida, como ela opera, como e de que maneira ela constitui os sujeitos que veem e agem no mundo” (SCOTT, 1991, p. 777). Em outras palavras, conceber a experiência por meio da metáfora da visibilidade, ou seja, daquilo que se torna visível graças à experiência dos sujeitos, reproduz os sistemas ideológicos dados em vez de contestá-los (SCOTT, 1991).

Dessa forma, compreendemos que existem diferenças e mecanismos de repressão, mas não vemos as diferenças como inter-relacionadas nem investigamos como esses mecanismos funcionam; reconhecemos a existência de práticas e comportamentos alternativos, mas não compreendemos como são constituídos nem a extensão da crítica que representam ao que é normativo. Para termos condições de lidar com essas questões precisamos reconhecer que, por meio do discurso, sujeitos são posicionados e produzem suas experiências.

Experiência nessa definição torna-se não a origem da nossa explicação nem a evidência que autoriza a explicação porque é vista ou sentida, mas torna-se a evidência que buscamos explicar, a evidência em relação a qual o conhecimento é produzido (SCOTT, 1991, p. 779-780).

Em outras palavras, Scott (1991) propõe que pensemos a experiência como discursiva, o que muda o foco de uma visão de naturalização da experiência por meio da crença da relação não mediada entre palavras e coisas para uma visão que considera todas as categorias de análise como sendo contextuais, contestáveis e contingentes. Para ela, a experiência é, ao mesmo tempo, tanto uma interpretação que já foi feita como algo que precisa ser interpretado; o que conta como experiência não é nem autoevidente nem simples e direto.

Ver a noção de experiência como evento discursivo significa recusar a separação entre experiência e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Partir das

experiências das mulheres significa partir de lugares muito diferentes, de posições ambivalentes, conflitantes e, assim, produzir conhecimento múltiplo, heterogêneo, contraditório, pois:

Sujeitos são constituídos discursivamente e experiência é um evento linguístico (ela não acontece fora de significados estabelecidos, mas ela também não está confinada a uma ordem fixa de significados). Como discurso é, por definição, compartilhado, experiência é tanto coletiva quanto individual. Experiência pode tanto confirmar o que já se sabe (vemos o que aprendemos a ver) e contrariar o que foi considerado como certo e garantido (quando significados diferentes estão em conflito nós reajustamos nossa visão para levar em consideração o conflito ou para resolvê-lo, isto é o que significa 'aprender por experiência', embora nem todos/as aprendam a mesma lição ao mesmo tempo e do mesmo modo) (SCOTT, 1991, p. 793).

É preciso ter sempre em mente que, ao partir da experiência de sujeitos em grupos minoritários, lidamos com subjetividades múltiplas e heterogêneas e que, como afirma Donna Haraway (1995), não podemos estar simultaneamente em todas as posições ou inteiramente em uma das posições – privilegiadas ou subjugadas – estruturadas discursivamente por gênero, raça, sexualidade, etnia etc. As mulheres são também negras, brancas, índias, homossexuais, heterossexuais, pertencentes à classe média, baixa ou alta, escolarizadas ou não (em graus e níveis diferentes) etc.; logo, suas experiências assim como a percepção das próprias experiências serão diferentes. As mulheres ocupam posições privilegiadas e subjugadas ao mesmo tempo. Além disso, essas posições não são fixas e imutáveis. Produzir conhecimento a partir de um ponto de vista localizado significa privilegiar a divisão e não a unidade típica da ciência, significa ver como essas diferentes posições localizadas podem se complementar; dessa forma, em vez de universal e neutro, o conhecimento seria a multiplicação dos pontos de vista e das vozes.

Mas é preciso ter sempre em mente que tentar alcançar outros pontos de vista abala certezas, faz pisar em solo flácido, tatear, gaguejar, abre espaço para o improvisado e para a

integração de grupos anteriormente silenciados na prática científica (LÖWY, 2000). O enriquecimento da nossa compreensão do mundo depende da interação entre indivíduos e de grupos situados e do esforço para alcançar o ponto de vista do outro.

Levando a discussão para o plano específico da Linguística, pensar a língua sob a perspectiva de que ela é uma construção, e uma construção social e política, é necessário não só para entendermos as línguas e a linguagem, mas também as situações em que devemos mudar as próprias concepções ou a maneira que pensamos sobre elas. Em primeiro lugar, é preciso pensar que a maneira que pensamos língua e linguagem depende de uma metalinguagem, ou dos regimes discursivos, nos termos de Sifree Makoni e Alastair Pennycook (2007), e está impregnada de ideologia. Assim como a noção de experiência compôs a metalinguagem utilizada para desafiar a História tradicional a partir de seus próprios termos, como já mencionei anteriormente, o mesmo pode ser dito da crítica à Linguística tradicional.

Os contextos políticos e intelectuais coloniais e imperialistas contribuíram para a emergência de conceptualizações de linguagem específicas e moldaram nossa compreensão de áreas da sociolinguística, de planejamento e direitos linguísticos, de perda e manutenção das línguas. Parte das discussões atuais em torno de questões de diversidade e multilinguismo surge a partir da ideia de diferenciação e enumerabilidade das línguas. Enquanto, por um lado, abre-se espaço para questões de diversidade, por outro lado, reproduzem-se as invenções coloniais. Se as noções de linguagem que fundamentam o planejamento são artefatos do pensamento europeu, então as políticas linguísticas são os valores do que elas tentam desafiar (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Definições de língua têm consequências materiais para as pessoas porque tais definições são sempre, implícita ou explicitamente, declarações sobre os seres humanos no mundo (MAKONI; PENNYCOOK, 2007). O sexismo na linguagem é um bom exemplo de

que a maneira como pensamos a língua, sua estrutura, sua metalinguagem são declarações sobre as usuárias e os usuários da língua. Portanto, precisamos imaginar novas concepções de língua e linguagem se quisermos mudar as formas de vermos os sujeitos no mundo.

Além disso, a linguagem é uma atividade humana e, como tal, é irremediavelmente ideológica. Devemos perceber também as ideologias que se revelam nos regimes metadiscursivos que utilizamos para discutir língua e linguagem. Como Hayley G. Davis (1990, p. 10) exemplifica, tópicos como racismo e sexismo, “que necessariamente envolvem o uso da língua(gem) por alguém, não podem ser investigados a partir de uma posição objetiva”, pois são questões ligadas às experiências dos sujeitos e tratá-las como fatos puramente objetivos que existem independentemente de intenções, avaliações ou usos, não pode explicar, por exemplo como certas palavras são tabus e outras, aparentemente neutras, são ofensivas. Nos termos de Davis (1990), portanto, linguagem racista ou sexista não são categorias linguísticas aptas a serem submetidas a uma identificação formal, mas são categorias de análise de uma experiência linguística dos sujeitos.

Em outras palavras, a linguística tradicional encontra-se longe da perspectiva do leigo. No entanto, a linguística só faz sentido para a/o leiga/o se levar em consideração o que a/o falante-ouvinte ordinária/o considera comunicativamente relevante.

Dizer à/ao leiga/o (como os/as linguistas ortodoxos fazem) que aquilo com o que elas ou eles se importam em relação à linguagem não é um fato linguisticamente pertinente, é fabricar uma linguística que, apesar de segura em um pequeno nicho da instituição acadêmica, não é pertinente em si mesma (DAVIS, 1990, p.11).

Desconstruir e reconstruir língua(gem) significa partir de um ponto de vista epistemológico (por isso que parto de uma discussão sobre ciência) para repensarmos a compreensão que temos – língua como sistema, como meio de comunicação, como

competência, como entidade descritível, como meio de interação – sendo que tal compreensão baseia-se normalmente nas ideias de uniformidade e homogeneidade.

A linguística moderna construiu a noção de língua por meio de mitos sobre autonomia, sistematicidade e a natureza limitada da língua(gem), privilegiando o conhecimento linguístico supostamente especializado, em vez da compreensão diária da linguagem (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, p.18-19). No entanto, como afirma Hayley Davis (2003) a/o linguista profissional não está em uma posição melhor que a/o leiga/o para avaliar o comportamento linguístico dos indivíduos; ao generalizar sobre palavras, língua, significado, a Linguística tradicional está fazendo abstrações a partir de eventos linguísticos imediatos, que são tratados como elementos separados de um contexto mais amplo (se é que isso é possível) e, se são recontextualizados, o são pelos procedimentos e propósitos da análise.

Para irmos em direção à desinvenção e reconstrução precisamos levar em conta que o conceito de língua e os regimes metadiscursivos usados para descrever as línguas estão localizados na Linguística e nas suposições culturais do ocidente. Eles não descrevem “realidades” do mundo; são, ao contrário, ficções convenientes apenas na medida em que oferecem uma maneira útil de se compreender o mundo e moldar as/os usuárias/os de das línguas; e são ficções inconvenientes na medida em que criam visões limitadas de como as línguas operam no mundo (MAKONI; PENNYCOOK, 2006).

Uma alternativa para linguistas e linguistas aplicadas/os não se verem aprisionadas/os em seus próprios esquemas semânticos é prestar atenção nas metáforas usadas ao se falar de língua(gem).

Ainda segundo Davis (2003), a linguística tradicional também falha ao ver as/os falantes como fazedores da língua(gem). Não nos comunicamos a partir da escolha de uma gama fixa de unidades e combinações estruturais, ao invés disso, construímos significados e práticas linguísticas.

As feministas têm se preocupado com a língua e a linguagem enquanto prática. A discussão em torno do termo ‘presidenta’ para se referir à Presidenta do Brasil eleita em 2010 é um exemplo. Mas as preocupações feministas não se restringem ao léxico. O discurso tem sido o ponto focal de muitos estudos sobre sexismo na linguagem, sobre a relação entre gênero e linguagem ou sobre a relação entre diferenças e/ou desigualdades de gênero e linguagem, sempre sob uma perspectiva feminista.

Estudiosos e estudiosas, principalmente anti-feministas, argumentam que poderíamos gastar tempo e energia com questões maiores e mais importantes do que a relação entre feminismo e linguagem (CAMERON, 1992). Bem, primeiramente, é preciso afirmar que, novamente retomando as palavras de Cameron (1992, p.2), “não é uma questão de escolha: nós podemos lutar por pagamentos iguais e por uma língua não sexista também”. A autora ainda aponta para outra questão igualmente importante: se as pessoas não feministas reclamam tanto que isso é uma bobagem, talvez a linguagem tenha uma importância implícita extraordinária para quem faz as críticas às inquietações feministas.

Acredito que ainda haja outro motivo não exclusivo às pessoas que se opõem ao feminismo: perceber a relação entre feminismo e teoria linguística depende da concepção que a pessoa tem de língua(gem), Linguística e ciência.

Certamente, algumas abordagens feministas à Linguística não fariam sentido, como um alfabeto fonético das mulheres (CAMERON, 1992, p. 3), mas boa parte do trabalho da Linguística interessa-se pela construção de significados ou pela relação entre sujeito, língua e sociedade, a importância de se pensar o contexto, entre outras questões. Somando-se a isso, uma disciplina científica envolve muito mais do que seu tema; independentemente de qual seja o objeto das diversas ciências, todas elas são atividades humanas.

Nesta tese, portanto, entendendo a experiência como discursiva, os sujeitos são

posicionados e produzem suas experiências por meio do discurso. Em outras palavras, a experiência das BF enquanto mulheres e feministas não é a origem nem base da discussão que será feita aqui; ao contrário, a experiência dessas mulheres é a evidência em relação à qual o conhecimento é produzido. No caso deste estudo, o conhecimento sobre linguagem.

Sob essa perspectiva, todas as categorias de análise são contextuais e, ao ver a experiência como discursiva, é possível lidar com as ambiguidades e contradições que podem surgir, uma vez que os sujeitos não são essencializados, mas, sim, vistos como ocupando posições abertas e mutáveis. Nesses termos, é válido pensar que a noção de experiência das BF não é a base de explicação para a Linguística, mas justamente aquilo que precisa ser pensado na Linguística – a experiência delas mostra o que é pertinente e relevante para ser estudado. A vida e a experiência das pessoas em posições marginalizadas fornecem problemas particulares significantes a serem explicados e a linguagem é um desses problemas, mas ela está tão imbrincada na vida e nas experiências das pessoas que em suas próprias falas sobre suas próprias experiências é possível perceber uma discussão sobre linguagem. Ao escreverem textos para o blog, as BF estão também articulando suas experiências, que são produzidas por meio do discurso, ao mesmo tempo em que produzem conhecimento sobre linguagem.

Partir das experiências das BF permite, como afirma Scott (1991), confirmar o que já sabemos, pois foi isso que aprendemos a ver, assim como contrariar o que é tido como certo, quando encontramos experiências conflitantes. O grupo em questão caracteriza-se por ser um conjunto de pluralidades, que permite uma rica interação entre suas componentes. Dessa interação surgem experiências discursivamente construídas que revelam concepções de linguagem.

Além disso, como já afirmei, a partir de Davis (2003), a Linguística tradicional tem falhado ao ver os/as usuários/as da linguagem como produtores/as de linguagem que

constroem significados e práticas linguísticas. Pensar a linguagem a partir das práticas pode significar produzir conhecimento localizado. As BF fazem justamente isso: pensam a linguagem a partir de suas práticas diárias.

A Linguística é e só pode ser o estudo daquilo que se presume ser linguisticamente pertinente. [...] Repensar a linguística envolve examinar como interpretamos e construímos nossos atos comunicacionais do dia a dia, que visões de linguagem são sustentadas por certos indivíduos e a origem e os papéis dessas visões em nossas experiências de vida e de aprendizado (DAVIS, 2003, p.14).

Os caminhos percorridos

Eu sou uma Blogueira Feminista. Há algum tempo leio blogs de mulheres feministas e as acompanho em redes sociais, além de eu mesma ter um blog sobre feminismo e linguagem. Um dia, em 2010, vi um convite no Twitter para participar de uma lista de discussão de temas feministas, chamada Blogueiras Feministas. Fiquei bastante empolgada com a ideia e me inscrevi. As expectativas eram grandes, encontraria outras mulheres feministas e que escreviam na internet. Rapidamente percebi que não estava sozinha, o que fez uma grande diferença. Então me tornei uma Blogueira Feminista. Apresentarei a história do grupo no Capítulo 3. Portanto, preciso ressaltar que, como também faço parte do grupo, meu próprio ponto de vista é formado por meio dessas interações. Em outras palavras, sou pesquisadora, sou feminista e sou BF.

Buscando as concepções de linguagem das Blogueiras Feministas, analisei os textos produzidos no primeiro ano do grupo. O BF, que interage a partir de uma lista de discussão do *Google Groups*, foi criado em outubro de 2010. O site foi criado logo em seguida, mas tornou-se mais ativo a partir de dezembro de 2010. No primeiro ano do grupo, foram publicados um total de 365 posts. Considerei para análise 363, pois os dois

primeiros posts do blog são constituídos apenas de uma lista de *links* das blogagens coletivas: “Criticando o ‘rodeio de gordas’”, de 28 de outubro de 2010, e “Pelo fim da violência contra a mulher”, de 25 de novembro de 2010. O primeiro e o último posts analisados foram publicados, respectivamente, nos dias 14 de dezembro de 2010 e 31 de outubro de 2011. Além do próprio coletivo BF que assina alguns posts, encontrei 53 autoras (52 mulheres e um homem) participantes desse primeiro ano do blog; considere, portanto, o total de 54 autoras.

Os temas dos posts relacionam-se com as seguintes categorias: corpo, cultura, feminismo, mídia, política, relacionamento, saúde, sexismo, sexualidade, trabalho e violência. Temas recorrentes que se articulam com essas categorias são: inclusão; igualdade x diferença, preconceitos, estereótipos e rótulos; opressão; maternidade; cinema e televisão; publicidade; literatura; Lei Maria da Penha; internet; comunicação; tecnologia; eventos, marchas e festivais, entre outros.

Nesses posts, analisei quais concepções de linguagem estão em jogo e levantei algumas questões. As BF discutem linguagem, mas será que suas alternativas ainda estão presas ao paradigma hegemônico da Linguística tradicional? Será que elas apresentam novas metáforas a partir das quais se pode pensar a linguagem?

No Capítulo 1, faço uma crítica ao paradigma moderno da ciência, que se constituiu, a partir dos séculos XVI-XVII como a forma válida de produção do conhecimento, baseado na racionalidade científica, um conjunto rígido de regras metodológicas e princípios epistemológicos. Explico esse paradigma a partir da metáfora da visão, pois a ciência moderna diferencia-se das outras formas de saber pela maneira como o olhar é dirigido ao objeto (GRANGER, 1994); enquanto qualquer pessoa pode perceber o objeto, só o olhar treinado da/o cientista pode interpretá-lo (KUHN, 2007), e contraponho esse paradigma com a ideia de uma visão corporificada, marcada, parcial,

limitada, não transcendente, localizada (HARAWAY, 1995).

No Capítulo 2, reflito sobre o estabelecimento da Linguística, enquanto ciência, em seu modelo hegemônico, e seu desenvolvimento em contextos específicos. Partindo do que dizem os dicionários e manuais introdutórios, busco percorrer os caminhos da Linguística, passando por suas correntes e autores/as legitimados e observando, justamente, como essa história é contada e quais concepções de língua e linguagem aparecem no contexto oficial.

No Capítulo 3, apresento as concepções de linguagem que aparecem nos textos das BF. Discuto como elas veem a linguagem a partir de uma perspectiva discursiva e pensam as práticas languageiras a partir de seus efeitos e das estratégias para possíveis mudanças.

Como esta tese trata de linguagem e feminismo, faço uso, sempre que possível, de uma linguagem inclusiva, uso termos no feminino e no masculino, pois não acredito na neutralidade. Sempre que me referir às BF, usarei exclusivamente feminino, mesmo que no grupo haja mulheres e homens. Também introduzo autoras e autores, quando citadas/os pela primeira vez, utilizando o primeiro nome, não só o sobrenome, buscando personalizar a pessoa que produziu aquele conhecimento.

Capítulo 1. Produção do Conhecimento e Feminismo

1.1 Sobre teorias do conhecimento

As realidades que existem no mundo são tratadas como cognoscíveis, o que significa dizer que elas podem ser conhecidas. A sede do conhecimento vem mudando de lugar ao longo da história da humanidade. Desde o Renascimento, com a secularização da sociedade, a filosofia substituiu a teologia (que já havia sido o modo de conhecer exclusivo e dominante) e os humanos substituíram deus (WALLERSTEIN, 2006). Na prática, isso significou uma mudança de sede de autoridade de quem poderia proclamar a validade do conhecimento.

A filosofia, portanto, há muito vem refletindo sobre o conhecer, o saber e o próprio refletir. O interesse por uma teoria do conhecimento remonta aos gregos e, desde Platão, filósofos vêm tentando identificar o essencial, definindo os componentes do conhecer (HONDERICH, 1995; BLACKBURN, 1996; AUDI, 1999; MORA, 2004).

Segundo Robert Audi (1999), filósofos identificaram diferentes tipos de conhecimento: o conhecimento proposicional (alguma coisa é); o conhecimento não proposicional; o conhecimento proposicional empírico (*a posteriori*); o conhecimento proposicional não empírico (*a priori*); o conhecimento de como fazer algo, entre outros. Divergências filosóficas surgiram na tentativa de se fazer distinções entre tais tipos de conhecimento como, por exemplo, se o “saber como” reduz-se a “saber o que”. A filosofia clássica moderna, ao longo dos séculos XVII e XVIII, conhecidos como a era da epistemologia (HONDERICH, 1995), interessava-se pelo método e pela estrutura do conhecimento (MORA, 2004).

Uma preocupação básica desse período foi a extensão do conhecimento *a priori* em

relação ao conhecimento *a posteriori*. Racionalistas como Descartes e Leibniz argumentaram que todo o conhecimento genuíno do mundo real acontece *a priori*. Por outro lado, empiristas como Locke, Berkeley e Hume afirmaram que o conhecimento acontece *a posteriori* (AUDI, 1999).

Ted Honderich (1995) traçou um panorama da história da epistemologia e afirmou que Descartes (no século XVII) introduziu a chamada busca por certezas, buscando uma base inequívoca para o conhecimento. Para tanto, Descartes empregou seu “método da dúvida”, uma forma de ceticismo sistemático a fim de determinar seguramente o que não poderia ser passível de dúvida. Ele introduziu uma abordagem em primeira pessoa (*Cogito ergo sum*), defendendo que o conhecimento seria encontrado na mente do indivíduo. O “eu penso” seria a base para a confiança que um indivíduo deve ter de que ele/ela tem conhecimento e, a partir daí, derivaria qualquer desdobramento do conhecimento. Descartes introduziu também a forma das ideias, que significa que ideias de tipos diferentes são dadas aos indivíduos e o problema seria justificar como usá-las como base para a crença em um mundo que se encontra fora da mente. “A percepção é tanto uma questão de ter ideias como qualquer outra operação da mente e o problema, portanto, é que tipo de justificativa nós temos para acreditar que nossas ideias são representativas de alguma coisa” (HONDERICH, 1995, p. 243). Segundo Honderich (1995), essa abordagem foi característica da filosofia dos séculos XVII e XVIII.

Após Descartes, o racionalista Leibniz manteve a possibilidade das ideias inatas ou, pelo menos, ideias independentes da experiência (conhecimento *a priori*). Os racionalistas, em geral, tendiam a ver esse tipo de conhecimento como o conhecimento da verdade ou o conhecimento que temos a partir de uma ideia genuína. Por outro lado, o empirista Locke afirmou que as ideias surgem da experiência; mesmo acreditando que o conhecimento viria também da intuição ou de demonstrações, ele defendia “que a experiência é a base do

conhecimento no sentido de que ideias simples são a base de toda compreensão” (HONDERICH, 1995, p. 244). Berkeley e Hume, também empiristas, expandiram esse pensamento e tinham como preocupação central identificar os limites e a extensão da compreensão humana, como é tipificado na afirmação de Hume de que todas as ideias derivam de impressões do sentido, sendo cada ideia a cópia correspondente de uma impressão.

Em sua *Crítica à Razão Pura* (obra de 1781), “Kant buscou a grande reconciliação, objetivando preservar as lições centrais de ambos, racionalismo e empirismo” (AUDI, 1999, p.273). Para Kant, uma ideia ou verdade *a priori* não tinha de ser inata e, enquanto todo conhecimento começa a partir da experiência, isso não significa que ele surja da experiência; logo, a tese de que todo conhecimento é *a priori* não é incompatível com a tese de que todo conhecimento é inato (HONDERICH, 1995, p. 243).

Desde os séculos citados, o conhecimento *a posteriori*, cuja principal tarefa é a explicação do que é a experiência sensorial e perceptiva e de como ela contribui para o conhecimento empírico, tem sido amplamente considerado como aquele que depende dessas experiências, como o conhecimento da existência ou presença de objetos físicos. Por outro lado, o conhecimento *a priori*, cuja principal tarefa é a explicação do que são os processos puramente intelectuais relevantes e como eles contribuem para o conhecimento não empírico, não depende da experiência, como, por exemplo, conhecimentos de lógica e matemática. Kant, entre outros, defendeu que o conhecimento *a priori* deriva pura e exclusivamente de processos intelectuais chamados de “razão pura” ou “compreensão pura” (AUDI, 1999, p 274.).

A partir desse cenário, é possível reconhecer o ato de conhecer como pertencente às faculdades humanas, seja o conhecimento originado a partir da intuição ou da experiência. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes (2001, sem página) definem conhecer como “função

ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência”, ou ainda a “apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los ou utilizá-los”.

Para alguns, entretanto, essa guinada, desde o Renascimento, que autorizou a filosofia como o local de produção de saber, não foi suficiente e críticos insistiam na necessidade de provas empíricas. “Tais provas, segundo eles, seriam a base de uma outra forma de conhecimento, que chamavam ‘ciência’” (WALLERSTEIN, 2006, p. 125).

Na ciência, acreditava-se, qualquer um poderia produzir saber, desde que usasse os métodos adequados. Em outras palavras enquanto a rejeição à filosofia era uma rejeição à autoridade, a ciência, então, representou a escolha democrática. Além disso, como a ciência possibilitava criações e invenções, logo se reconheceu nela um poder especial e não tardou para que a ciência fosse alçada a uma posição dominante na hierarquia do conhecimento (WALLERSTEIN, 2006).

Contudo, a ciência empírica não era tão democrática como se pensava: a quem competia julgar as reivindicações de verdade? Como afirma Immanuel Wallerstein (2006), os cientistas defendiam que só a comunidade científica poderia fazê-lo, mas com a crescente e inevitável especialização do conhecimento, apenas subgrupos de cientistas podiam reivindicar para si a avaliação das verdades científicas. Na verdade, o grupo de cientistas com autoridade para avaliar e julgar o conhecimento não era maior que o de filósofos que anteriormente detinham esse poder.

A partir disso, é possível concluir que o ato de conhecer passou da esfera divina para a humana, mas, apesar de ser uma capacidade inerentemente humana, com o passar dos séculos, algumas formas de acesso ao conhecimento adquiriam mais validade que outras, algumas passaram a ser reconhecidas como mais racionais do que outras.

Meu objetivo neste capítulo é discutir que, na nossa sociedade, a forma válida e

valorizada de conhecimento é a ciência, ou a Ciência, com inicial maiúscula, instituição responsável pela produção do saber. Em outras palavras, discutirei o desenvolvimento do modelo científico hegemônico que conhecemos hoje e que se baseia em uma determinada noção de racionalidade, objetividade e universalidade. Esse modelo desenvolveu-se não só a partir de questões epistemológicas, mas também de questões políticas e econômicas, sendo o processo de colonização fundamental. Ainda neste capítulo apresentarei a metáfora da visão, ou seja, a maneira como se dirige o olhar para o objeto (GRANGER, 1994), comumente associada ao modelo hegemônico. Para Thomas Kuhn (1997), tanto o/a cientista quanto o/a leigo/a são capazes de perceber, mas só o/a primeiro/a tem olhar treinado para interpretar e estabelecer sentido, evidenciando uma clara separação entre os dois grupos de sujeitos e revelando uma determinada concepção de (produção de) saber. Em meio a essa reflexão apresentarei as noções de ciência normal, paradigma e comunidade científica. Por fim, sintetizarei uma crítica feminista da ciência, a partir da defesa de uma visão corporificada em Donna Haraway (1995). Partindo do trabalho dessa autora, então, defendo a natureza corpórea da visão, que é sempre parcial, limitada; o posicionamento marcado das/os cientistas; o saber, crítico, histórico e localizado e aqui, portanto, preciso explicitar que eu falo sob um ponto de vista mulher, ocidental e branca.

1.2 O desenvolvimento da ciência hegemônica

A literatura crítica sobre a ciência (SANTOS, 1988; HARDING, 1993; GRANGER, 1994; HARAWAY, 1995; LÖWY, 2000; SANTOS; MENESES; NUNES, 2005; CHASSOT, 2007) tem afirmado que o modelo científico que conhecemos hoje foi construído a partir dos séculos XVI-XVII, saído das mãos de Copérnico, Galileu e Newton, da revolução científica que começava a abandonar os cálculos exotéricos “para se

transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade” (SANTOS, 1988, p.47). Esse modelo desenvolveu-se sob o domínio das ciências naturais, mas, nos séculos seguintes, estendeu-se até as ciências sociais emergentes no século XIX.

Trata-se de um modelo baseado na racionalidade científica, mas talvez fosse mais apropriado dizer que é a ideia de racionalidade científica que se baseia nesse modelo, sendo considerado irracional o conhecimento produzido por outros meios e modelos, a saber, o senso comum e as humanidades (a literatura, a filosofia, a história etc.), além do conhecimento produzido pelos povos não ocidentais. Sendo assim, as fronteiras do saber científico são defendidas ostensivamente porque as formas de conhecimento que não se pautarem pelos conjuntos de regras metodológicas e os princípios epistemológicos da Ciência são consideradas irracionais.

O método cartesiano, desenvolvido por René Descartes (2005) no século XVII, também foi fundamental para o estabelecimento desse modelo (GRANGER, 1994). O método, para Descartes (2005), caracterizava-se por ser um conjunto de regras apresentado de maneira muito geral que deveria ser usado para buscar a verdade na ciência e para conduzir a razão e está mais ligado à validação dos enunciados científicos do que à sua descoberta. O método cartesiano constitui-se de quatro etapas distintas: a primeira delas é receber escrupulosamente as informações, examinando sua racionalidade e justificativa e verificando sua veracidade e boa procedência (trata-se da coleta e seleção de dados, sendo que tudo aquilo que traz dúvida ou incerteza deve ser evitado); em seguida, é preciso dividir o assunto em quantas partes forem possíveis e/ou necessárias para se proceder à análise (o que significa que, muitas vezes os elementos são isolados e deslocados do contexto); depois, é preciso sintetizar ou elaborar conclusões abrangentes e ordenadas, partindo dos objetos mais simples e fáceis para os mais complexos e difíceis (esse processo

também pode isolar os elementos e ocultar suas possíveis inter-relações); por fim, é preciso enumerar e revisar as conclusões minuciosamente, garantindo uma coerência geral (deixando evidentes os procedimentos utilizados no processo para que ele possa ser repetido, a fim de se avaliar a validade das conclusões alcançadas).

Os séculos XVI a XIX nos parecem longínquos se considerarmos todo o progresso científico que vivemos hoje (SANTOS, 1988). Entretanto, uma observação mais cuidadosa nos mostra que nós, ainda hoje, movemo-nos em um campo desenvolvido desde o século XVIII até os primeiros vinte anos do século XX, devido à enorme potencialidade de tradução tecnológica dos conhecimentos produzidos e acumulados nesse período (SANTOS, 1988). Gilles-Gaston Granger (1994) afirma que a segunda metade do século XX também é considerada a idade da ciência por ser uma época de renovações sem precedentes tanto em quantidade quanto em diversidade, apesar de não se caracterizar tanto pelas “novidades fundamentais, cientificamente revolucionárias”, mas, sim, pelo desenvolvimento, pela exploração e maturação dessas ideias, pela “explicação” e “decifração” de fenômenos, pela especialização da abstração e, principalmente, pela sua aplicação. O autor ainda argumenta que a Segunda Guerra Mundial pode ser vista como uma das responsáveis por esse desenvolvimento da ciência, já que as necessidades técnicas orientaram a pesquisa aplicada para determinadas direções e ainda contribuíram para a consolidação e desenvolvimento do costume de o Estado financiar pesquisas científicas.

As potencialidades de aplicação do conhecimento científico a fim de explicar, dominar e transformar o objeto de conhecimento são fundamentais para o estabelecimento de um argumento vencedor no modelo científico hegemônico, pois esse modelo privilegia uma forma de conhecimento capaz de ser traduzida em desenvolvimento tecnológico (SANTOS, 1988).

Esse argumento teve de ser confrontado com outros “a favor de formas de

conhecimento que privilegiavam a busca do bem e da felicidade ou a continuidade entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura, entre homens e mulheres e entre os seres humanos e todas as criaturas” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p.21). Para que o primeiro argumento vencesse, o crescimento do capitalismo e todas as possibilidades de transformação da sociedade que vinham com ele foram fundamentais. Além disso, também foi preciso que ocorresse uma transformação dos critérios de validade de conhecimento.

Mas não só. O modelo hegemônico de ciência depende também da ideia de que o objeto maior a ser conhecido, explicado, dominado e transformado é a natureza. Segundo Shiv Visvanathan (2005, p. 207), muito do que chamamos ciência é antropomórfico e judaico-cristão, “postulando a superioridade do ser humano no universo ou, pelo menos, um lugar especial para ele”. A natureza, apelidada de recurso, é feita para uso do ser humano. Além disso, essa visão da natureza a considera a mesma para todos os seres humanos. A partir dessa ideia, revela-se um pressuposto oculto: “existe uma ciência única, cuja unicidade e universalidade decorrem automaticamente das propriedades do objeto em estudo, isto é, a natureza. Se a natureza é universal, estável e obedece a leis imutáveis, é evidente que a (boa) ciência é também universal” (LÖWY, 2000, p.30).

A ciência é muitas vezes percebida como a única forma racional e eficaz de acesso ao conhecimento e domínio do mundo, além de ser o lugar privilegiado do “universal”. Em outras palavras, “a história da humanidade nos ensina que a ciência ocidental é muito mais eficaz que outros sistemas de crenças e práticas que têm como objetivo a compreensão e controle da natureza” (LÖWY, 2000, p.30).

Para estabelecer-se como o modelo hegemônico de produção do conhecimento, portanto, um longo percurso foi necessário, passando não só por questões metodológicas e epistemológicas, mas também econômicas e políticas (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005). Além do crescimento do capitalismo e do investimento nas traduções tecnológicas

do conhecimento produzido, o colonialismo também exerceu papel fundamental na consolidação da ciência como modelo hegemônico de saber. Os conhecimentos científicos não circulam porque são universais; ao contrário, eles são considerados universais porque circulam. Dito de outra forma, foi (é) necessário um investimento de tempo, dinheiro e trabalho para que a circulação e a difusão dos conhecimentos, das práticas, dos instrumentos científicos fossem possíveis (LÖWY, 2000).

Esse modelo hegemônico consolidou-se por meio de um “exclusivismo epistemológico” que foi tanto criador como destruidor e que pode ser identificado em dois processos paralelos.

Por um lado, a emergência de uma concepção a-histórica do próprio conhecimento científico, feita do esquecimento dos processos históricos de constituição do conhecimento e das posições correntes que, em cada momento, foram derrotadas ou remetidas para posições marginais em relação às teorias e concepções dominantes. [...] Por outro lado, ao incidir sobre outras formas de conhecimento, essa ‘destruição criadora’ se traduziu em epistemicídio. A morte de conhecimentos alternativos acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p.22).

O colonialismo, ao subordinar os modos de pensar, eliminou a historicidade das formas de produção do conhecimento e apagou ou relegou à marginalidade os modelos não europeus. Esse processo foi extremamente violento nas regiões do mundo submetidas ao colonialismo europeu. Se, em sua fase ibérica, no século XV, o colonialismo justificava-se em nome de uma religião superior, no século XIX, em sua fase hegemônica, passou a se justificar em nome de uma “capacidade superior de conhecer e transformar o mundo, assentada na ciência” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p.22).

Nesse contexto, cabe pensar na ideia de desenvolvimento, que pode ser entendida como a ocidentalização do mundo. Thokozani Xaba (2005) afirma que a ideia de

desenvolvimento está ligada a dois pontos de vista diferentes. Um deles vê no colonialismo um catalisador para levar as vantagens da Europa colonizadora aos países colonizados. Nesse caso, as instituições econômicas, sociais, culturais, religiosas e políticas das pessoas do Sul são vistas como empecilhos para o desenvolvimento nos moldes dos países do Norte. Uma crítica a esse ponto de vista, contudo, tentou descobrir a racionalidade dos comportamentos e instituições dos povos do Sul¹. Em todo caso, a ideia de desenvolvimento e bem-estar foi imposta aos países do Sul e, para tanto, esses povos foram destituídos, dentre outras coisas, de suas formas de saber, as quais foram substituídas pelos modelos e produtos científicos ocidentais.

Exemplos não faltam. Métodos e práticas de cultivo há milênios desenvolvidos a partir de saberes e culturas tradicionais, são desqualificados, levando à perda da biodiversidade (SANTOS, 2005b). Em Moçambique, por exemplo, o colonialismo e o confronto de interesses entre o Estado colonial e as comunidades contribuíram para a redução da capacidade de resposta dessas mesmas comunidades às calamidades naturais. O Estado colonial “implementou, frequentemente de forma violenta, políticas de controle político-administrativo e de integração da força de trabalho rural que implicaram operações maciças de reordenamento populacional, de transferência de aldeias [...]” (COELHO, 2005, p. 237). O agrupamento de trabalhadores em empreendimentos agrícolas, o aldeamento em contextos de guerra colonial e ainda a migração para bairros pobres de centros urbanos, constituíram processos de desarticulação das pequenas comunidades e reorganização da população em unidades maiores, retirando dos habitantes locais sua

¹ A ideia de Norte e Sul utilizada por Santos; Menezes; Nunes (2005) é sociológica e não geográfica. “Como símbolo de uma construção imperial, o ‘Sul’ exprime todas as formas de subordinação a que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação, desigualdade etc. O ‘Sul’ significa a forma de sofrimento humano causado pela modernidade capitalista (SANTOS, 2000 apud SANTOS; MENEZES; NUNES, 2005).

ligação ao território e o ordenamento disperso. “Esse fenômeno de concentração produziu, também, números maiores de vítimas à passagem de um ciclone ou quando as águas de um rio subiam repentinamente” (COELHO, 2005, p. 238). Já os sul-africanos “perderam, e continuam a perder, [...] a visão holística da saúde e da doença, bem como das suas causas e curas” (XABA, 2005, p.383). A medicina “científica” imposta não só ignora os remédios e práticas da medicina indígena como também busca a sua supressão, que acontece não por uma suposta superioridade das práticas científicas, mas “graças ao poder do Estado para proibir e marginalizar os medicamentos e práticas indígenas, bem como a posição dominante daqueles que adotam ideias modernas de saúde e progresso” (XABA, 2005, p. 383).

Com esse exclusivismo epistemológico, então, o Ocidente constituiu-se na fonte do conhecimento hegemônico, o que implicou a construção de um Outro “intrinsecamente desqualificado” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p.28), inferior em relação ao saber e ao poder ocidentais. Para que a dicotomia sociedades modernas e sociedades tradicionais se estabelecesse, o processo colonial transformou o passado das colônias em estagnação, subdesenvolvimento, práticas obscurantistas, conflitos tribais intermináveis etc. (MENESES, 2006). A um só tempo, o colonialismo destruiu o sujeito local, alienou-o de seus saberes, aniquilou sua cultura, inculcando-lhes os “verdadeiros” saberes da ciência “para os quais a natureza apenas tem valor enquanto mercadoria, como fonte de recursos alienáveis” (MENESES, 2006, p. 723). Se no início da era das colonizações a religião era vista como a “salvadora” dos povos colonizados, depois foi na ciência que tal salvação passou a residir. O colonialismo forjou-se como conceito epistêmico e significou o empobrecimento dos saberes, já que relegou a “artefatos de museu” diversos saberes que, para sobreviver, transformaram-se em conhecimento “tradicional”.

1.3 O paradigma dominante e a metáfora da visão

O modelo hegemônico de ciência pode ser explicado por meio da metáfora da visão. Granger (1994) afirma que é justamente a maneira como se dirige o olhar para o objeto que diferencia a ciência moderna das outras formas de saber, pois, segundo o autor, há métodos variados, “mas um espírito e um só tipo de visão propriamente científica” (GRANGER, 1994, p.45).

Essa “visão” científica apresenta algumas características. A primeira delas é o fato de a ciência ser uma visão da realidade, um metaconceito; em outras palavras, ela se aplica às representações da experiência e não diretamente às experiências. A segunda característica refere-se ao objetivo da ciência: descrever e explicar os objetos, não agir sobre eles. Em outros termos, a ciência moderna privilegia o “conhecimento desinteressado”, a busca pela “verdade” e a aplicação do conhecimento produzido seria o resultado dessa busca, sendo que mesmo a aplicação seria “desinteressada”: “o primeiro resultado da visão é a satisfação de compreender, e de modo algum agir” (GRANGER, 1994, p. 47). A última característica da ciência defendida por Granger diz respeito à constante preocupação com a validação e com os critérios de avaliação. A esse respeito, Granger (1994, p.47, grifo meu) afirma que:

um saber acerca da experiência só é científico se contiver indicações sobre a maneira como foi obtido, suficientes para que as suas condições possam ser reproduzidas. [...] Assim, o conhecimento científico é necessariamente público, ou seja, exposto ao controle – *competente* – de quem quer que seja.

Essas características da ciência anteriormente mencionadas podem ser pensadas em relação à noção de “ciência normal”, conceito desenvolvido por Kuhn (2007) para referir-se à pesquisa baseada em uma ou mais realizações científicas passadas

reconhecidas, por algum tempo, por comunidades científicas, proporcionando os fundamentos, relatados pelos manuais, para a prática posterior e definindo, implicitamente, quais são os métodos e os problemas legítimos. Tais realizações, quando são, ao mesmo tempo, suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários e suficientemente abertas para englobar toda uma gama de problemas para serem resolvidos pelo grupo, são chamadas de paradigmas, isto é, o conceito de ciência normal está intimamente ligado ao de paradigma.

A ciência normal, para estabelecer-se, depende, portanto, do estabelecimento de um paradigma. Em uma área do saber pré-paradigmática, todos os fatos podem parecer relevantes e, para que um paradigma se estabeleça, uma escola deve ser, de alguma maneira, superior às suas competidoras, “mas não precisa (e de fato nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada” (KUHN, 2007, p. 38). Quando uma das escolas pré-paradigmáticas triunfa, desaparecem, então, as divergências próprias dos primeiros estágios de uma ciência, pois a escola que se sobressai, por trazer consigo suas crenças e preconceitos, enfatiza apenas alguma parte do rico e vasto conjunto de informações que estava disponível. Na ciência normal, um paradigma precisa ser melhor articulado e especificado, sempre em condições novas e cada vez mais rigorosas.

O sucesso de um paradigma [...] é, a princípio, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos. A ciência normal consiste na atualização dessa promessa, atualização que se obtém ampliando-se o conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando-se a correlação entre esses fatos e as previsões do paradigma e articulando-se ainda mais o próprio paradigma (KUHN, 2007, p. 44).

Quando se aceita pela primeira vez um paradigma único, geralmente criam-se publicações especializadas, fundam-se sociedades de especialistas e reivindica-se um lugar

especial nos currículos e, a partir desse momento, as pesquisas não são mais incorporadas a livros, elas “aparecerão sob a forma de artigos breves, dirigidos apenas aos colegas de profissão, homens que certamente conhecem o paradigma e que demonstram ser os únicos capazes de ler os escritos a eles endereçados” (KUHN, 2007, p.40).

Essa citação de Kuhn me causa estranheza. Na verdade, ela me causa um incômodo, porque eu não duvido que ele esteja falando, sim, de homens; afinal, a ciência é masculina. Não só a ciência, mas ainda são poucos os nomes de mulheres na política ou entre líderes religiosos, também nas artes e na filosofia. “Assim, preliminarmente, parece que se pode concluir que não é apenas a Ciência que é predominantemente masculina, mas a civilização, há alguns milênios” (CHASSOT, 2007, p. 24).

Segundo Attico Chassot (2007), uma das causas de a ciência ser masculina é nossa tríplice ancestralidade: grega, judaica e cristã. Da tradição grega vêm mitos religiosos fundantes, mitos da origem das mulheres (Pandora, aquela que libertou todos os males e que havia sido criada como castigo aos homens causando-lhes a perda da felicidade), mas também a explicação aristotélica para a concepção e o surgimento da vida e a visão das mulheres como corpos inferiores e defeituosos. Seja nos mitos ou na ciência de Aristóteles, a mulher ocupava posição subalterna. A tradição judaica também traz em seu mito fundante as bases para a subjugação feminina, já que a mulher, devido à sua curiosidade e vontade de saber o que era desconhecido pelo homem, foi responsável pela expulsão do paraíso. A herança judaica também nos deixou fortes preconceitos em relação ao acesso da mulher ao conhecimento, pois essa deveria dedicar-se ao marido e aos afazeres domésticos. Não poderia se permitir que a árvore do conhecimento e do discernimento fosse propriedade da mulher. Não tem como, segundo o autor, entender porque o conhecimento foi/é masculino sem evocar as práticas da Inquisição e, no início da ciência moderna, quando os homens que investigavam eram chamados de sábios e

cientistas e as mulheres, de bruxas, como tendo associação com o demônio, chegando a serem queimadas em fogueiras.

Além das inculcações filosófico-religiosas, a própria ciência operou contra as mulheres e ainda opera:

[s]obre a quase ausência de mulheres na história da Ciência, não deixa de ser significativo que, ainda nas primeiras décadas do século XX, a ciência estava culturalmente definida [...] como uma carreira imprópria para a mulher, da mesma maneira que, ainda na segunda metade do século XX, se dizia quais eram as profissões de homens e quais as de mulheres” (CHASSOT, 2007, p. 27).

E mais, o autor também nos faz lembrar que no século XIX houve mulheres “que publicaram seus trabalhos matemáticos com pseudônimos masculinos não apenas para merecerem créditos na Academia, mas até para conseguirem que eles obtivessem um *locus* para virem à luz” (CHASSOT, 2007, p.27). Além disso, mesmo que em muitas áreas do saber como Literatura, Sociologia, História e Linguística discuta-se a importância das questões de gênero, ainda há muita resistência na área das ciências naturais² o que se deve ao fato de cientistas, filósofos e historiadores da ciência considerarem básica a “neutralidade, objetividade e racionalidade da Ciência, e aí as diferenças entre gêneros

² A revista *Nature* apresentou uma edição especial, em março de 2013, cujo objetivo foi investigar a desigualdade de gênero na ciência e o que tem sido feito para superá-la, com foco principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Em termos gerais, nessa edição afirma-se que a o sexismo institucional se mantém na ciência. Apesar dos progressos, mulheres cientistas ainda recebem menos, são menos promovidas, conseguem menos financiamentos e são mais prováveis de abandonar a pesquisa do que homens igualmente qualificados. As razões disso envolvem desde a discriminação explícita ou implícita até a inevitável coincidência dos anos produtivos e reprodutivos. (Disponível em: <[http://www.nature.com/news/women-in-science-women-s-work- 1.12547](http://www.nature.com/news/women-in-science-women-s-work-1.12547)>. Acesso em 20 de mar. de 2013).

Em uma pesquisa sobre a carreira das mulheres em uma universidade pública brasileira, Marília Moschkovich (2013) conclui que, devido às particularidades da carreira acadêmica no Brasil e ao fato de as mulheres que ingressam nessa carreira poderem pagar pela terceirização do trabalho doméstico, as mulheres não se encontram em desvantagem sistemática para ascender ao cargo mais alto da carreira; entretanto, o sexo está atrelado a certos padrões de trajetória profissional (as mulheres apresentam circulação internacional e bolsas produtividade com menor frequência do que os homens), as exigências sociais com relação ao cuidado com filhos/as e com parentes mais velhos ainda são vistos como responsabilidade das mulheres e o gênero representa uma série de limites que tornam as trajetórias das mulheres significativamente mais ‘tumultuadas’ do que a dos homens.

devem ficar alheias a ela, não tendo por que afetá-la” (CHASSOT, 2007, p.31-32).

Então, sim, acredito que Kuhn estava se referindo aos homens, não a uma comunidade científica composta por homens e mulheres. Também não posso deixar de mencionar a ironia do trecho que afirma que os homens que conhecem o paradigma são os únicos capazes de ler os trechos a eles endereçados, reforçando a ideia de que a ciência é de poucos e que esses poucos são homens.

Ao longo de seu texto, Kuhn (2007) trabalha com duas definições de paradigmas. Uma delas como sendo “toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, 2007, p.220). Só que o autor separa a noção de paradigma da de comunidade científica. Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica, que foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação semelhantes, absorvendo a mesma literatura técnica e dela retirando as mesmas lições. Em outras palavras, iniciantes em uma determinada área científica devem passar por um treinamento específico. Em geral, cada comunidade possui seu próprio objeto científico de estudo e as fronteiras dessa literatura padrão marcam os limites desse objeto e os membros da comunidade veem a si mesmos e são vistos por outros/as cientistas, membros de outras comunidades, como os únicos responsáveis pela perseguição de tal objeto. Como afirma Kuhn (2007, p.226), “[u]m paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência”.

Já de acordo com a outra definição, o paradigma é como a constelação de compromissos do grupo: “as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal” (KUHN, 2007, p. 220). Nesse sentido, o paradigma não é simplesmente uma teoria, mas uma matriz disciplinar: “disciplinar porque

se refere a uma posse comum aos participantes de uma disciplina particular, matriz porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2007, p. 228-229). A matriz disciplinar é composta por generalizações simbólicas (expressões, leis, fórmulas, definições - talvez as revoluções impliquem o abandono de generalizações); paradigmas metafísicos ou partes metafísicas de paradigmas (compromissos coletivos com crenças em determinados modelos, sendo que todos os modelos possuem funções similares, entre outras coisas fornecem as analogias ou metáforas possíveis); valores (proporcionam um sentido de pertença a uma comunidade global - os valores podem ser compartilhados por cientistas que divergem quanto à sua aplicação); exemplares (soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua formação científica e que desenvolvem a habilidade para encontrar semelhanças em situações variadas, permitindo a resolução de problemas).

Essas noções de paradigma e de comunidade científica se relacionam com as características da ciência apresentadas por Granger (1994). A primeira característica da ciência, como já mencionei anteriormente, é a de que uma teoria não trabalha com fatos atuais, mas com fatos “virtuais”, uma vez que ela se volta para a representação das experiências e descrição dos objetos. Esses fatos virtuais, esquemáticos, são determinados “na rede de conceitos da própria teoria, mas incompletamente determinados enquanto realizáveis aqui e agora numa experiência” (GRANGER, 1994, p.48), ou seja, esses fatos virtuais são determinados e atualizados pelo paradigma. É o paradigma que delimita o objeto, determina o que pode ou não ser considerado um problema a ser resolvido, um quebra-cabeça, e ainda estabelece quais modelos e instrumentos devem ser utilizados para sua solução.

Quanto à segunda característica – apresentar informações de como o conhecimento

foi obtido para que o processo possa ser repetido – significa descrever o método utilizado para que os procedimentos possam ser refeitos e avaliados pela comunidade científica. É importante observar também a consideração de que o fato científico é sempre público, só que público quer dizer disponível para a comunidade científica, preferencialmente para os cientistas que seguem o mesmo paradigma e são os únicos responsáveis pela perseguição do objeto em questão.

Finalmente, segundo Granger (1994, p 47), “a verificação de um fato científico depende, pois, de uma interpretação ordenada, no interior de uma teoria explícita”; portanto, tal verificação não pode ser feita por qualquer um, pois desse processo são excluídos principalmente as cidadãs e os cidadãos leigas/os, muitas vezes aqueles/as que mais serão afetados/as pelas teorias e conceitos.

Voltamos mais uma vez à metáfora da visão. Kuhn (2007) explica que a visão de algo, como o que pode ser visto em algum instrumento ou aparelho, é uma experiência perceptiva. Para quem não está familiarizado com o instrumento, “a observação cuidadosa, a análise e a interpretação (ou ainda a intervenção de uma autoridade externa) são exigidas antes que se possa chegar a conclusões” (KUHN, 2007, p. 246). Já para aqueles que conhecem o instrumento ou aparelho, a situação é diferente. O que o especialista vê em um aparelho pode ser considerado critério para o estudo do objeto em questão. Dizendo de outra forma,

[t]anto no sentido metafórico como no sentido literal do termo ‘visão’, a interpretação começa onde a percepção termina. Os dois processos não são o mesmo e o que a percepção deixa para a interpretação completar depende drasticamente da natureza e da extensão da formação e da experiência prévias (KUHN, 2007, p. 246).

Tanto cientistas quanto as pessoas leigas são capazes de perceber, só que o primeiro grupo tem o olhar treinado para perceber de acordo com os preceitos do

paradigma; o/a cientista tem as ferramentas consideradas adequadas para a interpretação e, logo, para o estabelecimento de sentido.

Se a ciência é uma forma de ver o mundo e se os membros de uma comunidade científica estão armados com os aparatos adequados para ver, essa ciência caracteriza-se, como afirma Santos (1988), por ser uma melhor observação dos fatos e uma nova visão do mundo e da vida e leva a duas distinções fundamentais: por um lado, entre o conhecimento científico e o conhecimento comum, ou seja as evidências de nossa experiência humana ou a percepção que temos de nossas experiências são ilusórias e estão na base do conhecimento vulgar; por outro lado, entre a natureza e a pessoa humana, sendo a primeira “passiva, eterna, reversível, mecanismo cujos elementos se podem demonstrar e depois relacionar sob a forma de leis” (SANTOS, 1988, p.49), podendo, assim, ser dominada, controlada, transformada.

1.4 Por uma visão corporificada

A visão é um dos sentidos que nos permite ter acesso ao mundo e está intimamente ligada ao corpo. Haraway (1995) insiste na natureza corpórea da visão e discute o significado e as consequências dessa metáfora para o paradigma hegemônico da ciência moderna. Para a ciência moderna, a visão representa “um salto para fora do corpo marcado” quando se tem “um olhar conquistador que tudo vê” (HARAWAY, 1995, p. 18). A ciência busca apagar os valores, as crenças e os interesses dos grupos sociais que representa, pois o olhar científico é a representação metonímica de um sujeito do conhecimento descorporificado cultural e historicamente que ocupa uma posição não marcada de homem branco ocidental. Esse posicionamento não marcado do sujeito encontra-se distante dos objetos, estes, sim, determinados no tempo e no espaço.

Em outras palavras, trata-se de uma visão infinita, capaz de ver tudo de maneira abrangente, mas sem estar em lugar algum. É a ideologia de uma visão “direta, devoradora, generativa, irrestrita” (HARRAWAY, 1995, p. 20); contudo, o conhecimento produzido a partir desse ponto de vista é parcial, fantástico, distorcido e, portanto, irracional, ou seja, a racionalidade não passa de uma ilusão de ótica. Esse é o “truque de deus”.

A única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática e honrada é a do ponto de vista do senhor, do Homem, do deus único, cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença. [...] O truque de deus é auto-idêntico e nos enganamos ao tomá-lo por criatividade e conhecimento, até por onisciência (HARAWAY, 1995, p.27).

Esse posicionamento, incorpóreo, não marcado, não mediado, transcendente, pretensamente universal, traduz-se como objetividade para a ciência moderna. As doutrinas de objetividade estão a serviço de relações hierárquicas e determinam o que pode (ou não) ser validado como conhecimento. Um conteúdo explicitamente marcado, posicionado, próximo do objeto perde a validade e a credibilidade. Posicionamentos políticos são tidos como incompatíveis com o fazer científico, que deve sempre ser realizado sob os véus da neutralidade. A ciência é condicionada socialmente e em sua prática interferem elementos subjetivos, práticas oriundas de outros saberes. “No entanto, sabemos que continua a haver fundamentalismos que pretendem purgar a ciência de tudo aquilo que possa ser considerado uma contaminação externa” (RUIVO, 2006, p.594). Na verdade, a separação entre ciência e política faz-se necessária, de acordo com o paradigma hegemônico, porque um ponto de vista comprometido com uma posição política não poderia de modo algum ser científico (LÖWY, 2000).

Como já foi dito, a racionalidade da ciência não passa de uma ilusão de ótica (HARAWAY, 1995). A universalidade representa a imposição de um ponto de vista

hegemônico sobre os demais, a objetividade em sua versão fraca (HARDING, 1993). A concepção tradicional de objetividade rejeita a tarefa de identificar criticamente a amplitude dos desejos, interesses e valores sociais e históricos que moldaram e moldam as agendas, os conteúdos e os resultados das ciências assim como moldam as outras atividades humanas. Esse ponto de vista “universal” e “neutro” vem de uma voz de autoridade invisível, anônima e descorporificada, os interesses que representa não são evidentes e os objetivos que persegue não são claros, por isso, a objetividade defendida é fraca.

Por outro lado, o saber localizado inclui o posicionamento das/os cientistas, as crenças e comportamentos a partir dos quais o conhecimento é produzido. A objetividade forte, segundo Sandra Harding (1993), requer que o sujeito do conhecimento seja colocado no mesmo plano crítico e causal que os objetos do conhecimento.

Finalmente, a neutralidade é mantida através do estilo e do controle da linguagem que não deve deixar transparecer quem é o sujeito que fala e de onde fala. Esse aspecto revela que a hierarquia está presente até mesmo na linguagem da ciência, pois uma língua e uma linguagem tornam-se o meio de expressão do saber científico e o parâmetro para todas as traduções e conversões. Todas essas características atribuídas à ciência ajudam a perceber que o paradigma hegemônico se mantém graças a diversos apagamentos. Muito é invisibilizado, silenciado em nome da neutralidade, universalidade e objetividade da ciência.

A produção de conhecimento, entretanto, não depende só do paradigma dominante da ciência. As feministas vêm já há algum tempo questionando o paradigma hegemônico e propondo alternativas epistemológicas, como a epistemologia empiricista feminista (HARAWAY, 1995). As feministas empiricistas defendem a ideia de que o sexismo e o androcentrismo poderiam ser eliminados dos resultados das pesquisas se cientistas fossem

mais rigorosos/as e cuidadosos/as ao seguirem os métodos e normas de pesquisa. Segundo elas, uma pesquisa mais criteriosa possibilitaria que as pessoas vissem o mundo a partir de uma perspectiva alargada porque as cortinas que obscurecem o conhecimento e a observação seriam retiradas.

Marcia Millman e Rosabeth Moss Kanter (1987) baseiam-se na fábula das novas roupas do imperador para discutir sobre o aspecto subjetivo da realidade, que está sujeita à definição social. Nesse sentido, as ilusões coletivas podem ser desfeitas com a introdução de novas perspectivas. Uma forma de mudar de perspectiva seria por meio de movimentos sociais de libertação que promovem mudanças na consciência pessoal e social e trazem à mente uma questão fundamental para os estudos nas áreas das ciências sociais: “questões de conhecimento e como o que as pessoas conhecem e o que veem no mundo é afetado por sua localização particular na estrutura social” (MILLMAN; KANTER, 1987, p.30).

O problema com esse empirismo feminista é que os métodos e normas da ciência são muito fracos para permitirem que pesquisadores/as sistematicamente identifiquem e eliminem os valores, interesses e agendas sexistas e androcêntricas dos resultados que são compartilhados com toda a comunidade. Além disso, pesquisadores/as sociais podem fazer mais do que esperar que movimentos sociais aconteçam e ainda esperar que seus efeitos alcancem os processos de produção do conhecimento (HARDING, 1993). O empiricismo feminista não desafia a lógica hegemônica de pesquisa e insiste nos significados legítimos da objetividade (HARDING, 1993; HARAWAY, 1995), além de não questionar as limitações que as concepções de método causam nos resultados.

Interessa mais produzir padrões mais fortes de objetividade, buscando uma visão corporificada, capaz de acomodar projetos críticos e paradoxais. Assim, a objetividade não seria inocente; em vez disso, seria capaz de perceber as relações de poder envolvidas no processo de produção de conhecimento, explicitando-as, tendo em vista sua

democratização. Interessa, então, uma objetividade capaz de ver as diferenças e, para tanto, os saberes devem ser localizados. A vida e a experiência das pessoas em posições marginalizadas fornecem problemas particularmente significantes para serem explicados, além de novas agendas para serem atendidas. As experiências das mulheres fornecem um ponto de partida para questões novas e críticas não só sobre a vida das mulheres, mas também sobre a vida dos homens e as relações causais entre elas e eles, o que proporciona uma compreensão menos parcial e menos distorcida. Os saberes localizados (HARAWAY, 1995) ou a epistemologia do *standpoint* (HARDING, 1993) estabelecem a relação entre conhecimento e política, ao reconhecer que diferentes políticas produzem efeitos diferentes no conhecimento, privilegia o cotidiano, insiste na materialidade dos corpos e assume teorias de mediação. Haraway (1995, p. 20) afirma que:

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades.

Dito de outra forma, a visão, sob um ponto de vista feminista, deve representar uma perspectiva assumidamente parcial, localizada, capaz de identificar onde estamos e de onde falamos. Essa localização será sempre limitada e o conhecimento sempre localizado, não transcendente e sem a divisão entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível.

É preciso ter em mente que a epistemologia do *standpoint* não combate por si mesma o positivismo nem o relativismo, nem se confunde com qualquer destes. Aliás, o relativismo é um problema da perspectiva dominante; seria uma forma de dizer “tenho minha visão e você tem a sua e ambas estão igualmente corretas”, sem garantir que as

hierarquias sejam desafiadas. O relativismo também é uma maneira de não estar em lugar nenhum. A epistemologia do *standpoint* não deve também ser confundida com o etnocentrismo. Existem algumas razões que garantem a diferenciação entre os dois. A vida dos grupos marginalizados produz melhores bases para certos tipos de conhecimento, um melhor ponto de partida para perguntas causais e mais críticas sobre a ordem social. Essa epistemologia problematiza as concepções de gênero que moldam os comportamentos e as crenças, o que permite evitar uma produção de conhecimento preconceituosa e distorcida (isto é, o objetivo não é trocar uma ciência masculina por uma feminina). E mais, há muitos feminismos, as vidas e experiências das mulheres são diferentes assim como a marginalização acontece de diferentes formas e os diversos feminismos devem informar um ao outro. Por fim, são justamente as afirmações que se dizem universais e que produzem crenças universalmente válidas sobre relações humanas, ética e epistemologias que são etnocêntricas (HARDING, 1993).

Há também as contradições que surgem ao se incluir a voz dos subordinados (LÖWY, 2000). Por um lado, essa posição oferece um acesso privilegiado ao universal, já que, como quem está nela não precisa defender aquisições ou posições de poder, podem-se defender pontos de vista menos obscurecidos e a aspiração de mudar sua condição pode possibilitar uma apropriação de uma visão mais de acordo com a realidade. Haraway (1995) é uma das que defende esse argumento, pois o conhecimento dos/as subjugados/as tem o potencial de ser mais confiável, responsável, crítico e, em seus termos, objetivo. Só que os/as subalternos/as não escapam às relações de poder, o que nos leva ao outro posicionamento em que se acredita que a posição de subordinado/a barra o acesso ao universal, pois como está em posição subordinada, ou torna-se pária (ao passar para o outro lado), ou torna-se assimilado/a. A questão que deve ser levada em conta, contudo, é que as posições de dominância e dominação não são fixas e imutáveis. Esse

posicionamento parcial, localizado, crítico, histórico, não transcendente, apoiado nas possibilidades de redes de conexão, abre espaço para a questão da responsabilidade, pois nos tornamos responsáveis pelo que aprendemos a ver e ver é sempre uma questão de poder. Como não há uma verdade final, é imprescindível que haja responsabilidade. Devemos ser responsáveis pelo que vemos, a forma como vemos, o conhecimento que produzimos bem como pelas consequências desse conhecimento. Além disso, o posicionamento, o lugar marcado pelo corpo, implica vulnerabilidade. Partir das experiências das mulheres significa partir de lugares muito diferentes, de posições ambivalentes, conflitantes e, assim, produzir conhecimento múltiplo, heterogêneo, contraditório. Como afirma Harding (1993, p.66), “a lógica da diretiva de ‘iniciar o pensamento a partir da vida das mulheres’ requer que se comece o pensamento a partir de múltiplas vidas que estão de muitas formas em conflito umas com as outras, cada uma em si mesma tem compromissos múltiplos e contraditórios”.

Entretanto, não se pode ignorar o fato de que marcar-se, localizar-se como um “eu” não é fácil. É preciso reconhecer que ocupamos posições móveis e relacionais, que somos divididos/as e contraditórios/as e, como afirma Haraway (1995, p. 26-27),

[d]ivisão, e não o ser, é a imagem privilegiada das epistemologias feministas do conhecimento científico. "Divisão", neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas. Esta geometria é pertinente no interior dos sujeitos e entre eles. A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. [...]. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. A procura por uma tal posição "inteira" e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional, que às vezes aparece na teoria feminista como a essencializada.

Haraway (1995) reconhece, então, que a identidade é heterogênea, múltipla, contraditória. E a produção de conhecimento sob um ponto de vista feminista busca ver como vários conhecimentos subalternos e localizados podem se complementar. Assim, em vez de neutralidade e universalidade, teremos multiplicidade e pluralização, o que não significa relativismo. Até porque é ingenuidade pensar que no relativismo as vozes são igualitárias uma vez que se está lidando com grupos hegemônicos. É inocente pensar que se possa produzir uma situação simétrica.

Em vez da metáfora da visão, devemos privilegiar a metáfora da confusão dos sentidos, da mistura de visão e voz, do gaguejar, do parcialmente compreendido; em vez do fechamento, a abertura para as incertezas e para o inesperado; em vez de busca desinteressada, uma busca apaixonada, crítica, responsável e solidária. “O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (HARAWAY, 1995, p.33).

1.5 Ciência e linguagem: a questão da tradução

Como já mencionei neste texto, o estabelecimento e o desenvolvimento do paradigma hegemônico de ciência que conhecemos está diretamente ligado, entre outras coisas, às possibilidades de aplicação do conhecimento e de sua tradução em desenvolvimento tecnológico (SANTOS 1988; GRANGER, 1994; SANTOS; MENESES; NUNES, 2005). No entanto, a tradução nas ciências não diz respeito apenas às suas relações com a tecnologia. Tradução diz respeito à linguagem, à produção e à circulação do conhecimento; afinal “a linguagem com que se faz ciência é ela própria também um elemento da própria produção científica e a linguagem com que se fala de ciência é uma nova linguagem” (RUIVO, 2006, p.586).

Para Granger (1994), uma das características da ciência é a forma de visar o objeto; contudo, além desse aspecto, a linguagem é outro elemento que confere unidade à ciência. Por mais que haja diversidade nas formas de conhecimento, a linguagem usada pela ciência revela uma unidade profunda. Como o autor afirma, só pode haver ciência expressa, isto é, “que represente seus objetos num sistema simbólico” (GRANGER, 1994, p. 52). Em outras palavras, toda ciência se produz numa linguagem, mais especificamente num sistema simbólico formal, que comporta regras explícitas que permitem distinguir o que, em cada signo material, é pertinente, ou seja, suficiente e necessário para significar; um conjunto finito de signos elementares a partir dos quais todos os outros signos são construídos; regras de concatenação dos signos que possibilitam distinguir sem ambiguidade se as expressões são bem formadas.

A descrição de Granger da linguagem da ciência permite perceber que, para se expressar o conhecimento científico, a linguagem deve ser controlada, com vocabulário limitado, específico, não ambíguo. Aliás, é o controle da linguagem que permite a descorporificação do sujeito cognoscente, confere a aparência de neutralidade e objetividade e garante a separação entre ciência e militância. Só que a ideia de controle da linguagem é uma falácia. A linguagem da ciência é dependente de outros recursos assim como a ciência é dependente de outros saberes.

Para compreender aquilo que estamos a construir precisamos de recorrer a gráficos, modelos, imagens. E de usar metáforas. [...] Quando se trata a apreciar a beleza do resultado final e de o aplicar, podemos dizer [...] que não interessa muito qual o caminho que se seguiu, visto que as esquadrias, os esboços a lápis, os borrões foram apagados. Mas se queremos compreender como se faz a ciência, é importante saber quais foram os caminhos (RUIVO, 2006, p.595-596).

Primeiro, o/a cientista faz leituras, representações da natureza, nesse sentido, segundo Maria da Conceição Ruivo (2006), a única objetividade que podemos ter é a objetividade construída.

Por mais subjectivo que tenha sido o processo que levou à formulação de uma dada conjectura, por mais escolhas que tenha havido [...], os resultados finais são um saber partilhado, são considerados factos depois de serem testados independentemente por diferentes investigadores da comunidade. Isto é, depois de serem alvo de um consenso. O sujeito deixou de ser o indivíduo, passou a ser a comunidade (RUIVO, 2006, p. 593).

Segundo, ao falar da prática e do desenvolvimento de uma “ciência normal” e das divergências que podem surgir devido à competição de teorias científicas, Kuhn (2007) também discute o papel da tradução. Isso ocorre quando um determinado conjunto de valores compartilhados por uma comunidade científica entra em interação com outros conjuntos de valores. A prática da ciência normal depende da habilidade de se agrupar objetos e situações semelhantes adquirida por meio da observação de exemplares. Se as relações de similaridade mudam, os objetos passam a ser agrupados de forma diferente. E se dois grupos de cientistas, que passaram pela mesma formação e possuem o mesmo vocabulário, passam a ver os objetos e as situações sob pontos de vista diferentes, eles/elas usarão as palavras de maneira diferente. Devido a isso, quando as similaridades mudam e os objetos são agrupados de outra forma, os/as cientistas parecem não se entender mais.

Precisamos refletir sobre o que podemos dizer sobre o campo do outro: somos capazes de fazê-lo? “Para fazer pontes, antes de mais, é preciso ter em conta a questão da linguagem. Com a linguagem se definem campos, se traçam fronteiras, se transgridem fronteiras. Com que linguagem nos entendemos ou nos desentendemos?” (RUIVO, 2006, p.588).

A dificuldade de comunicação leva à necessidade de recursos alternativos. “Em suma, o que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades de linguagem e a partir daí tornarem-se tradutores” (KUHN, 2007, p.251). Cada membro de uma

comunidade, ou cada comunidade como um todo, aprenderia a “traduzir para sua própria linguagem a teoria do outro, bem como suas consequências e, simultaneamente, a descrever na sua linguagem o mundo ao qual essa teoria se aplica” (KUHN, 2007, p. 251).

Ruivo (2006, p. 588) afirma que “[u]m dos grandes obstáculos à compreensão mútua é, frequentemente, um desconhecimento da linguagem do outro, e a pretensão de que, sendo inteligentes e dominando eximamente as ferramentas do nosso campo – difícil por excelência –, somos capazes de rumar no campo dos outros, sem precisarmos de aprender o seu alfabeto”. Comunicar com clareza seus saberes em casa é relativamente fácil, o problema é falar pra fora da comunidade.

Kuhn (2007) ainda complementa com a discussão sobre o papel da tradução nas revoluções científicas. Em primeiro lugar, a tradução pode ser “um instrumento potente de persuasão e conversão, pois permite aos participantes de uma comunicação interrompida experimentarem vicariamente alguma coisa dos méritos e defeitos recíprocos” (KUHN, 2007, p.251) e, à medida que a tradução avança, os membros de cada comunidade podem começar a compreender como determinados enunciados serviam de explicação de acordo com o ponto de vista da outra comunidade. Em segundo lugar, “[t]raduzir uma teoria ou visão de mundo na sua própria linguagem não é torná-la sua. Para isso é necessário utilizar essa língua como se fosse nossa materna, descobrir que se está pensando e trabalhando - e não simplesmente traduzindo - uma língua que antes era estranha” (KUHN, 2007, p. 251). Para Kuhn, essa transição de uma linguagem para outra não depende de escolhas e deliberações e, em um determinado momento, o/a cientista perceberá que a transição aconteceu e que ele/ela “deslizou para a outra linguagem”. Ou então o/a cientista vê-se persuadido pela nova teoria, mas não é capaz de internalizar sua linguagem nem de sentir-se à vontade no mundo que ela ajuda a construir, será sempre uma língua estrangeira. Mas

será suficiente encontrar as equações fundamentais para que todos os problemas de interpretação, com todas as suas implicações, sejam compreendidos? Sabemos que não é verdade. A riqueza de uma nova teoria não se esgota de modo nenhum no trabalho dos pais fundadores. Segue-se um longo trabalho de elaboração, de manutenção através do qual há uma depuração de toda ganga inicial, tornada depois desnecessária ou mesmo inconveniente (RUIVO, 2006, p. 589).

Tanto Granger (1994) quanto Kuhn (2007) falam da linguagem da ciência e da necessidade de tradução sem discutir a linguagem em si, sem questionar quem pode utilizá-la e como. Aliás, adquirir a linguagem do outro seria a tarefa para os/as vencidos/as, para aqueles que foram persuadidos/as de que a outra visão de mundo é melhor (SANTOS, 1995).

Ilana Löwy (2000), ao discutir a tradução, fala de fatos científicos e estilos de pensamento. Os fatos científicos estão impregnados do estilo de pensamento das comunidades científicas que os produziram. Contudo, a ciência não se reduz ao acúmulo de fatos elaborados por grupos de especialistas isolados. A ciência requer comunicação e, portanto, a circulação desses fatos “torna indispensável a tradução, exercício que, por sua essência, é interpretativa, crítica e parcial” (LÖWY, 2000, p. 34). A tradução produz tanto perdas quanto ganhos e pode até ser a fonte de inovações. O enriquecimento de nossa compreensão do mundo depende da interação entre indivíduos e grupos situados e do esforço para alcançar o ponto de vista do outro. Aí está um aspecto importante da posição de Löwy (2000) sobre a tradução: ela considera indivíduos e grupos situados e o conhecimento produzido, conseqüentemente, é localizado.

A autora aponta ainda para o fato de que a tradução - ou a tentativa de se alcançar o ponto de vista do outro - abala as próprias certezas, mostra a necessidade de tatear sobre bases não tão sólidas, ajuda a desenvolver a habilidade do improvisado. Isso implica o abandono de uma definição estreita de universalidade da ciência bem como de uma ideia

abstrata e idealizada de ciência. A tradução pode abrir espaço para a multiplicação de pontos de vista e a “integração de potencialidades inexploradas de grupos anteriormente excluídos dos empreendimentos científicos” (LÖWY, 2000, p. 36).

É válido refletir aqui sobre o papel da tradução na multiplicação de pontos de vista. Se tradução significa passar de uma língua para outra, como “as potencialidades inexploradas de grupos anteriormente excluídos dos empreendimentos científicos” participarão do processo de produção do conhecimento científico? Será que tais grupos serão traduzidos, ou pra se fazer ouvir é preciso falar em uma língua e linguagem específicas? Não seria mais interessante pensar na multiplicação de pontos de vista a partir não só da multiplicação de vozes, mas também de línguas e linguagens?

O senso comum não está ausente do fazer científico, mas em sua forma final as teorias científicas são em boa medida contra-intuitivas, o que contraria o senso comum (RUIVO, 2006). Questiona-se, então, em que medida pode-se fazer um novo senso comum, esclarecido, permeado de saber científico; em outras palavras, como transformar a ciência em cultura? Por outro lado, quais seriam os benefícios se a ciência em questão é hegemônica, que não visa a tender as necessidades daqueles/as que serão mais profundamente afetados/as por ela? Não adianta se a ciência não se abrir para outros saberes, para a interdisciplinaridade, ou seja, “[a]prendendo outras linguagens, decifrando outros mapas. Isto é, sabendo ouvir” (RUIVO, 2006, p.599).

Haraway (1995) fala da necessidade de desenvolvermos a “capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes – e diferenciadas em termos de poder” (HARAWAY, 1995, p.16). A autora ainda comenta que a tradução, na ciência, é vista como uma busca de convertibilidade, mobilidade de significados, o que é uma forma de reducionismo, pois significa que uma linguagem e uma língua específicas são impostas como parâmetro para todas as traduções e conversões.

A tradução, para a produção de conhecimento feminista – sempre assumidamente interpretativa, crítica e parcial – torna-se uma base para a racionalidade e a objetividade, para uma conversa sensível às relações de poder. Os conhecimentos locais, ela acrescenta, “também tem [sic] de estar em tensão com as estruturações produtivas que obrigam traduções e trocas desiguais – materiais e semióticas – no interior das redes de conhecimento e poder” (HARAWAY, 1995, p.29).

Para a autora (HARAWAY, 1995, p. 33), a ciência requer decodificação, transcodificação, tradução e crítica para tornar-se a ciência “não do fechamento, mas do que é contestável e contestado”, o mito “não do que escapa à ação e à responsabilidade humanas, num domínio acima da disputa, mas, antes, de prestação de contas e de responsabilidade por traduções e de solidariedades vinculando as visões cacofônicas e as vozes visionárias que caracterizam os saberes dos subjugados”.

Ao discutir a importância da tradução, Haraway (1995) enfatiza o papel da visão, mas não especifica como seria a relação entre as diferentes vozes. Mesmo que o sujeito localize-se e identifique-se como múltiplo e heterogêneo, as relações de poder são variáveis e esse sujeito pode ocupar posições dominantes ou subjugadas. Sua voz teria sempre o mesmo valor, seria sempre ouvida da mesma forma ou dependeria da tradução feita por outrem, que ocupa uma posição de mais prestígio, que fala outra língua e utiliza outra linguagem?

A tradução, segundo Santos (1995), é necessária para um bom sistema visual e ela implica a desconstrução da posição de subjugados. A autora também reforça a necessidade de se aprenderem outras línguas e novas linguagens, que seria “o primeiro passo para uma conversa com pessoas que não compartilham do nosso universo linguístico e discursivo” (SANTOS, 1995, p 69). Porém, deveríamos também traduzir nossa língua e linguagem para o outro que não ocupa posição na academia, mas que frequentemente fornece - “com

sua língua, linguagem e experiência - material empírico à construção de teorias feministas” (SANTOS, 1995, p 70).

A questão que se coloca aqui é que a tradução não pode ser unilateral, como uma forma de apropriação da linguagem (assim como das práticas e experiências dos/as outros/as). A produção e distribuição, de forma democrática, do conhecimento feminista envolve o aprendizado da tradução tanto de outras linguagens como da nossa própria.

Capítulo 2. A Ciência da Linguagem

2.1 Delimitando o contexto

O modelo de ciência que conhecemos hoje surgiu com as grandes transformações científicas, do século XVI ao XVIII, desenvolveu-se a partir das ciências naturais e estendeu-se para as ciências sociais emergentes do século XIX. Boaventura de Souza Santos (1988) nos conta que, para Isaac Newton (século XVII), o mundo seria uma máquina, que poderia ser conhecida, de acordo com o modelo do racionalismo cartesiano, por meio da decomposição de seus elementos, e cujas operações poderiam ser determinadas por leis matemáticas e físicas simples que reduziriam toda a complexidade da ordem cósmica. Essa ideia transformou-se na grande hipótese universal da era moderna: o mecanicismo.

Buscava-se observar as leis da natureza, que são o “reino da simplicidade e da regularidade” (SANTOS, 1988, p. 28), e a descoberta de tais leis assentava-se na pressuposição de que o resultado se repetiria sempre e em qualquer lugar em que se realizassem as condições iniciais. A natureza seria passiva e eterna, seria um mecanismo cujos elementos são demonstráveis e relacionáveis em forma de leis: “o conhecimento científico avança pela observação descomprometida, livre e sistemática e tanto quanto possível rigorosa dos fenômenos naturais” (SANTOS, 1988, p.25). Em outras palavras, pressupunha-se uma ideia de ordem e estabilidade do mundo, as quais seriam a pré-condição da transformação tecnológica do real. A natureza era considerada a mesma para todos os seres humanos, ideia que expõe o pressuposto de uma ciência única, universal (LÖWY, 2000; VISVANATHAN, 2005). Esse espírito precursor do século XVIII resultou nas luzes e criou as condições essenciais para a emergência das ciências

sociais e humanas no século seguinte. Especialmente a partir do século XIX, o conhecimento mecanicista foi aplicado às ciências sociais de forma que todos os princípios epistemológicos e metodológicos próprios do estudo da natureza, na medida do possível, fossem aplicados ao estudo da sociedade. Isso significa que as relações humanas e os fatos da sociedade eram vistos como estáveis, assim como os fenômenos da natureza, e passíveis de serem observados a partir do isolamento de suas condições iniciais.

É importante ressaltar que a ciência tornou-se a instituição responsável pela produção do conhecimento a partir de um modelo que passou a representar a própria racionalidade (acredito que aqui seja redundante o uso do adjetivo “científica”, porque a única forma de racionalidade possível era aquela alcançada por meio da ciência). A racionalidade no paradigma científico moderno se constituiu sobre os pilares da universalidade, da neutralidade e da objetividade. Contudo, a neutralidade nada mais é que a imposição de um ponto de vista, a objetividade é um posicionamento descorporificado, escondendo as marcas (e a história, os interesses e as intenções) de quem o produz, e a neutralidade é uma manobra estilística que não deixa aparecer quem fala e de onde fala.

Esse modelo de ciência e de racionalidade estabeleceu-se durante um longo percurso (do século XVI ao XIX) que envolveu tanto mudanças epistemológicas e metodológicas, como políticas e econômicas. O colonialismo teve papel fundamental nesse processo, pois levou a um exclusivismo epistemológico, subordinou modos de pensar, relegou a posições marginais o pensamento não europeu e construiu um Outro desqualificado.

Esse período de desenvolvimento do paradigma moderno da ciência, do século XVI ao XIX, foi também a era do colonialismo e da criação do conceito de nação, que surgiu como conceito ontológico fundador do Estado moderno, por volta do século XVII, e que servia para homogeneizar os indivíduos, a cultura, a história, as tradições e a língua em seu

território, estabelecendo seus limites. A ideia de nação casava-se com o ideal romântico que exaltava o passado nacional e buscava descobrir as origens de um povo e de uma língua.

Nesse mesmo período, durante o desenvolvimento da ciência e do surgimento dos Estados modernos, emergiu uma noção de indivíduo totalmente centrado, unificado, indivisível, dotado da capacidade da razão que aparecia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia. Esse era o “sujeito soberano”, que nasceu entre o Humanismo Renascentista do século XVI, que o colocou no centro do universo, e o Iluminismo do século XVIII, liberto das instituições religiosas pela Reforma e o Protestantismo, habilitado, pelas revoluções científicas, a inquirir, investigar e decifrar os mistérios da natureza (HALL, 2004). Esse era o sujeito cartesiano: “racional, pensante, situado no centro do conhecimento” (HALL, 2004, p. 27).

Contudo, as sociedades modernas foram se tornando mais complexas e adquiriam forma mais coletiva, com isso surgiu o “sujeito sociológico”, cujo núcleo interior não era autônomo, mas formado a partir da interação entre o “eu” e a sociedade. Esse sujeito definiu-se a partir de duas noções conceituais importantes: a biologia darwiniana e o surgimento de novas teorias sociais, como a economia, o direito, a psicologia e a sociologia (HALL, 2004).

No fim do século XIX e início de XX, em meio a esse contexto de desenvolvimento da ciência moderna, da consolidação dos Estados-nação e do nascimento do sujeito sociológico, a Linguística adquiriu estatuto científico a partir de uma visão epistemológica que refletia os princípios político-ideológicos da época e de um conjunto de métodos consoantes com os ideais da própria ciência. Da mesma forma, nesse contexto surgiu o objeto da Linguística: a língua.

Uma nação homogênea e delimitada, geo-socialmente estável o suficiente para justificar o Estado independente política e economicamente, precisa de uma língua que lhe valha; um indivíduo ao mesmo tempo centrado em si, mas internalizando as estruturas sociais, está apto, ao final desse processo, a ser considerado um falante competente e representativo de uma língua dada; uma língua de uma nação homogênea, falada por indivíduos homogêneos e integrados a essa nação, é um objeto privilegiado de uma nova ciência-piloto, pois apresenta-se como element positivo para ser verificado, analisado e sintetizado (PINTO, 2006, p. 1461).

Em outras palavras, no âmbito da ciência, a Linguística e seu objeto – a língua – surgiram na era do naturalismo, do evolucionismo darwinista e do racionalismo cartesiano positivista, que dividia o todo em partes para depois unificá-las em um todo novamente e que se baseava na observação dos fatos e das relações entre eles, a língua era vista como um organismo vivo, um fato da natureza. David Crystal ilustrou bem esse pensamento ao explicar como um/a linguista pode acessar a estrutura de uma língua:

é preciso olhar para a língua como se ela fosse um artefato que pode ser quebrado em vários componentes. Quando usamos a língua na vida real é evidente que todos esses componentes ocorrem simultaneamente, mas quando visto, é um fenômeno complexo impossível de ser analisado. Para encontrarmos algum sentido na língua, precisamos quebra-la em partes e examinar cada uma a seu turno. (CRYSTAL, 1968, p. 34)

Em segundo lugar, quando a língua surgiu como objeto, o critério utilizado para delimitá-la era o território, conceito herdeiro da ideia de nação e que a ligava a um povo. Como afirma Walter D. Mignolo (2003, p. 302), “[n]o início do mundo moderno as línguas eram ligadas a territórios e as nações se caracterizavam pelos elos ‘naturais’ entre eles”. As línguas clássicas (grego e latim) foram diferenciadas das línguas modernas antes mesmo dos estudos comparatistas. A essas línguas somaram-se ainda as línguas dos povos colonizados, à época vistas como exóticas. E mesmo no período da Linguística chamada moderna essa visão prevalece. Jean Dubois et al. (1998) defende que a “linguística vê a língua como uma imagem da história da comunidade sociocultural, mas a língua participa

também da história do povo”.

Finalmente, o sujeito sociológico, localizado em processos de grupo e nas normas coletivas, era formado subjetivamente, “através da sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos nele desempenham” (HALL, 2004, p. 31), relacionando o interno e o externo, oposição que até hoje se vê presente na Linguística.

A sociologia de Durkheim, que defendia que a relação entre indivíduo e sociedade caracterizava-se por se um sistema de restrição externa que exerce ou é capaz de exercer influência sobre os indivíduos, influenciou fortemente a teoria do fato linguístico (PAVEAU; SARFATI, 2006; PINTO, 2006). Os estudos de Durkheim sobre o suicídio serviram de analogia para Saussure qualificar a língua como um fenômeno social e a fala como manifestação individual (ILARI, 2007, p. 58-59).

Levando em consideração o que foi exposto, meu objetivo neste capítulo é refletir sobre o estabelecimento da Linguística em seu modelo hegemônico a partir da discussão sobre o papel do colonialismo no processo de invenção da língua, e da metalinguagem utilizada para se descrever uma língua; da análise da forma como o objeto e os métodos da Linguística são apresentados em manuais introdutórios e dicionários, obras destinadas a fixar e legitimar um paradigma científico, ressaltando os regimes metadiscursivos que ajudam a construir o campo; e finalmente, da discussão acerca dos conceitos de língua e linguagem que vigoraram e a maneira como eles são apresentados numa história oficial da Linguística exposta nesses manuais.

2.2 O objeto da Linguística: a invenção da língua

Makoni e Pennycook (2006) desenvolvem longa argumentação sobre o papel dos processos coloniais na elaboração das concepções de língua e linguagem e no desenvolvimento da ciência linguística. Partindo do estudo de línguas africanas, os autores afirmam que línguas, concepções languageiras e as metalinguagens utilizadas para descrevê-las são invenções. Alastair Pennycook (2006) vê a língua como uma não realidade. Para ele, o processo de invenção da língua caracteriza-se por quatro dimensões: o construcionismo ontológico, o construcionismo social, o construcionismo histórico e o construcionismo discursivo.

Uma dimensão do construcionismo ligada ao processo de invenção das línguas é o social (PENNYCOOK, 2006), que dissipa mitos originais fundacionistas mostrando como a ação humana produz entidades atuais e crenças sobre tais entidades. Na verdade, na construção social, mais do que a entidade em si produzem-se discursos sobre tal entidade (metalinguagem), que muitas vezes nada mais são do que idealizações. Se não se pode ter acesso ao mundo real, então devemos focar nos modos de representação (discurso) através dos quais o mundo é construído, nas naturalizações e produções de metalinguagem. (PENNYCOOK, 2006, p. 97).

Na verdade, é assim que o mito funciona, falando constantemente sobre as coisas de forma que se esqueça de que, em algum momento, as coisas foram criadas. Trata-se de narrativas que contém certos elementos de realidade já que elas derivam de experiências passadas dos grupos.

Em outras palavras, não só as línguas foram inventadas, mas a metalinguagem linguística, ou o regime metadiscursivo nos termos de Makoni e Pennycook (2006), também são invenções. Isso significa que, em uma relação direta com a invenção das línguas, uma ideologia sobre línguas como categorias separadas e enumeráveis – reforçada pela existência de gramáticas e dicionários – também foi criada. A enumerabilidade das

línguas deve ser entendida como parte de um processo de governabilidade, parte de uma cultura europeia que observou e estudou detalhadamente tudo sobre o não europeu.

A construção de regimes metadiscursivos para descrever a linguagem e as línguas tem implicações tanto para a linguagem (enquanto capacidade geral) como para as línguas (como entidades). Isso significa dizer que, embora reconheçamos que todos os humanos tenham linguagem, a maneira na qual tanto a noção de linguagem como a de língua são compreendidas e construídas através de lentes ideológicas particulares dependem em larga medida de regimes metadiscursivos específicos e do lócus de enunciação cultural e histórico do/a analista.

Isso nos leva, novamente, à necessidade de pensarmos os saberes localizados. Enquanto linguistas, produzimos saber a partir de um determinado ponto de vista, trazemos conosco nossas ideologias e nos baseamos em regimes metadiscursivos específicos do nosso lócus de enunciação. Reconhecer esse local de onde falamos é o primeiro passo e isso significa reconhecer que esse local não é neutro e que os regimes metadiscursivos que utilizamos servem a um propósito. Em segundo lugar, precisamos analisar se a manutenção de tais regimes não colabora para a manutenção do status quo, mesmo que nosso objetivo seja tentar modificá-lo.

Esses regimes metadiscursivos são importantes porque linguistas, talvez mais que qualquer outro/a cientista, criam seu objeto de análise por meio dos regimes metadiscursivos que empregam.

Aqui podemos apontar alguns problemas que subjazem à invenção das línguas e da metalinguagem. Um deles encontra-se na ideia de enumerabilidade e singularidade linguísticas, ou seja, a possibilidade de se contar e enumerar as línguas e, conseqüentemente, seus falantes, fixando ambos em noções estanques de espaço e territorialidade. A enumerabilidade baseia-se na ideia de que línguas podem ser

convertidas em formas numéricas, que elas são descritíveis, podendo, portanto, ser prescritas, contidas e controladas. Uma das ações necessárias para se enumerar as línguas é sua nomeação (MAKONI; MASHIRI, 2006) e o efeito da nomeação das línguas é a criação de etnias. Como afirma Snfree Makoni e Pedzisai Mashiri (2006, p. 66), “a produção de mapas linguísticos produz mapas étnicos simultaneamente” e o ato de nomear, classificar e catalogar fez parte do projeto de desenvolvimento enciclopédico colonial. O próprio conceito de línguas diferenciáveis e enumeráveis é um artefato cultural europeu.

Outro problema derivado da enumerabilidade das línguas é que ela traz consigo um imaginário de falantes monolíngues. Além disso, essa ideia reduz contextos sociolinguísticos a questões numéricas e ainda faz vista grossa ao processo histórico de criação das línguas e ignora a quais interesses serve tal enumeração. Finalmente, trata-se mais de procedimentos de classificação do que reflexão sobre práticas comunicativas. A demarcação de línguas distintas, baseadas em critérios puramente linguísticos, pode não corresponder à realidade social ou funcional alguma e pode não se traduzir em fronteiras de comunicação.

Há uma tradição segregacionista na linguística de que línguas podem ser distinguidas e nomeadas (MAKONI; PENNYCOOK, 2006). Trata-se, nesse caso, de um legado do objetivismo que divide formas de fala em línguas distintas e organiza as línguas em famílias (MAKONI; MASHIRI, 2006). A metáfora de família é muito poderosa quando usada analiticamente.

Infelizmente, como uma expressão idiomática ela serve pobremente para descrever relações entre ‘línguas’, porque como uma metáfora ela carrega bagagem, implicações extras sobre línguas e seus falantes – tais como se esses/as falantes compartilhassem um interesse comum, se são co-participantes em alguma comunidade global e se sua participação é inevitavelmente diferenciada de acordo com alguma hierarquia social (MAKONI; MASHIRI, 2006, p.69).

Metodologicamente, a classificação das línguas exclui a participação dos/as falantes e omite o papel do/a analista, o que serviu muito bem ao projeto de cientificidade da Linguística, pois possibilitou que ela fosse “neutra” e “objetiva”.

Uma outra dimensão da construção é chamada de construcionismo ontológico, que se caracteriza pelo fato de que as noções utilizadas para a criação desse mito que é a língua não se referem a um objeto real. Portanto, ao invés de dizer que diferentes noções de língua foram construídas ao longo do tempo em contextos diferentes, Pennycook (2006) enfatiza que a própria língua é uma invenção. E falar de línguas como uma invenção é, em primeiro lugar, questionar a linearidade das histórias, vendo as línguas e as nações como dialeticamente co-construídas, num processo a partir do qual a língua, a história e as tradições, tanto do colonizado quanto do colonizador, foram inventadas, possibilitando forjar relações entre língua, cidadania e patriotismo. A Europa inventou tanto as colônias quanto a si mesma por meio de seu próprio olhar e essa invenção foi fundamental para o projeto colonial porque os europeus precisavam justificar sua presença e redefinir a sociedade colonizada em seus termos. Da mesma forma, o espaço político e geográfico foram inventados. Os territórios coloniais antes da colonização representavam uma folha em branco para os europeus onde seriam colocadas suas categorias que incluíam etnias, línguas e como elas deveriam ser descritas. As bases da governância e vigilância da Europa sobre o mundo estão na necessidade de se inventar um mundo à sua própria imagem e semelhança (criando histórias, tradições etc.).

Isso implica dizer que historicismo e nacionalismo caminharam juntos e ambos tiveram repercussões políticas profundas, especialmente no que se refere à construção de uma consciência de nação e de pertencimento nacional.

Falar em invenção de línguas é, em segundo lugar, traçar a maneira como as descrições linguísticas relacionam-se com a historiografia dos falantes dessa língua. A

análise linguística da origem de uma língua correspondia com a visão social e política sobre a origem do povo. Isso significa que ainda mais importante que pensar nos processos de invenção e nomeação de línguas específicas em si, é pensar nos processos e contextos mais amplos de construção linguística, considerando-se que as línguas são construções sociais.

A terceira dimensão do construcionismo, a histórica, refere-se ao reconhecimento de que os efeitos de repetidas construções e reconstruções são bastante reais. Embora sejam invenções e essas invenções tenham sido feitas sobre terreno inventado, elas têm realidade para as pessoas que lidam com elas. A criação histórica de uma entidade cria realidades com as quais precisamos lidar (PENNYCOOK, 2006). E a invenção das línguas e de sua respectiva metalinguagem tem efeitos reais e materiais. Enquanto "as entidades em torno das quais batalhas são lutadas, testes são construídos e políticas linguísticas são escritas são invenções, os efeitos são bem reais" (MAKONI; PENNYCOOK, 2006, p. 3). Um dos efeitos materiais da invenção de uma língua é que ela está ligada à invenção de um povo e a fixação de identidades por meio dessa construção.

Outros efeitos reais dessa construção para usuários/as da língua(gem) no mundo contemporâneo são a romantização da tradição, o uso de metáfora biológicas (como o uso do termo híbrido para se referir aos colonos africanos que se adaptaram ou se mostraram mais entusiasmados com os costumes da metrópoles), a produção e reprodução de preconceitos, estereótipos e hierarquias (como no caso da linguagem sexista, racista etc.), as ideologias linguísticas não são só sobre língua(gem), mas também sobre noções de comunidade, nação e até de humanidade, e a possibilidade de pertencimento, visibilidade, legitimidade.

Levando os regimes metadiscursivos em consideração, ortografias foram desenvolvidas, palavras foram reguladas pela lexicografia e gramáticas foram construídas,

mas, a partir da realização desses processos, elas passaram a operar como se fossem autônomas em relação aos criadores, sua origem humana foi esquecida e elas passaram a ser consideradas como dados de acordo com as leis da ciência (HARRIES, 1995 apud MAKONI; MASHIRI, 2006, p. 74). A pressão por objetividade na ciência linguística fez com que o caráter pessoal, socialmente situados dos/as autores/as e dos/as falantes desaparecesse (IRVINE, 2001 apud MAKONI; MASHIRI, 2006, p. 75). Dessa forma, um fenômeno linguístico construído adquiriu um status ontológico independente de seus analistas e produtores e o conhecimento que foi construído passou a ser visto como natural. Por fim, ainda precisamos lidar com o construcionismo discursivo, que significa que as entidades são produzidas de forma diferente em épocas diferentes. É por isso que invenção, desinvenção e reconstrução são necessárias e também possíveis (DAVIS, 1990; DAVIS, 2003; MAKONI; PENNYCOOK, 2006; PENNYCOOK, 2006).

Em poucas palavras, pensar a língua como uma construção, e uma construção social, histórica e política, é necessário não só para entendermos as concepções de língua e linguagem, mas também para entendermos que a maneira com a qual lidamos com língua e linguagem depende de uma metalinguagem, ou dos regimes discursivos, e tais regimes estão impregnados de ideologia.

Os dicionários e os manuais introdutórios de Linguística são meios privilegiados para a apresentação, circulação e manutenção dos regimes metadiscursivos. As concepções de linguagem e língua são compreendidas por meio de lentes ideológicas particulares que dependem, em grande parte, dos regimes metadiscursivos, o que é revelado nos dicionários e manuais, e do lócus de enunciação dos/as autores/as, o que também pode ser observado em obras introdutórias de épocas de épocas diferentes.

2.3 O objeto da Linguística: os regimes metadiscursivos

Como já foi discutido no capítulo anterior, a ciência normal (KUHN, 2007) refere-se à pesquisa baseada em uma ou mais realizações científicas anteriores que foram reconhecidas pela comunidade científica e que proporcionam os fundamentos, definem os métodos e determinam quais são os problemas legítimos para a prática científica posterior.

A formação de uma comunidade científica implica que cientistas iniciantes sejam submetidos a uma formação educacional e iniciação profissional semelhantes, absorvendo a mesma literatura técnica, passando pelo mesmo treinamento específico e tirando desse processo as mesmas lições, aprendendo a reconhecer seu objeto de estudo e a delimitar suas fronteiras. Esse aprendizado passa pela leitura de livros introdutórios, manuais, compêndios e dicionários especializados nos quais se encontram as explicações das teorias, a definição do vocabulário especializado e a descrição dos métodos empregados.

Em outras palavras, os manuais introdutórios e os dicionários de Linguística apresentam, em termos gerais, os regimes metadiscursivos legítimos dessa ciência; em termos específicos, uma forma de lidar com língua e linguagem, criando esse objeto de estudo e a metalinguagem para descrevê-lo ao mesmo tempo em que estabelece e fixa os limites da Linguística. Essas obras têm, normalmente, três objetivos básicos: delimitar o campo de estudo, formar os/as iniciantes e lidar com a falta de uniformização do vocabulário.

O primeiro objetivo, então, é demarcar o campo da disciplina, delimitando seu objeto e descrevendo sua metodologia, apresentando os conceitos teóricos básicos com os quais opera e as descobertas empíricas mais importantes da Linguística moderna (LYONS, 1987; BORBA, 2008); isto é, fazendo o que é necessário para estabelecer uma área do saber como paradigmática e fazer dela uma ciência coerente e rigorosa, com unidade

profunda e especificidade. É comum que a apresentação seja dogmática e não crítica, pois o objetivo primeiro das obras introdutórias é “apresentar o que já está assentado metodologicamente e poder servir de base para o caminhar da ciência. Mesmo assim, o texto não é fechado a ponto de sufocar qualquer possível reação crítica” (BORBA, 2008, p. 4). E isto é necessário para o desenvolvimento do paradigma: deixar um rol de realizações abertas para que sejam resolvidas pelos novos praticantes.

David Crystal (1968), em sua obra *Introduction to Linguistics*, afirma que, como a área, à época, ainda era recente, os manuais eram escassos e os existentes, muito complexos e densos. Ele sente falta de manuais capazes de popularizar o saber de maneira confiável. Em *Para Entender a Lingüística*, Robert Martin (2003, p. 7) não tem muitas pretensões: ele não pretende uma iniciação científica, mas, sim, “apresentar, simplesmente, a quem puder se interessar, sem requerer conhecimentos prévios, nas palavras de todo mundo, as finalidades que a linguística se coloca, os tipos de questões que levanta [...] e os caminhos diversos que ela toma para trazer algumas respostas”. Em outras palavras, ele quer dar uma ideia “de uma disciplina complexa, de seus objetivos e seus métodos” (MARTIN, 2003, p. 7). Por outro lado, em *Introdução à Lingüística: Objetos Teóricos*, José Luiz Fiorin (2005, p. 9) é mais ambicioso, pois pretende “encantar os estudantes de Letras para a ciência linguística [...] indicar-lhes que, sem contar com a Linguística, não há como conhecer a linguagem, não há como desafiar seus mistérios, não há como revelar sua epifania”.

Marie-Anne Paveau e Georges-Élia Sarfati (2006), na introdução do *As Grandes Teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática*, afirmam que a obra responde a uma exigência pedagógica e epistemológica, pois “o livro propõe aos estudantes de ciências humanas, mas também aos seus professores, a primeira síntese global das grandes teorias linguísticas apoiada na mobilização dos grandes quadros

conceituais que balizam a formação da disciplina”. Trata-se não de uma restituição exaustiva dos conhecimentos linguísticos, mas de uma melhor transmissão dos saberes, contribuindo também para uma melhor compreensão da disciplina, “suas fundações, seus bastidores teóricos e de sua evolução” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p7).

Nesse processo de delimitar o campo, busca-se apresentar uma visão de conjunto ou um panorama da área (CRYSTAL, 2000; DUCROT; TODOROV, 2001; MUSSALIM; BENTES, 2007), mas muitos dos/as autores e autoras citados/as esbarraram na dificuldade de fazer a Linguística caber em um livro. Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov (2001), ao procurarem apresentar uma visão de conjunto coerente dos problemas das ciências da linguagem, reconheceram a dificuldade de fazê-lo “dado seu extraordinário desenvolvimento, desde uns cinquenta anos sobretudo; dado também seu aspecto ao mesmo tempo sistemático cada noção deve ser compreendida em relação a uma multidão de outras – e caótico – não se encontram princípios nem terminologia fixos” (DUCROT; TODOROV, 2001, p. 11).

Muitos dos autores e autoras citados/as reconhecem, ainda, a necessidade da escolha (DUCROT; TODOROV, 2001; FIORIN, 2005; PAVEAU & SARFATI, 2006; MUSSALIM; BENTES, 2007; CARBONI, 2008), muitas vezes pautada pelos “modelos teóricos que a sociedade legitimou e que adquiriram autoridade científica, esparramando efeitos muitas vezes perversos nas dinâmicas linguísticas das sociedades e sobretudo na didática de trabalho com a língua materna e o ensino de línguas estrangeiras” (CARBONI, 2008, p. 10). Se a Linguística pautou-se nos princípios da ciência *per se* para estabelecer-se e legitimar-se como uma área do saber, a legitimação dos modelos teóricos só poderia ser feita às custas do apagamento de outros modelos, que deveriam ser relegados ao esquecimento. Florence Carboni (2008) privilegiou justamente o que ficou nas sombras. Já Fernanda Mussalim e Ana Christina Bentes (2007, p. 9) privilegiaram “uma visada

histórica, que não só procura compreender o nascimento e o desenvolvimento da linguística moderna, como também a sua afirmação como ciência”, enquanto Fiorin (2005, p. 8) defende a escolha porque:

um iniciante na Linguística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Linguística pretende descrever os fenômenos linguísticos; conhecer como se processa a comunicação humana; perceber que as línguas não são nomenclatura, mas formas de caracterizar o mundo [...].

Por fim, o linguista resume que o objetivo de um curso de introdução é que “o aluno se aproprie de conceitos, para que possa operar, de maneira científica, com os fatos da língua” (FIORIN, 2005, p. 8). Em outras palavras, o objetivo é o treinamento do/a iniciante nas ciências da linguagem de acordo com o paradigma dominante. Ele completa afirmando que o “que se deseja é que ele vá além do senso comum na observação dos fenômenos linguísticos e comece a ter uma posição investigativa diante da linguagem humana” (FIORIN, 2005, p. 8).

A ideia de ir além do senso comum denota a noção de autoridade: o indivíduo leigo não produz conhecimento sobre linguagem e o/a aprendiz de linguista deve aprender a investigar cientificamente a linguagem. Como lembram John Lyons (1987) e Martin (2005), para ser linguista não é preciso falar uma língua, mas falar sobre a língua. O fazer científico da Linguística confere ao/à linguista, e só a ele ou ela, a autoridade de falar sobre a língua(gem), apesar de ela fazer parte da vida e das experiências de qualquer ser humano.

No momento de apresentar o campo, os/as autores/as precisam decidir, além de quais teorias apresentarão, se o farão de forma crítica ou não. Fiorin (2005, p. 8) afirma que “[m]uitas vezes deixam-se de lado as críticas feitas ao longo da história da Linguística, a determinadas concepções, pois o curso de introdução quer, antes de mais nada, que o

aluno adquira uma visão de conjunto dos modos como a ciência da linguagem trata o fenômeno linguístico”. Mas por que a crítica não pode fazer parte da formação?

Carboni (2008, p. 9-10), por outro lado, reconhece o lugar da crítica no processo de formação de iniciantes.

Partindo do pressuposto de que o mundo das ideias é reflexo do mundo social e material e que, de modo geral, as ideias dominantes são as dos grupos sociais dominantes, entendemos que, para compreender os discursos sobre a linguagem verbal numa determinada conjuntura sócio-histórica, é preciso compreender a realidade material dessa conjuntura e as contradições sociais dela decorrentes. Somente assim, à luz das relações de forças sociais, é possível esclarecer as profundas contradições teóricas de que a Linguística foi objeto e, até mesmo, o ecletismo que tende hoje a caracterizá-la.

Ao apresentarem o conjunto dos enunciados produzidos pela Linguística e escolherem quais das diversas teorias serão incluídas, os/as autores/as dos dicionários e manuais introdutórios estão fazendo ciência; estão também, ao decidirem em que termos os regimes metadiscursivos serão apresentados, reproduzindo a voz dominante, ou abrindo espaço para o que foi silenciado. Ao decidir sobre fazer essa apresentação de forma crítica ou não, os/as autores estão escolhendo se localizam o conjunto de enunciados científicos em seu contexto de produção ou se o descolam da história.

O segundo objetivo declarado das obras introdutórias é formar os/as iniciantes nessa prática científica (CRYSTAL, 1968; LYONS, 1987; DUBOIS, 1998; CRYSTAL, 2000; CAMARA JR, 2001; TRASK, 2004; CARBONI, 2008), muitos deles/as estudantes vindos de áreas afins (LYONS, 1987; CAMARA JR, 2001) e a pessoa leiga, o/a leitor/a comum (CRYSTAL, 1968; LYONS, 1987). O *Dicionário de Linguística e Gramática*³, de Joaquim Mattoso Camara Jr., foi publicado pela primeira vez em 1956. O objetivo do autor

³A obra foi publicada inicialmente com o título *Dicionário de Fatos Gramaticais*; a partir da segunda edição, passou a ser chamado de *Dicionário de Filologia e Gramática* e, após a morte do autor, recebeu o título atual.

era “uma divulgação de conhecimento doutrinário” (CAMARA JR, 2001, p. 30). Já o *Lexique de la Terminologie Linguistique* de Jacques Marouzeau (1961, p. V) “nasceu do desejo de tornar acessível ao não especialista os trabalhos de linguistas e gramáticos”. R. L. Trask, por sua vez, apresenta no *Dicionário de Linguística e Linguagem*, publicado pela primeira vez em 1998, os conceitos que estão “entre os mais importantes desse campo e entre aqueles que todo iniciante nos estudos linguísticos está sujeito a encontrar” (TRASK, 2004, p. 13).

Crystal, no *Dicionário de Linguística e Fonética*, publicado pela primeira vez em 1978, afirma que o objeto da Linguística, apesar de (àquela época) ser ainda imaturo, atrai atenção tanto acadêmica quanto popular. Para o autor, o *Dicionário...* destina-se a

peças para quem o conhecimento da língua é uma parte integral do exercício de sua profissão e sobre quem a influência da linguística tem sido cada vez mais sentida nos últimos anos. Esses profissionais pertencem a dois grupos principais: os profissionais da área de ensino e terapia de língua, como o ensino da língua estrangeira e a terapia da fala; e os ligados aos meios acadêmicos em que o estudo da língua faz parte de seu objeto principal, como na psicologia, sociologia, crítica literária e filosofia. Inclui-se aí também um contingente cada vez maior de alunos de linguística – especialmente em cursos introdutórios a nível de pós-graduação ou fins profissionais. Além disso, existem as diversas categorias de estudantes de linguística e fonética no primeiro ano da universidade (CRYSTAL, 2000, p. 6).

Nessa passagem, ao exemplificar a quem se destina o dicionário, o público chamado de popular é aquele das áreas fronteiriças com os estudos da linguagem ou até mesmo áreas que devem fazer parte da própria Linguística, como o ensino de línguas. Isso indica que os dicionários, assim como manuais introdutórios, são utilizados como um meio de delimitar o objeto de estudo próprio de um paradigma

Já na obra *What is Linguistics?* de 1968, Crystal defendia a necessidade de um texto que não fosse muito complexo, porque “os linguistas tendem a esquecer o grande

abismo que existe entre o estudo deles sobre a língua(gem) e a visão do homem comum” (CRYSTAL, 1968, p. 3). Essa observação marca e defende a distância entre o que os/as linguistas falam sobre a língua e a forma como os/as leigos/as a veem.

Dubois et al., no *Dicionário de Linguística*, original de 1978, também visa à formação não só do/a pesquisador/a iniciante, mas também da própria área de estudos linguísticos, pois sua pretensão não foi a de fazer “apenas uma obra de consulta, com o objetivo de preencher lacunas pontuais, mas também uma obra de formação linguística, que a ajude a constituir um conjunto de enunciados explicativos” (DUBOIS et al., 1998, p.7). Dubois et al. (1998) demonstram que a Linguística encontrava-se (encontra-se?) em um estágio pré-paradigmático.

Quando uma ciência pertence ao domínio exclusivo de um pequeno número de especialistas, ela tende a desenvolver terminologias abundantes e disparatadas; a necessidade, para cada escola, senão para cada linguista, de afirmar uma originalidade muitas vezes menor leva a propor novos termos que só se distinguem dos antigos pela forma e não por seu conteúdo. Essa proliferação terminológica é inerente aos primeiros desenvolvimentos de uma ciência ou de uma técnica. Mas quando essa ciência começa a escapar aos únicos especialistas que pretendiam assegurar para si a sua posse exclusiva, produz-se uma decantação terminológica que não poupa nem mesmo as nomenclaturas mais correntes (DUBOIS et al., 1998, p. 8).

Ainda sobre o paradigma, Mussalim e Bentes (2007) objetivaram

perceber o valor histórico que cada programa, cada orientação possui e o papel que cada um(a) desempenhou na construção de um sólido conjunto de conhecimentos sobre o fenômeno linguístico; acompanhar as mudanças ocorridas no interior de cada um dos programas, em cada uma das orientações; compreender os movimentos por meio dos quais se promove a eleição de um determinado programa como o paradigma científico dominante; notar as divergências internas e as seleções que vão sendo operadas dentro dos paradigmas para que esses sejam mantidos e transformados” (MUSSALIM, BENTES, 2007, p. 7).

E a diferença entre os programas e orientações deve-se “mais pelo detalhamento da

construção de uma maneira própria de olhar o fenômeno da linguagem do que pela postura que privilegia o enfraquecimento de outras posições” (MUSSALIM; BENTES, 2007, p. 7), enfatizando que as diversas ciências, ou correntes de uma mesma ciência, estabelecem-se quando se determina um modo próprio de olhar o objeto.

Por fim, um objetivo mais comum nos dicionários que nos manuais – o que é compreensível devido à natureza da própria obra – é tentar lidar com a falta de uniformização da terminologia (MAROUZEAU, 1961; CRYSTAL, 2000; DUCROT; TODOROV, 2001). A ausência de uma terminologia uniforme, para esses autores, torna-se um problema para a tentativa de se apresentar uma visão de conjunto dos conhecimentos produzidos pelas ciências da linguagem.

A Linguística, constituída ao longo do século passado, necessitou, como toda ciência nova, de uma terminologia adaptada ao seu objeto. Disso resultou uma grande diversidade e uma grande incerteza, que impede aos não iniciados de compreender a aqueles que sabem e, às vezes, aos que sabem de se compreenderem com exatidão (MAROUZEAU, 1961, p. V).

A Linguística – e, mais ainda, as disciplinas aqui apresentadas – não possui terminologia unificada. Se empregássemos uma linguagem técnica, deveríamos, em consequência, ou misturar terminologias diversas, ou escolher uma dentre elas, o equivalia a privilegiar a priori a doutrina que a construiu (DUCROT; TODOROV, 2001, p. 11-12).

Muitos linguistas reconhecem tanto a falta de uniformidade dos termos técnicos utilizados na Linguística quanto a inconveniência de se fixar uma terminologia para uma ciência ainda em desenvolvimento (MAROUZEAU, 1961). Ducrot e Todorov, mais de dez anos depois, afirmam que a Linguística (ainda) não apresentava princípios ou terminologia fixos.

Essas observações dos/as diversos/as autores e autoras citados/as aqui indicam uma

ambivalência ao se considerar a Linguística como um paradigma estabelecido ou não. A apresentação de definições precisas, assim como de uma visão geral da área, faz parte do processo de formação dos/as novos/as pesquisadores/as. Isso se torna problemático quando não há uniformidade em relação a conceitos básicos da Linguística, como, por exemplo, seu próprio objeto de estudo.

Em 1990, na obra *Redefining Linguistics*, Davis afirmou que a Linguística se encontrava em um estágio crítico de desenvolvimento e que qualquer consenso que existisse 10 ou 15 anos antes estava desaparecendo. Em outra obra de 2003, *Rethinking Linguistics*, a autora introduz o livro com a mesma provocação de que não há consenso na linguística.

A Linguística foi comumente definida como o estudo da língua em si mesma; entretanto, “o que a 'língua por si mesma' é não tem sido, de fora alguma, incontroverso” (DAVIS, 1990; 2003). Uma rápida olhada na prática de linguistas indica que não há consenso sobre o que faz ou não parte do objeto. “Além disso, normalmente não fica claro se os linguistas estão baseando suas teorias em uma língua, como Inglês, francês, Swahili etc., ou na linguagem em um sentido mais geral” (DAVIS, 1990, p.2). Isso pode ser observado nos manuais e dicionários de Linguística: o que para uns é língua, para outros pode ser linguagem, para outros, ainda, pode ser as duas coisas.

Alguns exemplos: a linguagem é “todo sistema de signos apto a servir de meio de comunicação entre os indivíduos” (MAROUSEAU, 1961, p. 132); “a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua)” (DUBOIS et al., 1998, p. 387); “a faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado língua” (CAMARA JR, 2001, p. 159); “o mais eficiente instrumento de ação e interação social de que o homem dispõe” (BORBA 2008, p.2); um “método humano e não instintivo de se comunicarem

ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos” (SAPIR, 1929, p. 8 apud LYONS, 1987, p.17). Percebe-se aqui que o conceito de linguagem aparece ligado ao de língua, numa relação de exclusividade: a linguagem é a capacidade de se comunicar e essa comunicação se dá por meio da língua.

Em alguns manuais, as definições podem representar casos ainda mais problemáticos quando se trata de traduções. Uma definição presente em uma obra de Lyons é um bom exemplo: a “língua(gem) é ‘a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados” (HALL, 1968, p. 158 apud LYONS, 1987, p. 18). Essa definição assemelha-se à definição de linguagem de Camara Jr., por exemplo, mas poderia também ser uma definição de língua e é apresentada de forma ambígua, podendo ser tanto uma como outra.

Já a língua é definida como “a totalidade dos enunciados que podem ser feitos numa comunidade linguística” (BLOOMFIELD, 1926, p. 47 apud BORGES NETO, 2007, p. 99), mas, mais frequentemente, “como instrumento de comunicação” (DUBOIS et al., 1998, p. 378), “duplamente articulado e de manifestação vocal” (MARTINET, 1991, p. 20 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 135); ou como um sistema de símbolos (BOCH; TRAGER, 1942 apud LYONS, 1987) ou sons (CAMARA JR, 2001, p. 159) ou signos vocais (DUBOIS et al., 1998). O que define a língua “é sua estrutura, que estabelece oposições específicas de fonemas e formas” (CAMARA JR, 2001, p. 159).

A língua, para Saussure, “é a parte da linguagem que existe na consciência de todos os membros da comunidade linguística, a soma das marcas depositadas pela prática social de inúmeros atos de fala concretos” (DUBOIS et al., 1998), e seu estudo é essencial pois a língua é social e independente do indivíduo (PAVEAU; SARFATI, 2006). Para o Círculo de Praga, a língua é “um sistema de meios de expressão apropriados a um objetivo”

(PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 124). Já para Chomsky, a língua é “um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto de elementos” (COMSKY, 1957, p. 13 apud LYONS, 1987, p. 20).

Às vezes um mesmo autor oscila entre língua e linguagem, como se fossem expressões intercambiáveis, como, por exemplo, Francisco da Silva Borba (2008, p. 3):

Por ser uma atividade criadora em si mesma, a língua é, muitas vezes, usada como meio de persuasão e sugestão. [...] O homem é o único animal capaz de pensar no futuro, projetá-lo e até decidir sobre ele. E tudo isso se faz pela linguagem: com ela podemos dizer coisas que não podemos privar, com ela podemos prometer, com ela podemos opinar sobre coisas, eventos e influir na decisão de outrem.

Tudo isso deveria indicar que a Linguística não é uma disciplina com um objeto claramente definido. A falta de consenso sobre o que é linguagem, ou língua, em si mesma mostra que o objeto de estudo da Linguística não precede a ciência, ao contrário é produzido pelos seus regimes metadiscursivos.

Crystal, contudo, defende exatamente o contrário. Após apresentar algumas das questões mais comuns que o/a linguista faz a respeito da língua(gem) – “Qual o papel da língua(gem) na sociedade? Como ela o exerce? Como analisamos qualquer língua que apareça em nosso caminho?” (CRYSTAL, 1968, p.6) – ele afirma que, para entender essas questões, é preciso ver a língua(gem) como um objeto de estudo que pode ser analisado empiricamente, assim como o objeto da Física e da Química. Dessa forma, o procedimento padrão da Linguística deve ser observar os eventos antes de determinar uma hipótese, a qual deve ser sistematicamente investigada via experimentação para que, então, uma teoria seja desenvolvida, da mesma forma que acontece nas outras ciências. Este é o problema: a língua não é um objeto que existe *a priori*, só que foi em torno dessa definição que ela se constituiu enquanto ciência. O conceito de língua como definido pela Linguística ortodoxa

não corresponde a nenhum objeto de análise determinado ou determinável. Em outras palavras, a Linguística moderna baseia-se em um mito (HARRIS, 1981; MAKONI; MASHIRI, 2006; MAKONI; PENNYCOOK, 2006).

Os manuais costumam negligenciar como os/as linguistas discerniram seu verdadeiro objeto de estudo, como se deu a passagem de crenças populares sobre língua(gem) para a descrição objetiva e as declarações gerais. Os manuais não definem adequadamente o objeto da Linguística, se é a língua ou se é a linguagem nem o que língua e linguagem significam exatamente. Além disso, até mesmo as razões dadas nos manuais de por que se estudar a língua(gem) também não são muito esclarecedoras (DAVIS, 1990).

Nesses termos, redefinir a Linguística é diferente de redefinir outras disciplinas (DAVIS, 1990) e o primeiro passo deveria ser admitir que o objeto da Linguística não é da mesma natureza que os objetos das outras ciências. Outro passo seria reconhecer que, para a Linguística, a língua(gem) é tanto um objeto de investigação quanto o meio de lidar com o esse mesmo objeto (DAVIS, 1990, 2003); portanto, as metalinguagens também precisam ser repensadas.

Na próxima sessão deste capítulo, pensando essas questões e reconhecendo que o/a linguista iniciante forma-se com a ajuda dessas fontes de referência introdutórias, apresentarei as concepções de língua e/ou linguagem que prevaleceram e as que ainda prevalecem nas diferentes fases e correntes apresentadas na história oficial da Linguística exposta nos manuais.

2.4 As concepções de linguagem

Os manuais de Linguística tentam mostrar um panorama geral da disciplina, mas precisam lidar com a profusão de teorias e autores/as. Percebe-se um certo consenso,

construído artificialmente como sendo a história oficial dos paradigmas que estão em jogo, em relação ao que abordar quando se trata dos primeiros estudos sobre linguagem até o Estruturalismo. Os manuais introdutórios normalmente fazem uma referência à Gramática de *Port-Royal* ou às gramáticas gerais e, com grande frequência, apresentam a Linguística Comparatista e Histórica, os neogramáticos, Saussure e a publicação do *Curso de Linguística Geral*, o Círculo de Praga, o Funcionalismo, o Distribucionismo estadunidense, as teorias de Chomsky. Assim se estabelece o paradigma dominante da Linguística, ressaltando o papel revolucionário da obra de Saussure. Há, evidentemente, uma variação quanto aos autores apresentados ou quanto às teorias enfatizadas, mas, o quadro geral apresentado é sempre semelhante entre os manuais.

Uma das primeiras concepções de língua(gem) que vigoraram nos estudos da linguagem é a de representação e expressão do pensamento. A *Gramática de Port-Royal*, de Claude Lancelot e Antoine Arnauld (século XVII), e depois as gramáticas gerais, foram as precursoras dessa concepção. Arnauld e Lancelot examinaram as palavras no que elas têm de material (sons e letras), mas também no que elas têm de espiritual, pois, segundo esses pensadores, a palavra representa uma grande prova da racionalidade dos seres humanos.

Para se compreender a significação das palavras, sons distintos e articulados que os homens utilizam para significar seus pensamentos, é necessário, primeiramente, se compreender bem o que se passa no pensamento, uma vez que a função das palavras é dá-los a conhecer. Nessa concepção palavra é, então, um “espelho que comporta uma ideologia interna com o conteúdo que veicula” (DUCROT; TODOROV, 2001, p.16).

Na *Gramática de Port-Royal*, o estudo das línguas era dependente de uma concepção de racionalidade que envolvia as três operações mentais (ou do espírito): conceber, que é o nosso olhar sobre as coisas; julgar, que é afirmar que algo que

percebemos é isso ou aquilo; e raciocinar, que é servirmo-nos de dois julgamentos para produzirmos um terceiro. Essas operações são determinantes para o estudo da gramática porque, segundo os autores, o ser humano não fala para expressar apenas aquilo que concebe, mas para expressar os julgamentos que faz das coisas que concebe. O julgamento que fazemos das coisas se chama proposição e encerra necessariamente dois termos: o sujeito, aquilo sobre o que se afirma algo; e o atributo, aquilo que se afirma.

Mas como a reunião de palavras separadas poderia representar o pensamento, cuja característica principal seria a indivisibilidade? Isso foi possível porque a análise operada pelos lógicos, apesar de decompor o pensamento, respeitava sua unidade: decompor a proposição em sujeito e predicado não quebra sua unidade, pois cada um desses termos só se define em relação ao outro (DUCROT; TODOROV, 2001). Dessa forma, a ideia de que a língua é representação do pensamento passou a ser a ideia de que língua é a representação lógica do pensamento. Apesar de essa concepção de língua já ter sido superada na Linguística, a análise das proposições a partir das noções de sujeito e predicado permanece, pelo menos nas aulas de língua portuguesa.

Como as operações do espírito, a representação lógica da língua e suas consequências linguísticas eram vistas como universais, elas poderiam ser exemplificadas por meio de qualquer língua (WEEDWOOD, 2003; FIORIN, 2005), apesar de exemplos em latim e em francês (WEEDWOOD, 2003) serem os mais frequentes. Carboni (2008) afirma que exemplos em grego e hebreu também podiam ser encontrados com certa regularidade; já em italiano, espanhol e alemão representam casos bem mais raros. A autora enfatiza o papel do colonialismo na construção desse conhecimento, uma vez que “a ideologia dominante na França impunha que as línguas plenas do mundo se restringissem, nos fatos, ao latim, ao grego, ao hebreu e, claro, ao francês. Consequentemente, a ‘ordem lógica’ ou o sistema alfabético dessas línguas deveria ser repetido por todas as línguas do

mundo” (CARBONI, 2008, p. 23-24). Em outras palavras, as gramáticas gerais eram organizadas por princípios do etnocentrismo e não se referiam a outras línguas, à época, já conhecidas na Europa.

No século XIX, as línguas ainda eram apresentadas como tendo a função básica de expressão do pensamento e os estudos linguísticos desenvolvidos nessa época encontram-se no quadro tradicionalmente denominado de Gramática Comparada ou Linguística Comparatista e Linguística Histórica. Esse século foi marcado pelo conhecimento de um número maior de línguas (FIORIN, 2005) e pela intuição de que as línguas são “totalidades organizadas” (FARACO, 2007, p. 28). A gramática comparada representa uma orientação linguística que, por meio da análise interna, visava a estabelecer as ligações de parentesco existentes entre duas ou mais línguas “separadas no tempo e, mais frequentemente, no espaço” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 9).

A partir de 1860, aproximadamente, a Linguística Comparatista orientou-se para a Linguística Histórica, cujo objetivo explícito era determinar a origem, história e evolução das línguas, reconstituindo com detalhe o intervalo e as linhas de evolução que ligam uma língua a outra. A Linguística Comparatista e a Linguística Histórica, coincidentes com o período colonial, cuidaram do inventário das línguas faladas, realizado principalmente por missionários e viajantes. Em vez do estudo da lógica da língua, característico do período anterior, buscavam-se as transformações pelas quais as línguas haviam passado a fim de se chegar à origem.

É fundamental, contudo, localizar todos esses estudos em sua época. O naturalismo e darwinismo, além da física mecânica e outras ciências naturais, exerceram grande influência (DAVIS, 2003). Schleicher, por exemplo, botânico que considerava a língua um organismo vivo e era adepto do pensamento evolucionista (FARACO, 2007), radicalizou algumas posições teóricas, defendendo que a cientificidade da Linguística era resultado de

seu pertencimento às ciências naturais. A língua, portanto, não era vista como um fato humano, mas um fato da natureza.

Além do contexto do cientificismo, a Linguística Comparatista e a Linguística Histórica aconteceram no contexto do romantismo alemão, que “procurava descobrir e exaltar o passado nacional” (CARBONI, 2008, p. 26) e via na língua o principal veículo da história dos povos. Nesse processo, o alvo deixou de ser a língua ideal e passou a ser a língua mãe, o ideal racionalista cedeu seu lugar ao ideal romântico – não se buscava a perfeição, mas, sim, a origem (ORLANDI, 2000). No entanto, mais apropriado que dizer que se buscava descobrir o passado é dizer que nesse período se construiu um passado nacional.

A comparação entre línguas, utilizada como indício de uma história anterior e a concepção da mudança como degeneração de uma integridade primitiva são duas características comuns do pensamento da época. Os alemães Grimm e Bopp, por exemplo, foram inspirados pelo historicismo e nacionalismo característicos do período romântico. J. Grimm, que com seu irmão Wilhem coletaram contos populares que foram a base dos “contos de fadas de Grimm”, revelou de forma geral o orgulho da língua alemã. Segundo Paveau e Sarfati (2006, p. 15), Bopp sofreu influência “do transformismo de Lamarck e de Darwin (1809-1882), [e] traçava o caminho para a formulação de uma lei da evolução que afetaria diretamente as formações idiomáticas”.

Outra marca da Linguística desse período foi dar sustentação à intuição de que “as línguas eram realidades históricas (ou realidades com história)” (FARACO, 2007, p.29). Esse aspecto revela a ligação do conhecimento produzido com as concepções político-ideológicas. Antes do século XIX, já havia estudos buscando a origem das línguas e sua filiação com uma língua-mãe que, para muitos, seria o hebreu por motivos ideológico-religiosos (FARACO, 2007; CARBONI, 2008). Essas interpretações, que eram

fruto de uma visão adâmica da origem do ser humano e da organização absolutista da sociedade, elevaram o estatuto de algumas línguas da Europa Ocidental em relação ao hebreu e as colocavam no centro da pesquisa linguística, ao mesmo tempo em que consideraram todas as outras línguas como inferiores (CARBONI, 2008).

No século XIX, a Linguística comparatista e a Linguística Histórica deslegitimaram as teses de que o hebreu seria a mãe de todas as línguas. Entretanto, nesse período, estabeleceram-se classificações das línguas do mundo, principalmente de acordo com a classificação de A. von Schlegel, que propôs uma tipologia tripartite das línguas a partir da diferenciação em isolantes, afixantes e flexionais e foi por meio dessa primeira classificação formal das línguas que se fixou a “hierarquia filosófica implícita que insiste em observar as línguas flexionais (europeias) como provenientes das mesmas formações culturais” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 13), logo, mais evoluídas e, presumia-se, com maior aptidão expressiva (PAVEAU & SARFATI, 2006; CARBONI, 2008). F. von Schlegel interessava-se pelas línguas enquanto expressão de culturas. Se as línguas europeias eram consideradas superiores e as línguas eram expressão da cultura, então as culturas dos países também seriam superiores à de outros povos.

Essa hierarquização, de cunho ideológico e colonial, consolidava uma concepção etnocêntrica e eurocêntrica das línguas. Carboni (2008, p. 33) afirma que, nesse contexto, “os estudos de linguística defendiam a superioridade das línguas europeias em relação ao resto do planeta. Paralelamente, propunha-se a superioridade racial dos europeus sobre os povos do mundo”. As línguas coloniais eram consideradas selvagens (CARBONI, 2008), primitivas (WEEDWOOD, 2002). Essa visão etnocêntrica participou da criação de um Outro inferior, o que servia como justificativa para a presença europeia nas colônias.

Devido à influência do nacionalismo da época, Humboldt defendia que a individualidade de cada língua constituía uma propriedade particular da nação ou grupo

que a fala; defendia que a língua formava o pensamento coletivo, expressando a alma nacional. “A língua de um povo é seu espírito e seu espírito é sua língua” (HUMBOLDT, 1949, p. 41 apud ROBINS, 1976, p.184). A língua e o pensamento de um povo seriam interdependentes e inseparáveis e a diversidade das línguas registraria e expressaria a diversidade das mentalidades e visões do mundo.

Para Humboldt, as palavras não são etiquetas, elas denotam alguma coisa e a colocam em uma categoria distinta do pensamento. Nesse sentido, a constituição da forma interna da língua seria a responsável pela ordenação e categorização dos dados da experiência. Em outras palavras, “a estrutura gramatical e semântica interna da língua conformaria a maneira como os indivíduos conceberiam o mundo” (CARBONI, 2008, p. 35). Diferentemente dos outros estudiosos já apresentados aqui, Humboldt não defendia que a diferença entre as línguas residia na diferença entre os sons; ele focava, por outro lado, nos modos segundo os quais os locutores interpretam e compreendem o mundo onde vivem.

O trabalho de Humboldt exerceu grande influência. Na Linguística americana, por exemplo, há uma filiação que vai de Humboldt, passando por F. Boas e E. Sapir, até chegar a B. L. Whorf (PAVEAU; SARFATI, 2006).

Em poucas palavras, concepções como a de Humboldt, que relacionava língua e pensamento e defendia que a comparação entre as línguas mostraria que algumas mentalidades são superiores devido à superioridade da sua língua, inserem-se perfeitamente no contexto epistemológico, sócio-histórico e político-ideológico do colonialismo europeu de caráter claramente imperialista. Nesse contexto, torna-se inevitável relacionar as teses comparativas e históricas que preconizavam maior grau de evolução das línguas indo-europeias, “ou arianas (que significa ‘nobres’ em sânscrito)” (CARBONI, 2008, p. 35) com as teses do Lamarquismo social que defendiam a

superioridade da raça ariana sobre as demais e ainda com as teses de Humboldt, que defendia a superioridade de certos povos derivada da superioridade de suas línguas.

Os manuais localizam, na passagem do século XIX para o século XX, no limite da chamada Linguística moderna, os trabalhos dos neogramáticos. Influenciados por uma exigência de cientificidade fruto do positivismo, esses estudiosos da linguagem rejeitaram as concepções românticas típicas do século XIX, consideraram explicação metafísica e mítica da origem da linguagem com a crença em uma língua-mãe era vista como não científica.

A crítica dos neogramáticos anuncia o desenvolvimento de uma reflexão metodológica. Os neogramáticos preocupavam-se com os dados e as leis que governam as formas linguísticas, recorrendo à fisiologia (na fonética) e à psicologia pra tratar dos domínios de mudança fonética e as transformações da analogia. Esses estudiosos viam a língua ligada ao sujeito falante individual e, dessa forma, introduziram uma interpretação psicológica e subjetiva aos fenômenos da mudança linguística; contudo, eles desconsideravam a complexidade da constituição e funcionamento da psique, especialmente as tensões entre indivíduo e sociedade (FARACO, 2007).

Rodolfo Ilari (2007) afirma que os neogramáticos utilizavam-se de metodologia atomista e positivista, caracterizada pela coleta de materiais, rigor nas tarefas de documentação, formulação indutiva de regras etc., abandonando o que consideravam ser uma especulação estéril a favor de um exame minucioso dos detalhes, práticas vistas como essenciais para a realização do empreendimento científico.

Entre as personalidades do período destaca-se sempre Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Linguística Moderna com a publicação póstuma, em 1916, do *Curso de Linguística Geral* (CLG). Muitos estudiosos e estudiosas da linguagem afirmam que o CLG constitui uma revolução científica (ILARI, 2007), um corte epistemológico que

rompe com a linguística comparatista, “uma maneira radicalmente diferente de considerar os fatos da linguagem” (PAVEAU; SAFARTI, 2006, p. 63). Segundo Ilari (2007, p. 57), essa inovação teórica parte de um “pequeno conjunto de metáforas que produzem um modo novo de enfocar os fatos a serem explicados”. No período comparatista e histórico, a metáfora de base para a compreensão dos fenômenos linguísticos tinha sido a ideia evolucionista de transformação das espécies; Saussure elegeu a noção de valor como a metáfora para explicar esses fenômenos.

Uma outra ruptura promovida pelo CLG está no fato de que a língua aparece, fundamentalmente, como instrumento de comunicação, diferentemente da concepção da *Gramática de Port-Royal*, em que a língua era o meio necessário para expressão do pensamento, ou a dos comparatistas, para quem a representação do pensamento era a função básica da língua (DUCROT; TODOROV, 2001). Essa concepção de língua como instrumento de comunicação vigorou por muito tempo na Linguística e ainda é recorrente no chamado senso comum.

Se a Linguística constituiu seu próprio objeto de estudo e se língua e linguagem são, ao mesmo tempo, a forma de acesso a esse objeto e o meio utilizado para descrevê-lo, é preciso pensar nas consequências de tal fato, pois qualquer objeto de estudo traz consigo uma série de implicações metodológicas e metalinguísticas.

Saussure elegeu a língua como objeto da Linguística, nesse movimento, radical para os estudos da época, ele opôs os atos linguísticos concretos ao sistema que lhes serve de suporte, isto é, opôs o sistema, entendido como entidade abstrata, aos episódios comunicativos historicamente realizados. Apesar de Saussure de ter falado de sistema, ele é considerado o “pai do estruturalismo”.

Se considerarmos que a especificidade de um sistema é determinada pelo modo de estruturação de seus elementos, fica mais fácil compreender as bases que dão sustentação

aos diversos tipos de estruturalismo que se desenvolveram a partir do conceito saussuriano de sistema. É interessante notar que o conceito de estrutura passou por uma redefinição de uma noção de organização própria de cada língua, ideia empreendida desde o fim do século XVIII, para a noção desenvolvida por Saussure de que a existência dessa organização é tão real e certa quanto a existência dos elementos linguísticos e depois para a noção estabelecida em correntes posteriores de que “a combinatória semântica da língua é constantemente explorada pelos sujeitos falantes para organizar as relações intersubjetivas no diálogo” (DUCROT, 1968, p. 112 apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 90). Essa redefinição constitui a identidade das diferentes orientações teóricas.

Outro aspecto relevante que concerne o CLG, a obra considerada como fundadora da Linguística moderna, está o fato de que o CLG apresenta teorias acabadas, os manuscritos encontrados posteriormente apresentam teoria e reflexões metodológicas em processo ainda embrionário. Além disso, muitos linguistas ignoraram os problemas de definição, afirmando simplesmente que a Linguística é o estudo da língua em si mesma (DAVIS, 2003). Arrisco-me a afirmar que o dogmatismo das informações era necessário para fazer da Linguística uma ciência e de linguistas, cientistas.

A partir de Saussure, os manuais começam a tratar do Estruturalismo e reforçam o caráter autônomo e científico adquirido pela Linguística naquele momento; contudo, as incertezas em torno de seu objeto prevaleceram.

Ao falarem do empreendimento estruturalista e do estabelecimento da Linguística enquanto ciência, os manuais visam, mais do que apresentar e discutir as teorias em si, a retratar a linguística como uma teoria sólida, coerente e rigorosa, que se baseia em modelos lógicos: “uma teoria da linguagem coerente e o mais rigorosa possível” (CORNEILLE, 1982, p.22), “uma teoria científica sólida [...] um modelo lógico da língua e um corpo de definições” (CORNEILLE, 1982, p.25), “com o máximo de rigor e

eficácia” (CORNEILLE, 1982, p.22).

Os primeiros passos para o reconhecimento de uma ciência são a delimitação de seu objeto e a construção de uma metodologia própria (CORNEILLE, 1982; BORBA, 2008). É interessante observar que Corneille busca validar o método e sua qualidade de científico e, ao definir o objeto da Linguística, esse autor enfatiza não as características desse objeto, mas os aspectos metodológicos empregados. Enfatizando esses aspectos, os manuais contribuem para a construção dessa ciência, por meio uma história oficial que mostra como e quando o método foi criado e desenvolvido e como seu objeto é delimitado.

Ao falar do estruturalismo, os manuais ainda fazem a subdivisão, em Formalismo e Funcionalismo (WEEDWOOD, 2003; PAVEAU; SARFATI, 2006; ILATI, 2007; CARBONI, 2008). O formalismo, ou estruturalismo americano tinha como um de seus interesses a descrição das línguas ameríndias, sendo que muitas se encontravam sob o risco de extinção. A Linguística dessa época sofreu influências das ideias de Humboldt e da relação entre língua e pensamento. Uma das características a ser observada nos métodos da época é que esses linguistas excluíram o sujeito do estudo da linguagem, esvaziando-a de seu papel na sociedade e na vida dos próprios falantes.

Chomsky também está entre os formalistas, mas, diferentemente da linguística descritiva, esse linguista defendeu as realidades mentais subjacentes ao modo como as pessoas usam a língua(gem) (WEEDWOOD, 2003; PAVEAU; SAFARTI, 2006), vinculando-se aos propósitos de vários estudiosos mais antigos como os gramáticos de Port-Royal. As consequências disso é que a Linguística não deveria mais tratar de algo observável, mas sim de algo que não é imediatamente acessível aos sentidos. Nesse contexto, buscava-se um falante ideal e não real.

O funcionalismo é apresentado como sendo mais que uma teoria. Ele constitui uma forma de pensamento, um modo de ver a linguagem e suas relações com a organização do

mundo (PAVEAU; SARFATI, 2006). Dentre os funcionalistas, os trabalhos de Roman Jakobson são lembrados com frequência (PAVEAU; SARFATI, 2006; CARBONI, 2008). Jakobson estabeleceu que a cada um dos elementos envolvidos no ato de comunicação – emissor, receptor, canal, código, referente, mensagem – corresponde uma função da linguagem. Essas funções tornaram-se o percurso fundamental dos cursos de Linguística, mas foram posteriormente criticadas. Uma das críticas dizem respeito à ideia de comunicação homogênea e linear, ao fato de o código situar-se exteriormente à comunicação, apesar de ele ser constituído pelos saberes internos dos sujeitos e ao fato de o modelo ignorar as competências extralinguísticas (enciclopédicas, psíquicas ou culturais) dos falantes (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 176).

Retomando Jean-Pierre Corneille (1982), que em seu manual visava a inferir os princípios que subentendem os métodos da Linguística Estruturalista e a delimitar seu campo, podemos sintetizar alguns aspectos fundamentais do Estruturalismo e que afetaram o estudo da linguagem. Ele afirma que o percurso seguido pelo Estruturalismo ressalta que o estudo da linguagem é solidário ao estudo das línguas, sendo que este tende a coincidir com a análise de traços pertinentes da fala captada através do corpus. “Estas reduções sucessivas são o preço a pagar se se quer construir uma linguística científica rigorosa e imanente” (CORNEILLE, 1982, p. 40). Mais uma vez é possível retomar a citação de Crystal (1968, p. 34) feita no início deste capítulo e que repito aqui: “é preciso olhar para a língua como se ela fosse um artefato que pode ser quebrado em vários componentes. [...] Para encontrarmos algum sentido na língua, precisamos quebra-la em partes e examinar cada uma a seu turno”. E o seguinte questionamento faz-se necessário: se a construção de uma ciência depende da redução, esse preço a se pagar vale a pena? O que é deixado de fora não é mais rico e significativo?

Em relação ao desenvolvimento de uma metodologia própria, Corneille (1982)

defende a questão da autonomia, pois, para estabelecer-se como ciência, a Linguística deveria deixar de ser uma ciência derivada. Para tanto, seria preciso traçar limites precisos do seu objeto. Segundo Corneille (1982, p.43), não seria possível apanhar o fenômeno da linguagem em sua completude e complexidade, sendo assim, “a linguagem aparece então como um conglomerado, um conjunto fortuito de elementos heterogêneos”. Além disso, as diversas disciplinas interessam-se pela linguagem como um meio, um utensílio que serve a fins alheios à própria linguagem. “Ora, deveria ser evidente que uma linguística científica rigorosa só se pode constituir a partir do momento em que o estudo da linguagem é considerado *como um fim em si*” (CORNEILLE, 1982, p.43, grifo do autor), o interesse dedicado à língua encontraria em si mesmo sua justificativa, isso é o que se chama de estudo imanente e só assim a linguística poderia conquistar sua autonomia.

Dessa forma, a Linguística se descolou de toda preocupação social, psicológica, filosófica, antropológica, sociológica etc. De acordo com Corneille (1982), se diversas áreas se interessam pela linguagem, a linguagem em si mesma seria (como foi por muito tempo, segundo ele) esquecida. A Linguística deveria buscar captar a linguagem não como um conglomerado de fatos extralinguísticos, mas como um todo que se basta a si mesmo: como uma estrutura. Assim, delimitou-se o que era pertinente ou não, o que faria parte ou não, dos estudos da linguagem. O problema que surge a partir dessa afirmação é que a linguagem não pode ser descolada da história, dos contextos sócio-político e ideológico e, principalmente, dos sujeitos.

Corneille (1982) ainda reforça que não interessa saber de fato o que é língua, mas, sim, o que é língua para o linguista. Para ele, uma ciência não se define pelo seu objeto, mas pelo ponto de vista adotado para se descrever tal objeto: “No plano epistemológico, todo o desenvolvimento da ciência contemporânea, nos incita a pensar que a realidade (científica) de um objeto só pode ser apreendida através do método próprio para o definir”

(CORNEILLE, 1982, p.49). Essa afirmação remete à diferenciação que Kuhn faz entre o cientista e o leigo, sendo o cientista aquele que dispõe do aparato necessário para interpretar o objeto. Assim se constituiu a Linguística: ignorando o fato de que se existe língua é porque existem falantes.

A linguística estrutural buscou investigar uma “língua pura”, isolada dos demais aspectos da linguagem metodologicamente, assim como os gases perfeitos da física, a química dos corpos puros, a biologia de raças puras (CORNEILLE, 1982). Se não há objeção a essas noções, por que haveria à noção de língua pura? A questão, é que a língua e linguagem, seu uso, sua prática, não poderiam ser vistos como um gás da física ou um corpo da química. Para o estabelecimento do paradigma, defendeu-se uma investigação positiva e científica na qual o método científico resume-se ao método empírico, a fim de não se perder na metafísica ou na filosofia (HJELMSLEV, 1944, apud CORNEILLE, 1982, p. 51). Como afirmou Santos (1988), o estabelecimento da ciência como a única forma válida de saber excluiu outras, entre elas, a filosofia.

Qualquer disciplina científica deve esforçar-se por trabalhar conceitos claramente definidos, e qualquer definição comporta sempre e necessariamente, um caráter convencional. Buscava-se uma metalinguagem utilizável para qualquer descrição sincrônica de qualquer língua. O empenhamento de todos os estruturalistas em definir explicitamente as noções operacionais de que se servem garante, efetivamente, o rigor e a objectividade dos seus métodos” (CORNEILLE, 1982, p. 51).

Corneille (1982, p. 52) afirma que outra necessidade para a Linguística estabelecer-se como disciplina científica era não só o rigor, mas também sua formalização, na racionalização completa do objeto, “conduzindo-o a um conjunto de propriedades objetivas munidas de definições constantes” (BENVENISTE, 1954, apud CORNEILLE, 1982). Mesmo que essa busca pela formulação de hipóteses e pela definição de uma

terminologia não captasse a linguagem em toda sua real complexidade ou que tratasse apenas de uma questão menor, escapando-lhe o essencial da atividade linguística, não seria possível negar-lhe o carácter científico dessa abordagem dos fatos. Essa afirmação mostra que o foco dos linguistas estruturalistas parece deslocar-se estudo da língua(gem) para a constituição da Linguística como ciência.

Vale observar que os manuais das décadas de 1960 a 1980 citados aqui, como os de Crystal (1968) e Corneille (1982), discutem explicitamente as questões metodológicas, as formas de se tratar a língua para que a Linguística seja uma ciência. Nos manuais mais recentes, esse fato parece ser esquecido. Afirma-se que a Linguística se tornou ciência a partir da publicação do CLG de Saussure, mas negligencia-se o fato de que houve um esforço coletivo para que isso acontecesse.

As últimas décadas do século XX trouxeram novas e diversificadas correntes da Linguística, cada vez mais difíceis de serem classificadas como escolas (CARBONI, 2008). Quando se trata das últimas décadas do século XX, o aparente consenso dos manuais desaparece e as escolhas apresentam-se mais complexas. Alguns manuais introdutórios apresentam uma subdivisão mais clássica: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica (CAMARA JR. 1964; Lyons, 1987; LOPES, 2000; MUSSALIM; BENTES, 2001; BORBA, 2008). Outros manuais vão além dessa subdivisão e ainda acrescentam áreas e correntes (como linguística textual, análise do discurso, pragmática, aquisição da linguagem, entre outras) (MUSSALIM; BENTES; 2001) ou temas e abordagens (variação linguística, linguagem em uso, abordagem do texto) (FIORIN, 2005). Paveau e Sarfati (2006) organizam *As grandes Teorias da Linguística* (pós-saussureanas) em Linguísticas Enunciativas, Linguísticas Discursivas e Teorias da Pragmática. Já Carboni (2008) trata de *Linguística e prática*, onde enunciação e pragmática se misturam, e *Diálogo com outros campos*, onde a sociolinguística e a Análise do Discurso podem ser

encontradas.

É interessante observar que não há muito consenso na Linguística, nem mesmo na forma de organização e apresentação das correntes e áreas / subáreas de estudo. No meio dessa profusão de teorias, os conceitos de língua e linguagem ficam ainda mais dispersos. Interessante pensar também que os manuais, em sua maior parte, focam nessas áreas da Linguística, mas não apresentam, por exemplo, o estágio atual dos estudos de Chomsky, ou o desenvolvimento dos estudos funcionalistas. Não se fala muito também de áreas como aquisição da linguagem, psicolinguística ou ensino de línguas, ou seja, qualquer área ligada à Linguística Aplicada é deixada de fora.

2.5 À guisa de conclusão

A história da Linguística propriamente dita nasce com um mito fundador: a publicação do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure, em 1916. “Sobre o plano fundador cognitivo da representação e da organização da disciplina, esse lugar não foi contestado: o gesto fundador é saussureano” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 247)

Nem mesmo a história oficial da Linguística é linear, correntes e teorias se opõem e se sobrepõem, se sucedem e coexistem. O Estruturalismo é apresentado nos manuais como corrente dominante do século XX. Apesar de Saussure ser considerado o pai do Estruturalismo, até metade do século XX os trabalhos dos neogramáticos dominavam. Foi na década de 1960, quando o estruturalismo já sofria várias críticas, que ele, contraditoriamente, estabeleceu-se de fato e ganhou espaço nas academias (a obra de David Crystal, de 1968, é um exemplo disso). Contudo, na década de 1950 já iniciavam os estudos da enunciação de Benveniste; a Análise do Discurso de Pêcheux e a Pragmática de Austin (com a publicação de *How to do things with words*) são da década de 1960. Ainda

assim o estruturalismo se estabeleceu como a forma de se produzir conhecimento sobre linguagem.

A língua, suposto objeto da Linguística, foi vista de forma idealista, típica dos estudos pré-saussureanos, como uma atividade mental, na qual o psiquismo individual constitui a fonte da língua. Em seguida, a partir de Saussure, a língua se torna uma realidade abstrata, um sistema de regras estável e passível de descrição. Finalmente, nas correntes atuais a língua se torna uma atividade social e entender a enunciação ou as condições de produção é mais importante do que a língua nela mesma.

A linguística moderna construiu a noção de língua por meio de mitos sobre autonomia, sistematicidade e a natureza limitada da língua(gem), privilegiando o conhecimento linguístico supostamente especializado, em vez da compreensão diária da linguagem (MAKONI; PENNYCOOK, 2006, p.18-19). A Linguística necessita de uma redefinição do que seja língua e linguagem por duas razões: a primeira é que não se pode ter um estudo de uma entidade mal definida; a segunda é que sempre haverá necessidade de redefinições (DAVIS, 1990). Apesar das diferentes visões, os/as linguistas acreditam de alguma forma que a língua existe. “O primeiro objetivo de uma redefinição linguística seria demonstrar que a linguagem não é um objeto” (DAVIS, 1990, p.16).

A Linguística tradicional tende a tratar as línguas como entidades autônomas que preexistem seu uso pelos/as falantes e as línguas existem apesar do que os/as falantes pensam dela. A maioria dos linguistas tradicionais “sente uma necessidade de consertar, codificar, sistematizar tais conceitos de segunda-ordem para explicar como a comunicação funciona” (DAVIS, 2003, p.3). Mais interessante que estudar a língua como objeto seria observar como interpretamos e construímos nossos atos de comunicação do dia a dia, que visões de linguagem são compartilhadas ou opostas pelas sociedades e o papel que essas visões desempenham em nossas experiências de vida e aprendizado (DAVIS, 1990, p.17)

Como afirma Davis (1990), a língua(gem) é uma atividade humana ela e irremediavelmente ideológica e tratá-la como se não fosse, nada mais e do que impor uma ideologia. A perspectiva de que as línguas são social e politicamente construídas é necessária não só para entendermos as línguas e a linguagem, mas também para situações em que devemos mudar as próprias concepções ou a maneira que pensamos sobre elas.

Definições de língua têm consequências materiais para as pessoas porque tais definições são sempre, implícita ou explicitamente, declarações sobre os seres humanos no mundo. Portanto, é necessário superar ideias e concepções sobre língua(gem) se queremos imaginar formas alternativas de conceitualizar o papel e o status dos indivíduos no mundo. É necessário também considerar o que os sujeitos pensam sobre língua(gem). A questão é que a Linguística só faz sentido para o sujeito se levar em consideração o que ele/ela considera comunicativamente relevante. Como defende Davis (1990, p. 11), dizer que aquilo com o que os sujeitos se importam em relação à linguagem não é um fato linguístico “é fabricar uma linguística que, apesar de segura em um pequeno nicho da instituição acadêmica, não é pertinente em si mesma”.

Capítulo 3. As concepções de linguagem das Blogueiras Feministas

3.1. Quem são as Blogueiras Feministas

Nesta pesquisa defendo a multiplicação de pontos de vista e a produção de conhecimento múltiplo e heterogêneo. Defendo também a necessidade, considerando o conhecimento linguístico, de repensarmos nossas concepções de linguagem e as metalinguagens que usamos.

Mulheres feministas, como as integrantes do Blogueiras Feministas, representam um grupo minoritarizado contra-hegemônico que busca modificar o *status quo* lutando contra diferentes formas de opressão. Partir da experiência das BF significa produzir conhecimento múltiplo, heterogêneo, contraditório, em outros termos, significa privilegiar a divisão e não a unidade ou a homogeneidade característica da ciência hegemônica. Não se trata aqui de considerar a experiência como fruto da visão dos sujeitos, pois, nesse tratamento dado à experiência, ignora-se o fato que esse modo de ver também é discursivamente construído, e se reproduzem os sistemas ideológicos em vez de contestá-los.

Parto, portanto, da experiência dessas mulheres, enquanto mulheres e feministas, e entendo a experiência como discursivamente constituída. Nesse sentido, a experiência não é a base da evidência a partir da qual se constroem as explicações; a experiência é, ao contrário, a evidência em relação a qual o conhecimento, neste caso sobre linguagem, é produzido. Em outras palavras, é a partir de suas experiências que as BF apontam o que é relevante sobre a linguagem e, assim, produzem conhecimento.

A história do grupo Blogueiras Feministas começou durante o período eleitoral de

2010, quando Conceição Oliveira⁴, ou Maria Frô, iniciou uma conversa com colegas feministas buscando opiniões sobre temas relacionados à mulher, à política e às eleições ao Governo do Estado de São Paulo e à Presidência da República. Ao mesmo tempo, Cynthia Semíramis acreditava que as feministas blogueiras estavam errando ao lutar isoladamente. Como ela contou em seu blog:

[...] fiquei pensando no assunto e acho que estamos agindo mal ficando cada uma por si. Já passou da hora de termos um encontro de blogueiras feministas, de nos posicionarmos em conjunto, de cobrarmos posturas em bloco. E, ao mesmo tempo, de mostrarmos que existem diferenças entre feministas, mas que isso não nos torna menos unidas ou sem objetivos comuns. (SEMÍRAMIS, 19 de out. de 2011, publicado em seu *blog* pessoal)

Essas interações entre as feministas revelaram que seria, sim, possível o desenvolvimento de um grupo feminista na blogosfera. Assim, Cynthia Semíramis criou um grupo de discussão no *Google Groups* e, com a ajuda de outras participantes, como Bianca Cardoso⁵ (ou Srta. Bia), que se tornou a moderadora da lista, a divulgação do grupo foi feita de forma genérica pelo *Twitter* de cada participante. Não houve convites específicos, ninguém foi incluída automaticamente e qualquer pessoa podia e ainda pode entrar: “todas as participantes o fizeram por livre e espontânea vontade. A adesão foi surpreendente: na primeira semana de grupo, éramos 50 participantes” (SEMÍRAMIS, 19 de out. de 2011). Eu entrei para o grupo assim, vendo esse convite no *Twitter* da Cynthia Semíramis. Minha primeira mensagem na lista foi no dia 20 de outubro de 2010.

A ideia do grupo surgiu, de certa forma, com uma conversa por e-mail entre diversas feministas. [...] No Encontro de Blogueiros Progressistas tinha pouquíssimas feministas, os blogs estão reduzidos, o twitter é muito

⁴ Conceição Oliveira é autora do blog Maria Frô (<< <http://mariafro.com/>>>).

⁵ Bianca Cardoso, moderadora da lista e administradora do blog. Seu blog pessoal chama-se “Groselha News: uma feminista com uma garrafa de groselha na mão” (<< <http://srtabia.com/>>>).

de nicho (no twitter praticamente a gente só fala para convertidos/as), as comunidades no orkut ou são trolladas o tempo todo, ou são limitadas para novas discussões. Os sites de organizações feministas ainda são pouco interativos, e mais focados no trabalho da organização, e não na mobilização online. Estamos mais caladas do que ativas na internet. Pra reverter isso, precisamos nos unir, e um grupo de e-mails é o possível no momento. A partir daqui, podemos nos fortalecer, e organizar blogagens coletivas, carnivals, e outras mobilizações em grupo. E, ao mesmo tempo, podemos discutir em privado questões feministas, sem a participação de trolls. Da conversa inicial, acabei criando este grupo de e-mails. A Srta Bia (@srtabia) se candidatou para ajudar na administração. Espero que este grupo seja um sucesso e nos traga muitas alegrias!

Sejam bem-vindas!⁶

Esse foi o primeiro e-mail da lista de discussão enviado pela Cynthia Semíramis⁷ no dia 19 de outubro de 2010. O surgimento e crescimento do grupo correspondem a um período marcado socialmente, como afirma Silveira (2013), por dois movimentos opostos e concomitantes, “o crescimento do ativismo feminista online e off-line, enquanto, no plano do discurso, afirma-se um desaparecimento paulatino tanto do movimento quanto das reivindicações, sempre embasado em algumas mudanças do contexto social contemporâneo” (SILVEIRA, 2013, p. 13-14).

O BF é formado por mulheres e homens, que vêm de diversas partes do país, algumas até moram no exterior. São pessoas que trazem consigo sua história, suas experiências de vida. “Somos um grupo heterogêneo, com diversas pessoas que pensam diferente, mas que tem o desejo pela igualdade como ponto comum” (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 22 de out. de 2011). Somos brancas e negras; cissexuais⁸ e transexuais;

⁶ Como o conteúdo da lista de discussão é restrito às/aos participantes do grupo, recebi autorização da autora deste e-mail para que ele fosse utilizado neste trabalho.

⁷ Cynthia Semíramis foi uma das criadoras do grupo de discussão. Seu blog chama-se “Cynthia Semíramis: Feminismos e direitos humanos” (<< <http://cynthiasemiramis.org/>>>).

⁸ O prefixo *cis-* em latim significa *desse lado* (opondo-se a *trans-*, que significa *do outro lado*). Sendo assim, cisgênero ou cissexual são palavras que “denotam uma pessoa que se identifica como do gênero ou sexo, respectivamente, que lhe foram atribuídos quando ainda estava em período de gestação ou no nascimento. Ou seja, a partir do momento que o médico vê a genitália do bebê, durante um exame ultrassonográfico ou após o nascimento, a criança é categorizada, geralmente como menina ou menino, e esse passa a ser o seu sexo. A medida que você cresce, aprende e

heterossexuais, homossexuais e bissexuais; temos diferentes níveis de formação educacional; pertencemos a classes sociais diferentes – considerando a situação presente ou a origem familiar; contudo, não há nada que eu possa afirmar categoricamente com base em números. Um censo BF foi discutido e planejado, mas ainda não foi realizado. Além disso, a dinâmica da internet e “a participação do grupo que consta com novos participantes diariamente e também com a saída de tantos outros ao longo do tempo, não permitiu traçar um perfil fechado do grupo” (SILVEIRA, 2013, p. 14). Acredito, porém, que a maioria de nós é branca, cissexual, classe média, com formação superior (concluída ou ainda em curso). Não arriscaria especular sobre a sexualidade das pessoas do grupo. Eu, autora desta tese, sou uma mulher branca, cis-heterossexual, de classe média e altamente escolarizada.

Faço essas afirmações sobre o grupo com base em observações subjetivas. Como faço parte do grupo, conheço muitas blogueiras, algumas até pessoalmente. Não me lembro de nenhuma pessoa que, ao se apresentar, tenha dito não ter curso superior, a não ser as adolescentes que ainda cursam ensino médio. A área de saber das participantes aparece com frequência seja como embasamento a alguma opinião, seja em pedidos de ajuda ou sugestões para a realização de trabalhos e pesquisas. Os hábitos de consumo comentados e discutidos também podem ajudar na caracterização do grupo como sendo de classe média. Algumas autoras já falaram sobre a falta de diversidade no feminismo como um todo, mas também na nossa lista e no blog (MOSCOU, 30 de ago. de 2011; ARRAES, 22 de jul. de 2012; GUSMÃO, 12 de set. de 2012; VIEIRA, 17 de nov. de 2011).

Somos muitas coisas e entre elas somos também blogueiras e feministas. Ser blogueira significa que estamos *online*, seja escrevendo em blogs, utilizando o *Twitter*, ou

incorpora valores atribuídos a esse sexo e pode ou não se identificar com ele” (ARRAES, 22 de jul. de 2012).

participando de grupos no *Facebook*. Além disso, o nome do grupo é Blogueiras Feministas, o que significa que qualquer participante é uma blogueira em potencial. Já o ser feminista significa várias coisas. Como somos várias, também são variadas as nossas concepções de feminismo.

O objetivo do grupo era criar um lugar onde feministas pudessem trocar informações e debater assuntos diversos e o ritmo dessas conversas sempre foi intenso, com uma média de mais de 100 e-mails por dia. Então o grupo cresceu e percebemos a necessidade de se criar um blog, para que as ideias não permanecessem restritas à lista.

A lista de discussão veio antes. Em algum momento ela não foi suficiente para exprimir todas as nossas ideias. Sentimos a necessidade de ter um blog para externalizar discussões e para produzir conteúdo sobre feminismo. Nosso principal objetivo é aproximar as pessoas do feminismo e levantar debates sobre questões referentes as [sic] mulheres (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 28 de out. de 2011).

O blog começou como um agrupamento de *links* de blogagens coletivas e, à medida que as pessoas foram se interessando em escrever, o blog foi organizado e criado no dia 28 de outubro de 2010 e em março de 2011 foi lançado o blog com domínio próprio⁹, e todo seu conteúdo está disponível para uso, o que possibilita a colaboração entre as pessoas e a circulação do conhecimento.

O interesse em postar textos produzidos pelas próprias BF surgiu em decorrência de um conflito envolvendo um colunista de um portal de notícias de esquerda.

⁹ O blog é licenciado no *Creative Commons* é um projeto sem fins lucrativos que disponibiliza licenças flexíveis que garantem proteção e liberdade para obras autores/as e artistas. Nele, a ideia tradicional de “todos os direitos reservados” foi transformada em “alguns direitos reservados”, possibilitando uma maior circulação de produtos artísticos e intelectuais. (< <http://creativecommons.org.br/>>). Em termos práticos, os *posts* podem ser copiados, redistribuídos e usados como base para outros trabalhos desde que seja dado o crédito adequado e a obra seja licenciada nos mesmos termos, ou seja, a base onde o *post* será republicado também deve estar em *Creative Commons*.

O conflito teve início no twitter, a partir da publicação de um comentário de um seguidor contendo o termo “feminazi”. Tal expressão é extremamente combatida, pois a ela vincula-se todo um conteúdo pejorativo. O twitter não possui registro histórico de livre acesso e no blog não foi citado o conflito em si, como se todas as esferas da blogosfera estivessem conectadas e acompanhando em tempo real o ocorrido. O episódio foi comentado à exaustão na lista, tendo então passado de uma discussão acerca do ocorrido para como a lista podia influenciar a blogosfera como um todo, daí a percepção da necessidade de não só divulgar mas de também produzir conteúdo. (SILVEIRA, 2013, p. 73).

Ao fim, ficou combinado uma agenda de posts semanais, que foi seguida à risca, inclusive com duas postagens em alguns dias a depender da disponibilidade das autoras, de forma que algumas elegeram dias específicos e fixos da semana para publicarem seus textos e outras contribuiriam esporadicamente (SILVEIRA, 2013, p. 74).

No início, para se tornar uma autora do blog, bastava fazer parte da lista de discussão. Mais recentemente instituiu-se a obrigatoriedade de cada nova autora submeter os três primeiros posts à avaliação a fim de se garantir que os textos sejam inéditos, tragam algum ponto de vista feminista, não tenham conteúdo ofensivo etc. “Ou seja, o grupo estava crescendo e podia se perder o controle do conteúdo publicado, visto que o aceite ao grupo, e a disposição para escrever em determinada data eram até então os únicos pré-requisitos para se publicar no blog” (SILVEIRA, 2013, p. 81). Os textos publicados não passam por seleção ou edição prévia e cada autora é responsável pelo seu ponto de vista e conteúdo produzido. As autoras podem, no entanto, submeter o texto à lista para discussão, receber sugestões etc.

Desde seu surgimento, o grupo tornou-se muito mais do que era esperado. Se o objetivo inicial era discutir questões políticas e sociais sob a perspectiva do feminismo ou se era ler e discutir textos teóricos sobre o feminismo, isso já não vem ao caso. O que importa é que muitas mulheres encontraram ali um espaço de formação, de reflexão, de apoio, um lugar para compartilharem suas opiniões sem medo de serem criticadas, um espaço para usarem sua voz. De certa forma, pode-se dizer que o grupo tornou-se um

grupo de consciência, “cuja característica mais marcante é a ausência de uma estrutura hierárquica ou mesmo formal que invista de especial autoridade ou legitimidade qualquer de suas integrantes” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p.32). No início, as mensagens apresentavam um tom mais confessional, com a exposição de situações pessoais e apoio e solidariedade por parte das outras. Ao longo do tempo essas mensagens diminuíram (SILVEIRA, 2003, p. 81).

O grupo caracteriza-se também por ser uma dinâmica marcada pela horizontalidade na qual as participantes são encorajadas a falar sobre suas vidas, desejos, medos, ambições, sonhos, frustrações etc. Caracteriza-se ainda por ser uma prática de troca de experiências e saberes, de ativismo político e de constituição de uma comunidade que visa a dar mais visibilidade à mulher e às causas relacionadas à mulher.

É interessante ressaltar que nas relações estabelecidas *online*, as mulheres podem encontrar pessoas que não encontrariam na vida real por razões geográficas e sociais, sem contar que tais relações podem ser alimentadas e estimuladas continuamente. As BF têm essa característica translocal, ou seja, mulheres em espaços muito diferentes, às vezes até isoladas em cidades pequenas e mais conservadoras, estão conectadas e constroem uma rede de apoio através do grupo. A participação nesse tipo de grupo pode ser ainda terapêutica e empoderadora (MORAHAN-MARTIN, 2000, p. 686), pois, a partir dessas comunidades, as mulheres estão construindo solidariedade entre grupos que compartilham do mesmo objetivo, mesmo sem nunca terem se encontrado pessoalmente. Por outro lado, como as BF estão espalhadas pelo país, é possível fazer com que a conectividade saia do plano virtual e aconteça no plano real. Encontros locais/regionais são comuns em cidades com maior concentração de BFs, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Em outubro de 2011, em comemoração ao primeiro aniversário do grupo, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional das Blogueiras Feministas em São Paulo – SP. O

Segundo Encontro Nacional realizou-se em dezembro de 2012, em Brasília – DF. Os dois encontros, de dois dias cada, seguiram a mesma dinâmica, tendo o primeiro dia dedicado a mesas temáticas e o segundo, à discussão interna somente para os/as participantes presentes. No primeiro encontro, esse segundo dia foi dedicado a, principalmente, estabelecer metas de atuação daquele momento em diante, tanto na rede quanto fora dela; no segundo encontro, por uma avaliação das ações já realizadas e por uma discussão acerca de possíveis mudanças internas no grupo.

A lista e o blog revelaram-se bastante importantes para as participantes, como Maia Cat afirmou em um *post*.

O que antes parecia uma vaga idéia agora se assoma como uma possibilidade real para mim: um movimento feminista que realmente tenha voz. Isso por causa da lista das blogueiras feministas, que reúne em torno de 150 participantes interessadas na causa. [...] Começamos devagar, mas agora as discussões já estão sempre andando na lista, sempre com participação, ideias interessantes e respeito entre todas. [...]

Claro que é um grupo pequeno ainda, de pouco alcance. Mas tem tanta ideia boa, tanta gente boa [...]. As discussões na lista têm que continuar, mas deveriam servir de pauta, antes de tudo, para nossas ações como grupo. O blog é um começo. Mas quero ainda ver isso crescer: vídeos (como já começaram), twitter (só eu que ainda não entendo nhecas disso), blogs, campanhas, petições, busca de espaço na mídia mais tradicional, sei lá! (MAIA CAT, 15 de dez. de 2010).

Ou como escreveu outra participante do grupo, Tica Moreno, sobre as BF:

Somos cerca de 190 mulheres, de várias partes do Brasil, com experiências de vida distintas. Em comum, o feminismo. E outras cositas más que vamos descobrindo no caminho.

E pra gente essa experiência de ser feminista tem a ver por um lado com escrever posts sobre o assunto, apontar as manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, fazer manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade (MORENO, 7 de fev, de 2011).

Na comemoração de um ano de lista e blog, que ocorreu no mês de outubro de 2011, as BF foram chamadas a falar o que, para elas, significava ser uma blogueira feminista. A discussão aconteceu na lista de e-mails e as respostas foram compiladas em um post coletivo chamado O que é uma blogueira feminista (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 22 de out. de 2011). Entre as ideias mais recorrentes estão as de que ser BF é se reencontrar consigo mesma e se reconhecer nas outras pessoas. Esse reconhecimento, esse sentimento de pertença, é decorrente do encontro de outras pessoas que partilham opiniões e experiências semelhantes e da possibilidade de nomear os incômodos, de expressar o que antes parecia ser uma intuição, em um lugar onde é possível criar vínculos e sentir empatia. O que há de comum entre as BF é o feminismo, o reconhecimento da existência da desigualdade e o questionamento desse sistema, além do desejo e da crença na mudança, o desejo de fazer “do nosso meio um lugar menos estreito” (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 22 de out. de 2011), de fazer um mundo melhor.

Ser BF também significa reconhecer que somos “uma parte de um conjunto de olhares”, que mostra “uma maneira toda nova de ver o mundo”, que torna “visível o que se faz tanta força pra esconder”, mas que reconhece que ainda faltam “novos olhares sobre os problemas” (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 22 de out. de 2011).

As BF, além de falarem do que são, focam bastante no espaço em que se encontram e que possibilita que elas sejam o que são. Esse é um espaço para se falar o que se pensa, para compartilhar informação, aprendizado e conhecimento. E uma BF é alguém que valoriza a interação e a coletividade e que tem o desejo de participar, contribuir. Dessa forma, esse espaço torna-se um local de “produção coletiva do conhecimento”, um local de aprender, de fazer perguntas, de ouvir, de “desenvolver habilidades como argumentação, flexibilidade e reflexão”, de “entender para crescer” (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 22 de out. de 2011), de fortalecimento e empoderamento.

Bárbara Lopes escreveu no aniversário da lista de discussão das BF.

Nesse momento somos 430 pessoas inscritas na lista. Até hoje foram trocadas 55.450 mensagens. A média de emails por dia é de 96 mensagens. Há moderadoras no grupo, mas não há hierarquia. O blog é nossa representação externa, uma tentativa de representar nossa diversidade, desejos, conflitos e escolhas. O Feminismo é nossa bandeira e o diálogo nosso instrumento de mudança (LOPES, 19 de out. de 2011).

Natália Silveira (2013, p. 83) nos lembra que Nina Madsen, representante do CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, foi uma das participantes da mesa de discussões e “chamou a atenção para o eco produzido pelas BF, questionando se elas⁴⁶ tinham ciência da dimensão do que era produzido. Em suas palavras:

‘Primeiro queria agradecer o convite. Eu leio vocês, eu não sei se vocês tem consciência da dimensão do que vocês estão produzindo. Vocês estão produzindo uma militância de um jeito diferente, vocês estão construindo um feminismo de uma maneira diferente, uma maneira diversa e super atual pela rede, de uma maneira horizontal, aberta, com possibilidades de dissonâncias e dissidências, eu acho isso muito bacana. E tem um eco, o que vocês estão produzindo ecoa de uma maneira muito forte nos movimentos e em uma militância mais clássica, digamos assim’ Nina Madsen, II Encontro Nacional, 2/12/2012.’

À época do primeiro aniversário, o blog com domínio próprio e layout personalizado tinha oito meses e contava com 312.330 visualizações na rede, 360 posts, 5.180 comentários e 63 autoras e autores cadastradas/os (BLOGUEIRAS FEMINISTAS, 28 de out. de 2011).

Atualmente, março de 2013, o grupo conta¹⁰ com mais de 800 participantes na lista de discussão e o blog, mais de 80 autoras e autores cadastrados no blog. Para se tornar autora no blog, basta fazer parte da lista de discussão; por essa razão os números não são fixos, pessoas podem ser tornar autoras ou deixar de sê-lo. O grupo está presente também

¹⁰ Em março de 2013 o grupo conta com 833 participantes e 83 autores e autoras.

no *Facebook*¹¹, *Twitter*¹², *Google+*¹³, *Youtube*¹⁴ e *Tumblr*¹⁵. As discussões da lista geraram ainda algumas ramificações como os blogs *Feministas na Cozinha*, um blog de experiências culinárias sustentáveis, o *Biscate Social Clube* que se apresenta mais como um experimento literário em prol da liberdade sexual feminina e o *FemMaterna* que reúne mães que discutem questões relacionadas à criação de suas filhas e filhos sob uma perspectiva feminista

3.2 Entendendo a linguagem a partir de uma concepção discursiva social: a noção de discurso

Definições de língua(gem) são sempre declarações sobre o ser humano no mundo, suas relações uns com os outros, seu lugar na sociedade etc. Pensar e repensar a situação das pessoas no mundo implica, conseqüentemente, pensar e repensar a linguagem, mas não basta transformarmos nossas concepções se ainda estamos presos a velhas metalinguagens, a antigos regimes metadiscursivos.

A Linguística só faz sentido quando leva em consideração o que as/os falantes consideram relevante, quando examina a forma que construímos e interpretamos nossas práticas languageiras, quais concepções de língua e linguagem colocamos em jogo e qual o papel de tais concepções na constituição de nossas experiências.

Mas, se parto das concepções de mulheres feministas, qual seria a relação possível entre língua(gem) e feminismo ou entre língua(gem) e gênero? Será que esse tipo de questão desvia a atenção do feminismo de questões maiores e mais importantes ou trata de algo óbvio? O que significa fazer Linguística Feminista?

¹¹ < <https://www.facebook.com/blogueirasfeministas>>

¹² < <http://twitter.com/blogfeministas>>

¹³ < <https://plus.google.com/114803639406809421024/posts>>

¹⁴ < <http://www.youtube.com/user/blogueirasfeministas>>

¹⁵ < <http://blogueirasfeministas.tumblr.com/>>

Existem muitos estudos que relacionam gênero e linguagem, ou que relacionam linguagem e diferenças e/ou desigualdades de gênero; contudo, nem todos se alinham com a perspectiva feminista. Fazer uma Linguística Feminista significa interessar-se em “identificar, desmistificar e resistir às formas nas quais a linguagem é usada, juntamente com outras práticas sociais, para refletir, criar e sustentar as divisões e desigualdades de gênero na sociedade” (LITOSSELITI, 2006, p. 23). Para as feministas, portanto, a linguagem não é uma questão secundária ou um luxo, mas uma parte fundamental na luta por libertação: a linguagem é um campo de batalha política (CAMERON, 1992).

Cabe ainda, em uma crítica feminista da Linguística, refletir sobre o fato de os estudos de linguistas feministas não figurarem nos manuais introdutórios, como nos que foram analisados nesta tese (FIORIN, 2005; PAVEAU; SARFATI, 2006; FARACO, 2007; MUSSALIM; BENTES, 2007; CARBONI, 2008). Há linguistas feministas que se alinham com diversas áreas da Linguística como semântica gerativa, sociolinguística, análise do discurso, análise crítica do discurso, análise da conversação, pragmática entre outras. Por que esses estudos são marginalizados? Por que não são sequer citados?

Algumas feministas têm se preocupado com questões práticas, como o vocabulário de uma língua. Antifeministas argumentam que poderíamos gastar nosso tempo e energia com questões maiores e mais importantes. Bem, primeiramente é preciso afirmar que, repetindo as palavras de Cameron (1992, p.2), “não é uma questão de escolha: nós podemos lutar por pagamentos iguais e por uma língua não sexista também”. A autora ainda aponta para outra questão igualmente importante: se as pessoas não feministas reclamam tanto que isso é uma bobagem, talvez a linguagem tenha uma importância implícita extraordinária para quem faz as críticas às inquietações feministas.

Não se pode negar que existe uma crítica feminista da linguagem e, por isso, faz-se necessário compreender seus significados e avaliar suas implicações. A pesquisa sobre

gênero e linguagem tem se desenvolvido lado a lado com o debate feminista e de gênero e, assim como são muitos os feminismos e grande a proliferação dos discursos, são múltiplas as visões feministas sobre a linguagem (CAMERON, 1998; LITOSSELITI, 2006). Por isso, nesta tese, analiso o que as BF falam sobre linguagem, qual o significado do que elas dizem e quais concepções de linguagem estão em jogo.

As feministas criticam a linguagem fazendo estudos teóricos, reflexões pessoais, práticas ou manifestos polêmicos, identificando-se com correntes teóricas ou tendências políticas. As feministas dialogam e debatem não só com não feministas e antifeministas, mas também entre elas. As abordagens recentes dos estudos da linguagem preocupam-se com como mulheres e homens são construídos pela linguagem e, nesse contexto, a linguagem é vista como prática social.

Os primeiros estudos sobre gênero e linguagem focavam principalmente nas formas sexistas de uma língua (como vocabulário e estruturas gramaticais) (FISHMAN, 1998; SPENDER, 1998; LAKOFF, 2004), mas já apontavam para a diferença entre o sexismo no palavreado e o sexismo no discurso. Os primeiros trabalhos apontaram para o sexismo na língua, e no mínimo, despertaram a consciência das pessoas para o problema. Por outro lado, se hoje há um certo cuidado em relação a termos e estruturas, as construções discursivas, na maior parte do tempo, não são óbvias, elas são normalmente sutis e se baseiam em pressuposições estereotípicas. Portanto, precisamos estar conscientes e preparadas para mudar nossos discursos e nossas práticas discursivas (LITOSSELITI, 2006, p. 47). As BF apontam para este problema: a existência de discursos sexistas, ou preconceituosos em geral e a necessidade de estarmos conscientes para mudarmos nossas práticas languageiras.

De acordo com Lia Litosseliti (2006), o pensamento atual sobre as relações entre gênero e linguagem é fruto da reflexão sobre a análise linguística, as teorias feministas e a

análise linguística feminista. Em termos gerais, os estudos recentes sobre gênero e linguagem baseiam-se numa gama de paradigmas de disciplinas diferentes; na importância do significado que se situa nos contextos imediato e sócio-cultural, em comunidades particulares de prática; na centralidade do discurso e na construção discursiva das identidades.

O termo discurso está onipresente e apresenta uma variedade de significados (SUNDERLAND, 2006), é amplamente usado por uma gama de disciplinas e geralmente é deixado indefinido, vago ou confuso. Litosseliti (2006) afirma que algumas correntes tratam o discurso linguisticamente como um texto com padrões e regras de coerência; outras tratam o discurso sociologicamente, como uma interação conversacional com certas funções sociais; outras lidam com o discurso a partir de uma perspectiva social e crítica como sendo a manifestação de modos culturais de pensar e agir; muitas correntes partem de uma combinação de todas essas perspectivas.

A autora ainda afirma que vê discurso a partir de um conjunto de características particulares. São elas: discursos são reconhecíveis e significativos; discursos podem se sustentar, competir entre si ou serem conflitantes; discursos representam e constituem modos de pensar e agir; discursos são ideológicos e por meio deles o poder social é operado; e discursos existem com relação a outros discursos (LITOSSELITI, 2006, p. 48-50).

Uma variedade de discursos está disponível para as pessoas. Tratando de gênero, por exemplo, há discursos sobre o lado emocional da mulher, a preocupação com a aparência, o desejo de ser mãe, o conflito entre maternidade e trabalho, a força e violência dos homens, a racionalidade, a função paterna de provedor econômico, além, claro, dos discursos sobre homossexualidade compulsória. Os discursos, simultaneamente, se sustentam e se contradizem; como Litosseliti (2006) exemplifica, há discursos sobre a

família tradicional monogâmica e o impulso sexual dos homens.

Os discursos como os dos exemplos acima não apenas representam maneiras de ver o mundo; eles articulam, mantêm, constituem, reconstituem, negociam e até resistem algumas dessas formas (LITOSSELITI, 2006, p. 49). Os discursos são campos de batalha permanentes e as/os participantes não são nem seres totalmente controlados e impotentes como também não são indivíduos que fazem escolhas completamente livres. “Ao resistir e contestar discursos dominantes e as pressuposições embutidas neles, somos parte de um processo de mudar as percepções da experiência, assim como dos papéis e identidades” (LITOSSELITI, 2006, p. 49). Discursos são inerentemente ideológicos e propõem pontos de vistas e valores à custa de outros. Além disso, as relações de poder social são operadas e desafiadas por meio dos discursos. Os discursos constroem posições de poder e de falta de poder (um exemplo, o discursos do lado emocional das mulheres, ou os discursos de que as mulheres só se realizam na maternidade, são utilizados para construir posições desiguais que limitam o acesso da mulher aos debates públicos, à ascensão no mercado de trabalho). Mas é preciso ter em mente também que um mesmo sujeito pode ocupar uma posição de poder em um discurso e ser desempoderado em outro, por isso a identidade do sujeito aqui será sempre considerada relacional, em intersecção com outras posições.

Finalmente, os discursos existem em relação a outros: o discurso feminista existe em relação aos discursos do patriarcado, da dominação masculina, de violência doméstica, de sexualidade, de questões raciais, entre muitos outros. Esses discursos podem aparecer misturados, uns dentro dos outros (LITOSSELITI, 2006, p. 50), e ilustra que as pessoas não são donas de suas próprias palavras. “qualquer discurso dado será exemplificado em vários textos de formas diferentes, reproduzidos em graus diferentes e para efeitos diferentes, não só por pessoas diferentes, mas também pela mesma pessoa em contextos diferentes” (LITOSSELITI, 2006, p.50). O discurso também pode fazer parte de uma rede

ou ordem, um complexo de práticas discursivas e sociais.

Os discursos não são visíveis nem delimitados, mas são reconhecíveis e nomeáveis a partir da identificação de características e traços, que são suas manifestações linguísticas características; contudo, deve-se reconhecer que se trata de um trabalho extremamente interpretativo (LITOSSELITI, 2006; SUNDERLAND, 2006). É muito difícil ver qualquer discurso separadamente de outros discursos. Os discursos não só criam posições subjetivas para pessoas e grupos, mas eles também constituem e reconstituem ideologias que moldam as práticas sociais (LITOSSELITI, 2006, p. 53). Os diferentes significados construídos, então, como as escolhas possíveis (que são fruto dos discursos existentes) vão refletir e contribuir para manter as práticas hegemônicas tradicionais e discriminatórias (das visões sobre mulheres e homens, por exemplo), assim como vão questionar e resistir a tais práticas (LITOSSELITI, 2006, p. 54).

Assim como o termo discurso, análise do discurso é amplamente usado por uma gama de disciplinas que englobam formas de abordar o discurso que se diferenciam e se sobrepõem e que partem de perspectivas diversas. A análise do discurso, em termos gerais, tem sido o foco de quadros teóricos e metodológicos que incluem: Análise do Discurso (um termo guarda-chuva para várias abordagens críticas), Análise Crítica do Discurso (ACD), Análise da Conversação (AC), Psicologia Discursiva (Crítica), Pragmática, Sociolinguística Interacional, Etnografia e Análise do Discurso Pós-Estruturalista Feminista (LITOSSELITI, 2006; SUNDERLAND, 2006). Essas vertentes são de grande importância para o estudo de gênero e linguagem, pois dão um significado à experiência por meio da linguagem (SCOTT, 1991), de forma mais específica, por meio dos aspectos sociais e contextuais da linguagem em uso. “Elas também valorizam a auto-reflexividade por parte do/a analista e reconhecem a impossibilidade da pesquisa parcial. Além disso, elas demonstram uma consciência crítica do que nós fazemos com a linguagem”

(LITOSSELITI, 2006, p. 54-55). Em outras palavras, a partir do discurso atribui-se significado à experiência, e a linguagem, então, não é o que permite a expressão do pensamento nem um instrumento de comunicação. Portanto, a linguagem não pode mais ser compreendida como um meio transparente que nomeia as coisas, como era para o pensamento iluminista (CAMERON, 1992). A linguagem é uma prática, é algo que fazemos.

Uma noção recorrente nas discussões sobre gênero e linguagem é que a linguagem tanto reflete quanto cria a maneira como vemos o mundo; e a forma como vemos o mundo inclui pressuposições sobre gênero, assim como raça, sexualidade, etnia etc. (LITOSSELITI, 2006). Esses discursos são chamados de discursos generificados e dizem alguma coisa sobre mulheres e homens e sobre suas ações, comportamentos, relações, identidades que são, em certa medida, também generificados. “Mais especificamente, discursos generificados são discursos que representam, (re)constituem, mantêm e contestam práticas sociais de gênero” (LITOSSELITI, 2006, p. 58). O discurso generificado não está relacionado ao gênero da pessoa que o articula, como nas primeiras pesquisas sobre gênero e linguagem (FISHMAN, 1998; SPENDER, 1998; LAKOFF, 2004; TANNEN, 2010); ele é articulado por mulheres e homens em situações diferentes e de formas diferentes. Uma mulher pode produzir um discurso sexista assim como um homem pode produzir um discurso feminista (LITOSSELITI, 2006; SUNDERLAND, 2006). Em algumas situações, discursos diferentes e até contraditórios se sobrepõem. Segundo Jane Sunderland (2006), as contradições podem apontar para instabilidade no discurso e na sociedade o que, por sua vez, aponta para batalhas e possibilidades de mudança. As contradições podem, elas mesmas, representarem uma perturbação no discurso.

Apesar da flexibilidade e fluidez dos discursos, há restrições que dependem das

posições e da estrutura social. Ao mesmo tempo em que o discurso coloca homens e mulheres em determinadas posições, as pessoas também assumem posições que constituem gênero. Em outras palavras, o discurso é tanto generificado quanto generificante (LITOSSELITI, 2006; SUNDERALND, 2006). Os discursos generificados são reconhecíveis, são históricos, ideológicos, interconectados e complexos, e eles envolvem discursos sobre feminilidade, masculinidade, diferença, heterossexualidade, maternidade/paternidade, feminismo etc. Os discursos das diferenças de gênero são particularmente profícuos na nossa sociedade. Esses discursos estabelecem os limites para os comportamentos e as práticas de gênero.

Litosseliti (2006, p. 61) afirma que “nós *produzimos* ou *criamos* nossos múltiplos eus generificados através das escolhas que fazemos a partir dos diferentes discursos disponíveis”. A maior parte da pesquisa linguística feminista atual traz a afirmação fundamental de que as pessoas se tornam generificadas. Essa ideia sugere que se tornar generificada/o significa passar por um processo dinâmico que jamais se completa. Nesse processo, as pessoas são agentes que podem também romper com as construções normativas. Essa abordagem construcionista vê a identidade como um processo por meio do qual categorias são ativamente construídas. “A construção pode ser simbólica semiótica e/ou discursiva”, como afirma Sunderland (2006, p. 50), “mas ela é também potencialmente material e potencial, constituindo efeitos que vão além do discurso”. Em outras palavras, a constituição se dá por meio do discurso, discurso que apresenta formas variadas, dinâmicas, situadas em um contexto, discurso que não pode ser visto, apesar de ser reconhecível, mas ela tem efeitos materiais na vida das pessoas.

É preciso ter em mente que a ideia de construção não pode ser usada acriticamente. Construção implica construção de si e dos outros; envolve falantes, ouvintes, interlocutores, estruturas sociais; em termos identitários, significa fazer, produzir, assumir,

manter, resistir, modificar identidades , o que expõe a multiplicidade e a fluidez com que gênero é realizado constantemente e de maneira interrelacional.

Litosseliti (2006) afirma que dentre as teorizações correntes dessas questões está a ideia de que

A construção discursiva (isto é, social e linguística) das identidades de gênero é alcançada por meio de processos contínuos de seleção, negociação, apropriação e reafirmação. O trabalho da identidade envolve fazer escolhas a partir dos discursos sobre feminilidade e masculinidade disponíveis e são apropriados para os nossos contextos sociais. As escolhas não são livres, mas moldadas pelo potencial altamente contextualizado e capacitante de *fazer* gênero adequadamente (LITOSSELITI, 2006, p. 63).

Muitas das pesquisas feministas recentes têm focado na abordagem construcionista social do discurso. Ao ler e analisar as postagens do site das BF, é possível perceber que elas falam sobre linguagem a partir dessa perspectiva; em outras palavras, elas veem a linguagem a partir de uma **concepção discursiva social**, veem as identidades como constituídas pelo discurso e com **efeitos** materiais sobre a vida das pessoas.

Os **principais efeitos** identificados pelas BF são a naturalização e essencialização das identidades. Entretanto, as BF não estão preocupadas só com a discussão dos efeitos dos discursos, elas também apresentam **estratégias de resistência e mudança**, passando primeiramente por uma reflexão sobre a linguagem, para se pensar na necessidade de se despertar a consciência para as incoerências de nossos discursos e de se multiplicar os discursos e as vozes até se pensar no uso de uma linguagem inclusiva e as possibilidades de resignificação.

3.3 Entendendo a linguagem a partir de uma concepção discursiva social: a noção de construção

Uma das noções defendidas pelas BF é a de que muitos de nossos valores, concepções, crenças, mitos são construídos pelo discurso. O termo ‘mito’ é recorrente nos textos das BF que foram analisados neste trabalho; por essa razão, vou utilizá-lo aqui para discutir as concepções de linguagem que aparecem nos textos das BF.

Deborah Cameron (2007) usa a palavra ‘mito’ para discutir a ideia (ou, como ela diz, o mito) de que homens e mulheres utilizam a linguagem de forma fundamentalmente diferente para se comunicarem. A autora explica que usa a palavra mito em dois sentidos: no sentido corriqueiro de mito como sendo uma crença difundida, embora falsa; e no sentido de “ser uma história que as pessoas contam pra explicar quem elas são, de onde elas vêm e porque elas vivem como elas vivem” (CAMERON, 2007, p.4).

Pennycook (2007), como já foi discutido no capítulo anterior, também utiliza o mito em seu texto sobre a construção do inglês como língua internacional. Baseando-se em um trabalho de Barthes, ele afirma que o mito faz com que se perca a memória de que as coisas foram, um dia, construídas; num processo de despolitização, esvazia-se a história e se preenche com natureza (as coisas são como são porque sempre foi assim, elas seguem sua natureza, sua essência). Como Pennycook (2007) afirma a respeito do inglês, essa língua faz o que as narrativas mitológicas fazem: impõem-se como um fato inquestionável, natural, que “sempre foi assim”. A compreensão do mito aponta para uma série de aspectos que nos permitem compreender sua construção.

Uma visão bastante comum nas ciências sociais é a do construcionismo social. Essa visão é útil na medida em que revela mitos fundacionistas, mostrando como a ação humana produz entidades atuais e crenças sobre tais entidades. No construcionismo social, mais do que a entidade em si, que é vista como tendo uma existência real, fora das forças sociais, culturais e políticas que a constituem, produzem-se discursos sobre tal entidade (metalinguagem), que muitas vezes nada mais são do que idealizações. Se não se pode ter

acesso ao mundo real, então devemos focar nos modos de representação através dos quais o mundo é construído, nas naturalizações e nas produções de metalinguagem. É assim que o mito funciona, falando constantemente sobre as coisas de forma que se esqueça de que, em algum momento, as coisas foram criadas.

Essa compreensão do mito acrescenta uma importante dimensão para a discussão: não só as representações são inventadas, mas o terreno sobre o qual elas são construídas também é inventado. Em outras palavras, essa dimensão, que é chamada de construcionismo ontológico, ao invés de dizer que diferentes noções referentes a uma entidade foram construídas em contextos diferentes, argumenta que a própria entidade em questão foi inventada (PENNYCOOK, 2007).

Quando se fala do construcionismo ontológico, fala-se de uma construção sócio-histórica por meio da qual as identidades são estabelecidas com a produção reiterada de crenças e discursos que se impõem como fatos inquestionáveis, naturais, mas que são o resultado da reiteração dos discursos que criam justamente o que buscam descrever.

Outra dimensão importante é a do construcionismo histórico, que reconhece que os efeitos de repetidas construções e reconstruções são bastante reais. Apesar de serem invenções e de essas invenções terem sido feitas sobre terreno inventado, elas têm em efeito real na vida das pessoas que lidam com elas, isto é, a criação histórica de uma entidade cria realidades com as quais precisamos lidar.

Por fim, temos a dimensão discursiva do construcionismo, que implica a percepção de que as realidades são constituídas de maneiras diferentes em épocas diferentes, ocorrendo ao longo do tempo, em diferentes lugares e utilizando diferentes tipos de discurso.

A partir dessa reflexão acerca do processo de construção, Pennycook (2007, p. 99) conclui que “os mitos justificam as ordens sociais, as instituições e as línguas; eles definem

não apenas a origem imaginada, mas também o *status* atual, a ortodoxia e a ortopraxia”.

Uso esse aparato teórico em linhas gerais, ou seja, a noção de construção como desenvolvida por Pennycook (2007), para organizar o que as BF dizem sobre linguagem e discurso quando discutem feminismo, identidade, entre outras questões, pois, como desenvolverei mais profundamente a seguir, as identidades, as práticas sexistas etc. são estabelecidas por meio da produção repetida de crenças e discursos, que têm um efeito sobre a vida das pessoas e se impõem como fato inquestionável, natural, mas que são o resultado da reiteração desses discursos.

3.4 Concepção discursiva social da linguagem: os efeitos das práticas linguageiras

A repetição

Muitas BF enfatizam a noção de que os mitos são construídos por meio da repetição de ideias simplistas e generalizadoras (GAVENAS, 3 de jun. de 2011), que ouvimos desde criança (FAUST, 3 de jan. de 2011; 24 de jan. de 2011) e que, às vezes, de tanto ouvir, nós mesmas repetimos (PENEDO, 2 de fev. de 2011), como, por exemplo, a naturalização e essencialização da agressividade masculina (PENEDO, 2 de fev. de 2011) ou algumas características consideradas como próprias das mulheres, ou relativas à identidade, ao comportamento e ao modo de ser femininos: “toda mulher é invejosa”; “mulher não se veste para o homem, mas sim para outras mulheres”; “mulher dirige mal porque tem noção espacial menor que a do homem”; “mulher não é amiga de mulher”; “mulher gosta de cafajeste”; “a mulher é frágil e delicada por natureza” (GAVENAS, 3 de jun. 2011).

Esse tipo de construção naturaliza crenças e práticas por meio do discurso. Trata-se de um discurso sobre as mulheres (mas também sobre os homens), o que elas (eles) são, o

que querem, seus medos e desejos dando a impressão de que esse discurso representa a mulher (ou o homem¹⁶) real, naturalizando-a(o) e nos fazendo esquecer de que é uma construção realizada ao longo do tempo, em uma determinada sociedade. É uma “coisa tão bem feita e tão bem tecida que a gente até pensa que chegou a essa conclusão sozinhos, por observação” (FAUST, 3 de jan. de 2011). Em outras palavras, esse tipo de construção faz com que a mulher seja vista como tendo certa existência real e exterior às forças sociais, culturais e políticas que as constituem. Faz-se acreditar que a mulher existe por si só. Como as BF têm observado, a construção social não produz mulheres, mas discursos sobre mulheres.

Não só uma noção estereotipada do que é ser mulher é construída, mas também uma concepção de feminismo e de feministas (GOMES, 15 de jan. de 2011; GOMES, 5 de fev. de 2011; SEMÍRAMIS, 5 de jun. de 2011; SEMÍRAMIS, 3 de jul. de 2011; ATHAYDE, 25 de jul. 2011; POLAZ, 17 de out. de 2011), até uma visão do que seria o amor romântico (SRTA. BIA; NEPOMUCENO, 6 de jun. de 2011), “vendido em toda sociedade”, mas que nada mais é que um mito, um “produto da imaginação coletiva, sem desenvolvimento científico ou racional e que para nós é profundamente real”.

Pensar que os mitos são construções discursivas é pensar que a linguagem está envolvida na construção dos nossos valores, das nossas crenças, das nossas relações sociais, enfim, na construção de quem somos. A construção depende, como já afirmei, da repetição dos discursos – como aqueles que ouvimos desde criança, como bem nos lembrou Georgia Faust (3 de jan. de 2011; 24 de jan. de 2011). Repetem-se, então, discursos hegemônicos naturalizados e naturalizantes sobre (no caso que nos interessa

¹⁶ A identidade da mulher é constituída de maneira relacional e, em nossa sociedade, muitas vezes opositiva em relação à identidade do homem. Em nossa sociedade impera uma ideia binária de gênero; contudo, neste trabalho, mesmo reconhecendo esse aspecto, farei referência à constituição da identidade da mulher.

aqui) as identidades. As BF sempre enfatizam que a repetição desses discursos, que constroem a mítica essência feminina, pré-estabelecem papéis, determinam modos de ser, é cotidiana, “somos metralhadas todos os dias sobre essa suposta obrigação” (ATHAYDE, 17 de dez. de 2010), “[e]u escutei isso com mais frequência nas últimas semanas: no ônibus, na rua, de amigos, de conhecidos...” (FAUST, 13 de out. de 2011). Já Srta. Bia e Luciana Nepomuceno (6 de jun. 2001) ilustram essa ideia a partir da discussão sobre o amor romântico que é “aperfeiçoado, recontado e redimensionado com o passar dos anos, fortalecendo cada vez mais seu significado coletivo”.

A repetição dos discursos está presente, então, nas falas do dia a dia, mas também na mídia, nos meios de comunicação, na ciência, entre outros. Como esses discursos nos são ditos desde sempre, a construção se utiliza também das histórias infantis. Liliane Gusmão (13 de jun. de 2011) analisa uma versão da história de Branca da Neve e afirma que lá a mulher é “mãe, cuidadora da casa e dos filhos”, que ela “é invejosa, não tem amigas e só pensa em competir com outras mulheres” e ainda que mulher “não merece confiança, mas sabe fazer comida”. Tudo isso acompanhado da ideia de castigo para aquelas que são desobedientes; essas histórias servem, portanto, ao propósito de mostrar às crianças o que é esperado delas.

Maíra Avelar (19 de mar. de 2011) comenta como esse discurso aparece na mídia de entretenimento: “[o] livro não difere muito de revistas femininas e livros de autoajuda que encontramos aos montes nas prateleiras de grandes livrarias”. Por meio desse tipo de discurso, ocorre a “construção de uma imagem frágil, como se as mulheres sempre precisassem de alguém para guiá-las pela mão e aconselhá-las sobre o que fazer”. Cláudia Gavenas (3 de jun. de 2011) reflete sobre o discurso científico (talvez nesse caso seja mais apropriado dizer o discurso de divulgação científica, apesar de eu não duvidar que o discurso da ciência também participe dessa construção). “Tais ideias são sustentadas por

discursos muito tendenciosos (para não dizer levianos) que, de tão repetidos, passaram a ser ‘comprados’ como verdade. E boa parte desses discursos AINDA é amparada por algumas correntes científicas altamente questionáveis.” Mas a autora não deixa de problematizar a própria Ciência: “[e] reforço o seu caráter questionável justamente porque como toda ciência, ela absorve e reflete de alguma forma os valores de seu tempo”.

A construção pelo discurso ocorre, também, tanto pela repetição de estereótipos como pela ausência de outros tipos de discurso. Por exemplo, o estereótipo de feminismo/feminista depende da ignorância que se mantém em torno dos termos.

Quando meios de comunicação falam de feminismo, a ilustração clássica é a mulher mais poderosa que o homem (ex: bem maior que um homem, comendo um homem com garfo e faca, humilhando, batendo ou mandando em um homem). Raramente vemos uma imagem colocando mulheres e homens no mesmo patamar. O problema é que acabam **divulgando uma mentira sobre feminismo, como se feministas quisessem subjugar os homens** (SEMÍRAMIS, 5 de jun. de 2011).

[H]á um medo de simplesmente se colocar como feminista justamente por mitos que foram criados com o passar do tempo. [...] Bem, **não fomos educad@s para entender o feminismo, a mídia não mostra o que realmente aconteceu** (nas muitas manifestações feministas não fica claro qual é o motivo de estarem ali, isso quando alguma manifestação é mostrada), ou seja, não visualizamos em quase nenhum lugar o que é realmente o tal feminismo (ATHAYDE, 25 de jul. de 2011).

Resgatando minhas lembranças de escola, em particular das aulas de História, **não me recordo de nenhuma aula sobre o movimento feminista ou qualquer capítulo que fosse sobre mulheres em geral.** Acredito que, pelo menos no Brasil, não exista um livro didático sequer que contenha capítulos especificamente voltados para discutir o papel das mulheres em qualquer sociedade de qualquer lugar do mundo. Com exceção, talvez, da divisão de trabalho entre homens e mulheres em alguma tribo indígena de alguma parte do Brasil pouco relatada nas apostilas escolares. Uma página, assim, bem singela, apenas para constar e para perguntarem na prova.

Assim como não aprendemos sobre o movimento feminista na escola, tampouco aprendemos através da grande mídia. Feminismo na TV aberta brasileira? Nem pensar. Nas estações mais conhecidas de rádio, nos portais mais acessados da internet? Nadica de nada. Algumas revistas? Aí sim, mas não nas de vasta circulação, que atinja tanto mulheres quanto homens.

Se o movimento é mais desconhecido que conhecido, então, por que o feminismo é

“mal visto” por muitas e muitas pessoas? Em outras palavras, o que faz com que essas pessoas pensem que feminismo é simplesmente o contrário de machismo? O que leva, por exemplo, várias mulheres instruídas a negar reconhecerem-se feministas mesmo quando produzem reflexões tipicamente feministas? Por que demonstrar receio e vergonha do feminismo? (POLAZ, 17 de out. de 2011)

Tanto os discursos que circulam como os que não circulam, os que são esquecidos, silenciados, participam de alguma forma do processo de construção das identidades. Em outras palavras, raramente vemos na mídia discursos que não sejam os estereotipados (como a feminista que quer subjugar os homens), além disso, a História ou até a Linguística, como afirmei anteriormente, ignoram as contribuições do feminismo. A falta de uma multiplicidade de discursos para mostrar o que é o feminismo e que são vários, contribui para a construção e manutenção das ideias estereotipadas em torno do movimento e das pessoas que com ele se identificam.

Pensar essa forma de construção pelo discurso permite não o acesso a um suposto mundo real, natural e essencial, mas às representações por meio das quais esse ideário de mundo real é construído, e “é exatamente a repetição à exaustão e a naturalização do discurso que constrói a ‘mulher ideal’ e o efeito disso na vida das ‘mulheres reais’” (AVELAR, 19 de mar. de 2011). Em outras palavras, a repetição dos mitos produz um efeito real na vida das pessoas.

Amanda Vieira (15 de jun. 2011) também enfatiza que a reiteração do discurso machista tem efeitos sobre a vida das mulheres:

Temos uma coleção de exemplos de machismo na mídia [...] é nos meios de comunicação em que **as ideias machistas que colocam a mulher em segundo plano** se propagam com mais velocidade e intensidade. É na televisão, no rádio e na internet que se perpetuam as ideias que mantêm o ambiente cultural propício para a desvalorização das mulheres, para

torná-las mais vulneráveis, sujeitas às violências psicológica, simbólica e física (VIEIRA, 15 de jun. 2011).

A construção através da repetição de mitos e estereótipos tem como principal função contribuir “para justificar e perpetuar a desigualdade” (GAVENAS, 3 de jun. 2011). Ou ainda para garantir o controle sobre o corpo feminino (GOMES, 5 de fev. 2011). Da mesma forma que a construção de uma suposta identidade feminina fixa e natural tem efeitos reais na vida das mulheres, em geral a construção dos mitos em torno da identidade da mulher feminista também tem efeitos para aquelas que assim se auto-identificam.

O estereótipo da feminista que quer subjugar homens interfere na minha vida o tempo todo [...] Acabam me tratando mal com base em um estereótipo de dominação e julgamento de posicionamento alheio, sem me perguntar nada nem me dar a oportunidade de explicar por que se tratam de mentiras (SEMÍRAMIS, 5 de jun. 2011).

Essas pessoas não percebem que, quando resolvem ditar como deveria ser minha vida pessoal (e é sempre de modo restritivo), estão repercutindo a lógica machista que diz que mulheres devem agir de forma X ou Y (como prescrever determinado tipo de aparência ou atitude) para serem consideradas mulheres. (SEMÍRAMIS, 3 de jul. de 2011)

Em outras palavras, a dimensão histórica da construção cria realidades com as quais precisamos lidar. Deborah Cameron (2007, p.166) também aponta algumas consequências do mito de que mulheres e homens usam linguagens diferentes: quando um trabalho envolve o uso de determinadas práticas linguísticas, empregadores/as veem mulheres como melhores candidatas para cargos que requeiram habilidade para conversar e ter empatia enquanto homens são vistos como melhores candidatos para cargos que exijam autoridade verbal; quando pais, mães e professore/as esperam que meninas sejam melhores em aulas de língua; ou até quando jurados/as dão o benefício da dúvida a um réu julgado por estupro quando ele diz que entendeu mal o que a vítima dizia.

Ao apontar para a construção por meio dos discursos, as BF estão apontando para o

fato de que a mulher não é, **repetidamente**, o referente representado pela linguagem, ao contrário, a mulher (ideal, natural) é criada pela linguagem. Em outras palavras, não existe uma mulher a priori a respeito de quem se constroem discursos: a mulher é uma criação da **repetição discursiva**.

A criação de rótulos

Um outro aspecto da construção pelo discurso é que ele acontece por meio da criação reiterada de rótulos (ATHAYDE, 25 de jul. de 2011; FAUST, 3 de jan. de 2011; GOMES, 15 de jan. de 2001; GUEDES, 30 de jan. de 2011; MOSCOU, 19 de jan. de 2011); rótulos que dizem o que é (e o que não é) ser mulher e que subordinam, infantilizam e desqualificam as mulheres. Os rótulos, além de naturalizarem uma noção de mulher, também são violentos ao se transformarem em fardo e culpa, já que se determina como as mulheres devem ser e agir, são ofensivos e constituem uma reação de quem não quer discutir ou mudar o *status quo* e deslegitimam a fala das mulheres, desqualificando-as para o debate. Os rótulos também fazem parte da repetição, mas ganham destaque nas discussões das BF porque ajudam a criar os mitos.

Pensando que a construção pelo discurso tem um aspecto performativo (AUSTIN, 1976), o ato de rotular vem sempre acompanhado de algum efeito. Ao ser rotulada a mulher pode ser objetificada ou infantilizada, “tudo com uma mesma mensagem interna: o corpo feminino é uma propriedade de todos, menos da própria mulher” (GOMES, 15 de jan. de 2011). O rótulo se transforma em fardo e em culpa, não só para as mulheres em geral (FAUST, 3 de jan. de 2011; GOMES, 15 de jan. de 2001), como também para as feministas (ATHAYDE, 25 de jul. de 2011; GUEDES, 30 de jan. de 2011).

O rótulo também ofende: “uma feminista, ao defender a ‘retomada’ do corpo

feminino para si mesma, torna-se o inimigo, a libertária... a puta” (GOMES, 5 de fev. de 2011). Ou nas palavras de Mari Moscou (19 de jan. de 2011) “uma imagem estereotipada do que é uma feminista: um monstrengo peludo e bravo, pra dizer o mínimo”.

O estereótipo da feminista que quer subjugar homens interfere na minha vida o tempo todo, especialmente quando a fama de feminista chega antes da minha presença. São pessoas que *avisam* ao meu marido pra tomar cuidado pra eu não mandar nele (decisões conjuntas e relacionamento igualitário são impensáveis, pelo visto), **são pessoas que acham que não sei contextualizar as situações**, agindo agressivamente e procurando qualquer pretexto para literalmente destruir tudo ligado ao mundo patriarcal que aparecer na minha frente. São mães em tempo integral e donas-de-casa que não querem sequer conversar comigo, **achando que vou julgar e condenar as escolhas que elas fizeram**. São **homens que têm medo de conversar** ou desenvolver algum projeto profissional comigo, *achando* que minhas opiniões serão uma agressão à sua masculinidade e respeitabilidade profissional. (SEMÍRAMIS, 5 de jun. de 2011).

Pra essas pessoas, eu sou alguém que só pode viver sozinha (ou apenas com meus gat@s), sem consumir nada (viver de luz?) e só deveria sair de casa pra ir em manifestações feministas. Bizarro demais... afinal, sou ser humano, tenho que cuidar da minha casa (pois ela ainda não é auto-limpante) e dos meus gat@s, adoro encontrar amig@s, cozinhar ou sair para jantar, me divertir, namorar o marido, e tudo o mais que qualquer pessoa comum faz. Não é porque sou feminista que tenho de viver alheia ao mundo. (SEMÍRAMIS, 3 de jul. de 2011)

Cynthia Semíramis fala dos rótulos criados em torno das feministas: um deles, que já foi mencionado, é o da feminista agressiva que quer subjugar os homens; o outro é de feministas são mulheres que vivem em manifestações e que não têm outros interesses ou que não fazem nada considerado “tradicional”, como se casar e ter filhos. O efeito desses rótulos está demonstrado nas falas de Cynthia.

Outro efeito desses rótulos é que mulheres que poderiam se identificar com o feminismo não o fazem justamente porque não se identificam com o estereótipo, mas, em vez de questionarem os rótulos e estereótipos, questionam suas ações, seus comportamentos, e até o feminismo em si, como afirma Nessa Guedes (30 de jan. de

2011): “Existe uma veia feminista pulsante ali, embora talvez nem todas elas devam admitir a palavra ‘feminismo’ como uma constante relacionada à elas, tão descontraídas e leves. O peso do feminismo não parece combinar com elas”.

Muitas blogueiras feministas amigas se sentem **inseguras, tímidas**, e preferem se dizer “feministas estagiárias”, **brincando com sua suposta inexperiência feminista**. Ao mesmo tempo, muitas mulheres têm atitudes superfeministas, um ponto de vista essencialmente feminista mas não chegam nem perto de se reivindicarem feministas. [...] Então aí me caiu um pouco a ficha: **desconfio que a maioria das pessoas pense que só se é feminista quando se está envolvida em algum tipo de ativismo coletivo com cara mais “tradicional”** (grupos, passeatas, panfletos, etc). Ora, é o mesmo que dizer que é preciso ser do movimento estudantil para ser estudante! Que é preciso ser do movimento negro para ser anti-racista! Que é preciso ser do movimento GLBTBT para ser anti-homofóbico! (MOSCOU, 19 de jan. de 2011)

A ideia que liga a imagem da feminista à da mulher que participa de manifestações, faz passeatas e entrega panfletos, faz com que muitas mulheres não se sintam feministas “de verdade”, talvez sejam só estagiárias, ou seja, estejam ainda aprendendo como ser feminista. Mesmo que muitas mulheres apresentem ações e comportamentos que podem ser considerados feministas, elas não reclamam o título para si. Mas aqui cabe pensar que ao mesmo tempo em que discursos estereotipados sobre feminismo e feministas circulam, existem também os discursos das próprias feministas sobre o que é feminismo e o que significa ser feminista. Em outras palavras, são discursos concorrentes, muitas vezes contraditórios. Em todo caso, cabe a pergunta: o que significa manifestar “um ponto de vista essencialmente feminista”? As feministas também não são construídas socialmente por meio do discurso?

3.5 Concepção discursiva social da linguagem: as estratégias de mudança das práticas linguageiras

A maior parte das mudanças linguísticas ocorre de forma não planejada, com pouca consciência dos/as falantes em relação aos usos e boa parte dos estudos sobre mudança linguística não está interessada nas intervenções conscientes (SUNDERLAND, 2006). Mas é possível, conscientemente, buscar mudanças linguísticas codificadas e/ou institucionalizadas. Na prática, é difícil provocar o uso amplo de novas formas linguísticas e ainda mais difícil eliminar usos. E a “legislação” da língua não ajuda.

A intenção de feministas de introduzir itens não sexistas à língua enfrentou (e ainda enfrenta) inúmeros desafios. Meios prescritivos podem não alcançar os objetivos propostos e ainda é preciso pensar nas consequências não pretendidas¹⁷.

As primeiras propostas feministas de interferência na língua foram motivadas pela identificação da linguagem sexista que definia, trivializava e degradava as mulheres, tornando-as invisíveis. Essas propostas foram prescritivas, mas tiveram e ainda têm sua importância porque apresentam o que deve ser considerado como formas do *status quo* e formas mais progressistas (SUNDERLAND, 2006). Essas propostas foram também ingênuas, pois se baseavam na crença de que bastava a vontade para se fazer a mudança. Como afirma Sunderland, acreditava-se que uma vez que a mudança fosse feita, os novos termos passariam a ser aceitos como naturais e deixariam de ser estranhos, mas nem “todas as pessoas querem fazer a mudança e a remoção da estranheza só pode ser alcançada quando os títulos ‘tradicionais’ estiverem fora de circulação completamente” (SUNDERLAND, 2006, p. 35).

Sob a influência do pós-estruturalismo, algumas questões começaram a ser levantadas porque o que parecia ser indubitavelmente sexista na década de 1970, não é

¹⁷ Um estudo mostrou que mulheres candidatas a vagas de trabalho que utilizavam um título ou nome da profissão no feminino era avaliadas menos favoravelmente que homens e que mulheres usando títulos no masculino (FORMANOWICZ et al., 2012).

mais tão auto-evidente. Sunderland (2006) apresenta três pontos para discussão. Em primeiro lugar, o significado é sempre contextual e qualquer elemento (palavras, enunciados e até discursos) linguístico pode apresentar mais de uma possibilidade de significação. Em segundo lugar, as pessoas interpretam de maneira diferente em situações diferentes. Em terceiro lugar, até palavras consideradas ‘neutras’ podem ser utilizadas de maneira sexista. Essas questões apontam para o fato de que a linguagem sexista não pode ser identificada, controlada, contida ou substituída, pois ela irá constantemente aparecer e reaparecer sob uma variedade de estilos e gêneros.

“Embora a campanha para uma linguagem não sexista tenha sido teoricamente ingênua, falha ou limitada em suas conquistas, uma de suas realizações foi induzir as pessoas a falarem sobre a linguagem não sexista” (SUNDERLAND, 2006, p. 40). Muitas pessoas não podem mais falar que ignoram a existência dessa questão.

As BF, além de identificarem os efeitos das práticas languageiras também propõem estratégias de mudança em direção a um discurso menos sexista. Uma dessas estratégias é a multiplicação de discursos.

Repetição de discursos: da contradição à multiplicidade

A repetição, como já discuti, é intrínseca ao processo de construção para as BF, mas ela abre espaço para que surjam contradições entre os discursos. A contradição é percebida, principalmente, nos discursos ordinários, cotidianos, “os atos falhos, as pequenas piadas” (GOMES, 14 de maio de 2011). Nas diversas causas que defendemos, nossas opiniões, deveriam ser amarradas, de forma coerente (GOMES, 14 de maio de 2011; SARA JOKER, 16 de out de 2011). Mas nossos discursos são fruto de nossa experiência e nós também somos construídas socialmente por meio de discursos que se

repetem, complementam-se, contradizem-se e resistem um ao outro. O próprio discurso das BF repete-se incessantemente, como pode ser visto nos textos do blog. Nós também somos cheias de incoerências. Às vezes desconstruímos discursos essencializantes, às vezes repetimos discursos hegemônicos, pois, como afirmou Camilla de Magalhães Gomes (14 de maio de 2011):

Coerência no discurso não é coisa que se alcança da noite para o dia. É, provavelmente, trabalho de toda uma vida. É trabalho de policiamento, reeducação, autoanálise mesmo. Reconhecer os próprios preconceitos ou mesmo o reflexo do preconceito inconsciente na piadinha ou no xingamento do dia a dia. E passa, necessariamente, pela avaliação de que nossos atos podem ser, sim, a automática reprodução da má lição aprendida por anos.

É possível pensar que as contradições aconteçam porque as relações e práticas sociais (aqui incluo as relações de opressão de gênero, raça, sexualidade etc. e práticas como o uso da linguagem) vêm sendo questionadas, desafiadas e transformadas (e também porque, como afirma Cameron (2007), desenvolvemos um apetite insaciável por todo tipo de matéria que recicle as ideias mais tradicionais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher).

Reconhecer que a linguagem exerce um papel na construção das identidades não significa dizer que estamos imunes a esse processo. Esse policiamento, reeducação, auto-análise e até um controle do discurso, ou da linguagem que usamos, mostra tanto uma percepção de que usar a linguagem implica responsabilidade, implica uma visão de que temos, sim, um certo controle sobre a linguagem que usamos, quanto o reconhecimento de que nós também estamos sujeitas às contradições, pois nós também fomos constituídas por esses discursos.

Em um post de resoluções de ano novo, Deh Capella (2 de jan. de 2011) afirma que um de seus objetivos para o ano que começa é:

tomar cuidado com mente e língua em 2011: gosto de dizer que é importante disciplinar o olhar pra não continuar deixando cabeça, fala e ações seguirem o rumo que os preconceitos (que todo mundo tem, vamos admitir) vão apontando.

Nessa resolução, a autora aponta para o fato de que podemos nos tornar conscientes em relação ao uso que fazemos da linguagem. Em um post anterior, a autora já havia mencionado o problema.

Gosto de dizer que isso é automático e só é possível porque me impus a necessidade de disciplinar o olhar, a cabeça e também a língua, porque me incomodava reproduzir padrões de comportamento e opinião que não condiziam com a pessoa que eu gostaria de ser. Continuo praticando (CAPELLA, 19 de dez. de 2010).

Ao dizer que continua praticando, a autora também mostra que esse processo é contínuo, e talvez nunca se complete, pois pensar a linguagem e em como ela participa da constituição de nossas próprias experiências, significa estar sempre em disputa com discursos diversos (o que abre espaço para incoerências). Mas como afirmei anteriormente, a própria incoerência no discurso já é sinal de mudança.

Além da reflexão sobre as incoerências do discurso, as BF também defendem a necessidade de uma multiplicidade de discursos. Georgia Faust (3 de jan. de 2011; 24 de jan. de 2011), por exemplo, afirma que, em nossa sociedade, a mulher sofre pressão para se casar para não se tornar a “tia solteirona”.

Mas a cultura reforça tanto o estereótipo da tia solteirona, que as mulheres não acreditam que exista felicidade na vida de solteira. Mesmo que os relatos, os depoimentos e estatísticas comprovem o contrário. [...] Porque a gente não vê ninguém na TV exaltando os benefícios de ser solteira, ou simplesmente divulgando que mulheres solteiras também são felizes. A gente só vê o contrário. E daí a gente [...] começa a pensar: *hummm, eu sou solteira... Perae, tem alguma coisa errada.* (Faust, 3 de jan. de 2011).

Esse medo de ficar sozinha é caso bem sério, e é uma epidemia entre as

mulheres, eu acho. [...] Mas justamente esse é o resultado dessa lavagem cerebral da tia-solteirona. (FAUST, 24 de jan. de 2011).

Esses discursos, que defendem o casamento como única possibilidade de felicidade para as mulheres, têm como efeito, de acordo com Georgia Faust: o medo que muitas mulheres têm de ficarem sozinhas, ou a crença de terem algum problema. Ao afirmar que “a gente não vê ninguém na TV exaltando os benefícios de ser solteira, ou simplesmente divulgando que mulheres solteiras também são felizes”, Faust aponta para a existência de um discurso único, hegemônico. Nesse trecho, a autora não defende ressignificação da tia solteirona, ela quer outros discursos circulando, pois a multiplicidade pode ajudar a desconstruir os mitos.

Amanda Vieira (15 de jun. de 2011) também aponta para essa questão. Ao falar sobre a representação das mulheres na mídia, principalmente na TV, ela afirma que falta equidade e não há espaço para a voz das mulheres. Fala-se sobre mulheres, ofendem, fazem piadas sobre violência, mas as mulheres não têm o mesmo espaço para responderem, se defenderem ou propor debates sobre essas questões.

As BF apontam, portanto, para a necessidade de refletirmos sobre a linguagem, sobre os discursos que (re)produzimos, sobre a forma que usamos a língua. O sujeito não tem controle total sobre a linguagem, assim como a linguagem, isoladamente, não é a única responsável pela constituição do sujeito, mas, como afirma Cameron (1992), podemos achar um caminho do meio e esse caminho passa pela reflexão. As BF têm buscado esse caminho de reflexão sobre a linguagem, concebendo a linguagem em termos de práticas que têm efeitos sobre a vida das pessoas, mas que podem ser transformadas. Em outras palavras, a partir de suas próprias experiências, as BF produzem conhecimento sobre linguagem, enfatizando a necessidade de multiplicação das vozes.

Ressignificação e reconstrução

Outra estratégia para mudarmos nossas práticas de linguagem e, conseqüentemente, abriremos possibilidade para efeitos variados sobre a vida das pessoas é pensar se a linguagem que usamos é inclusiva ou não. A língua não é neutra (LOPES, 05 de jan. de 2011; CAETANO, 09 de set. de 2011; AVANÇO, 23 de set. de 2011). Barbara Lopes (05 de jan. de 2011), ao falar da polêmica em torno do termo presidenta, aproveita para enfatizar que na nossa língua não existe neutralidade da mesma forma que não há neutralidade na sociedade.

O Português utiliza um sistema que prioriza o masculino¹⁸ quando se refere a um grupo misto, por exemplo, 49 mulheres e um homem são “eles”, assim como em pares de palavras de gêneros distintos que se referem aos mesmos papéis, quando colocados juntos, o masculino aparece na frente: pai e mãe, rei e rainha, irmão e irmã (o que pode ser comprovado se buscarmos na memória nossas primeiras aulas de português). Mas o uso também comprova que essa é a ordem estabelecida, e uma alteração nessa ordem é feita conscientemente. Caldas-Coulthard (2007) verificou o que acontece na prática quando se trata da inclusão de mulheres em textos escritos em português e relatou que uma das participantes inverte “intencionalmente” o feminino e o masculino – aluna/aluno – confirmando que a ordem de palavras do português apresenta o masculino primeiro.

¹⁸ É válido destacar que, no dia 3 de abril de 2012, a Presidenta da República sancionou o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas, primeira lei que trata do tema. A Lei n.º 12.605 determina:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm)

Há séculos as mulheres são excluídas dos textos, devido ao emprego da referência genérica que sempre foi masculina em português (CALDAS-COULTHARD, 2007). Na nossa língua, o feminino não é representado, ou aparece em posição subalterna. O uso do masculino genérico provoca a invisibilidade, assim como as escolhas lexicais, a inferioridade e, através dessa estrutura gramatical, as relações de poder, de dominação e opressão são reveladas. Como a própria autora comenta, o significado paralelo para homem e mulher seria, respectivamente, (ampliado a todo) ser humano e (restrito à) esposa.

Mesmo que o masculino genérico seja interpretado pelos falantes como “neutro”, o homem no lugar de ser humano é uma afirmação simbólica da supremacia masculina e o uso de termos não sexistas pode, pelo menos, evitar a implicação explícita de que o masculino é o padrão e a norma para a humanidade (CAMERON, 1992, p.119). No entanto, o masculino genérico é, sim, normalmente interpretado como forma marcada, ou seja, como masculino e não como neutro (CAMERON, 1992; CALDAS-COULTHARD, 2007; STOUT; DASGUPTA, 2012).

Autores/as de gramática e até linguistas normalmente argumentam que a primazia do masculino não deve ser interpretada como tal de fato, mas como uma mudança do latim, ou ainda que o fenômeno interesse do ponto de vista linguístico, mas não do ponto de vista social, pois trata-se de uma categoria não marcada (no caso o masculino) que inclui ambos, masculino e feminino, e uma categoria marcada (no caso o feminino), e que a escolha do masculino foi fruto do acaso, sem nenhum significado social ou político. E muitos ainda resistem às mudanças dizendo que não se deveria mexer com a gramática, que as formas não sexistas não são estéticas ou ainda que essas mudanças poderiam ameaçar a liberdade de pensamento e expressão (CAMERON, 1992, p.101). Contudo, não é isso que as pesquisas revelam: em primeiro lugar, pelo menos em relação à língua inglesa, o

masculino foi deliberadamente escolhido como genérico por ser mais “natural” e “próprio” (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 238) ou porque o gênero masculino é o que “tem valor” e deve “preceder na gramática assim como na natureza” (CAMERON, 1992, p.116). Em segundo lugar, a estrutura de marcação-não marcação não é tão inocente assim.

A discussão acerca de categorias marcadas e não marcadas é feita pelas BF. Barbara Lopes (05 de jan. de 2011) faz uma reflexão sobre o que marcamos na linguagem. Gramaticalmente, marcamos o feminino, “é o que notamos primeiro, é a diferença”. Em outras palavras, o masculino representa o padrão, a norma. Gênero, contudo, não é a única diferença marcada pela linguagem. Mari Moscou (30 de ago. de 2011) fala em seu *post* “‘Mulheres’ são brancas, ‘Mulheres negras’ são negras” que só o diferente precisa de marcação e que, quando não o fazemos ao utilizarmos a linguagem considerada neutra, o invisibilizamos. Aliás, marcar a norma, o padrão, o hegemônico causa estranheza.

No *O que é racismo*, o Joel Rufino dos Santos conta (cito de memória) de um jogo de futebol, em que toda vez que um jogador tal errava um lance, um torcedor gritava ‘Preto burro!’. Daí, quando um jogador branco errou, um amigo do autor gritou, para espanto de todos, ‘Branco burro!’ (LOPES, 05 de jan. de 2011).

O que foi dito sobre raça também pode ser dito sobre a sexualidade: a heterossexualidade está sempre presente porque é a norma, enquanto a homossexualidade (e outras formas de sexualidade) é invisibilizada (LOPES, 05 de jan. de 2011; CAETANO, 09 de set. de 2011). Isso não ocorre só com aspectos identitários. Discursos não hegemônicos são muitas vezes esquecidos ou silenciados. O feminismo, por exemplo, também precisa ser marcado na linguagem porque ele foge à regra, se não falamos dele ninguém sabe que ele está lá, seja porque ele é ignorado pelos livros de história e pela mídia (POLAZ, 17 de out. de 2011), seja porque ele foi engolido por uma suposta neutralidade humanista (AVANÇO, 23 de set de 2011), seja porque o machismo é

estrutural na nossa sociedade (CAETANO, 09 de set. de 2011). O que não podemos ignorar é que não marcar algo na linguagem é um posicionamento político.

Não falar sobre o feminismo (ou sobre a homossexualidade) é entendido como uma suposta neutralidade. Mas há de se entender que nada é neutro. Não falar também é uma escolha e que, obviamente, traz consequências. Não é um processo de arrebanhamento, de conquistar militantes para o ‘campo de batalha’ feminista. Trata-se apenas de discutir o assunto, demarcar posições, deixar as opções mais claras para que cada um faça a sua escolha, da forma que achar mais conveniente (CAETANO, 09 de set. de 2011).

Esse argumento da “neutralidade” da língua, portanto, tem efeitos. Através da língua portuguesa, opera-se o desempoderamento das mulheres e a defesa de uma língua neutra é uma forma de camuflar a invisibilidade das mulheres, escondendo as relações hierárquicas que se estabelecem em nossa sociedade.

A categorização de substantivos em termos de gênero parece a princípio não ser importante. No entanto, um sistema gramatical de uma língua levanta questões sócio-políticas muito sérias, já que a prática social dá prioridade, em termos linguísticos, não simplesmente a uma subclasse de substantivos, mas também a um sexo. Nas sociedades ocidentais patriarcais, o sexo masculino é o prioritário (CALDAS-COULTHARD, 2007, p.234).

Pensando em gêneros gramaticais, a língua “neutra” é uma língua masculina. Se pensarmos nos outros recursos de marcação/diferenciação, a língua é branca, heterossexual etc.; a língua é, portanto, hegemônica. Dale Spender disse que os homens criaram a língua (CAMERON, 1992; SPENDER, 1998), mas talvez possamos dizer que quem ocupa posições hegemônicas de poder criou a língua, o que não quer dizer que não possamos interferir nesses processos.

Ao fazer o feminismo desaparecer no meio de uma ideia de humanismo, “a

violência, a opressão, as desigualdades também somem em meio a tantas questões humanas” (AVANÇO, 23 de set de 2011). Se não falamos de homossexualidade, essa lacuna é automaticamente preenchida pela heterossexualidade (CAETANO, 09 de set. de 2011). Quando “não se diz a cor, a etnia, a raça, ela é branca, ocidental, europeizada” (MOSCOU, 30 de ago. de 2011). Essa atitude de invisibilizar a diferença não é exclusiva das práticas linguísticas. Barbara Lopes nos conta que

[e]sses dias, um amigo criticando um comportamento no trânsito disse que achava que mulheres faziam isso mais do que homens, e me perguntou se fazia sentido. Estatísticas são complexas, talvez haja mais mulheres dirigindo; talvez mulheres realmente se comportem desse jeito. Mas me ocorreu que talvez ele repare mais quando é uma mulher e que quando homens fazem a mesma coisa, caia pra uma gaveta ‘neutra’ (LOPES, 05 de jan. de 2011).

As práticas linguísticas, no entanto, podem ser transformadas se nos engajarmos em um trabalho duplo (LOPES, 05 de jan. de 2011): “desconstruir esse neutro-normativo (homem, branco, hétero) e reconstruir um sentido neutro real, em que as pessoas sejam notadas pelo que são e não pelo grupo no qual foram inseridas”. Portanto, além de discutir a linguagem e seu uso, as BF buscam apresentar propostas de reconstrução, de reinvenção das práticas linguísticas, a fim de se ultrapassar as fronteiras de opressão. A língua, em vez de ser o lugar da opressão, passa a ser o lugar da resistência, pois “[n]essa luta, não há campo neutro” (LOPES, 05 de jan. de 2011).

Em relação às mudanças no uso da linguagem (seja no léxico ou na gramática), Cameron (1992) diz que não importa se as mudanças na linguagem sexista (e aqui podemos acrescentar racista, homofóbica etc.) são uma consequência natural das mudanças de experiência das mulheres (e dos movimentos de consciência negra, LGBT etc.) ou se elas são fruto de reforma deliberada e consciente, elas não podem “tentar a sorte no mercado livre linguístico” (CAMERON, 1992, p. 114), porque esse mercado é regulado

por instituições guardiãs: educação, mídia, lexicografia, gramática. E essas instituições não são neutras, elas são também instituições políticas.

Considerando, por exemplo, a lexicografia (que é prescritiva e não descritiva como alguns linguistas nos querem fazer crer), os dicionários devem ser seletivos, pois não é possível registrar o uso de cada falante de uma língua. O problema é que eles não assumem sua seletividade, em vez disso, eles esperam que os usuários da língua acreditem que o que se encontra ali registrado é um padrão de uso consensual e de autoridade (mas como diz Cameron, melhor seria se disséssemos autoritário). Os dicionários costumam registrar termos que aparecem nos grandes clássicos e que foram utilizados (ou até criados) por autores consagrados, mesmo que seu uso seja raro na língua, mas será que registram termos que aparecem em textos produzidos pela classe operária, por autoras e autores negros ou por uma mulher?

Podemos buscar novas práticas, marcando categorias (utilizando sempre, simultaneamente, a forma gramatical feminina e a masculina), usando termos de fato mais genéricos (por exemplo, crianças em vez de filhas e filhos, meninas e meninos), criando palavras novas (como a palavra cissexual/cisgênero que se opõe a transexual/transgênero¹⁹); contudo, não há garantias para a “neutralidade” linguística. Além disso, a linguagem não é transparente e jamais dará conta de todos os aspectos identitários.

Às vezes as/os falantes não veem o porquê das inovações e resistem às mudanças da mesma forma e com a mesma intensidade que as feministas resistem à linguagem

¹⁹ Nesse caso, o termo foi criado para marcar justamente a posição hegemônica. O mesmo ocorreu com o termo homossexualidade, criado primeiro e heterossexualidade criado depois. O fato de não haver nenhum termo para representar essa categoria identitária era uma prova de que essa posição é a que foi tomada como norma e naturalizada, enquanto o termo transexual/transgênero marcava o desvio à norma. Criar um termo que marca a posição hegemônica passa a ser então uma estratégia política que revela como o que é tido como natural é, na verdade, o efeito de uma construção, desnaturalizando as hierarquias. Por outro lado, essa prática reforça o binarismo bastante característico de nossa sociedade.

sexista. A questão da língua tende a ser desprezada até mesmo pelas discussões sobre diversidade e multiculturalismo, como afirma bell hooks (2008). Há uma assimetria no emprego do código linguístico. Contudo, “mudar a maneira como nós pensamos a linguagem e como nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos” (HOOKS, 2008, p.862).

Segundo Cameron (1992, p.123), essa resistência não se deve só ao sexismo, mas a uma visão de que a língua é imutável e de que as palavras são sagradas; talvez por isso algumas pessoas defendam com tanto afínco as regras gramaticais, os grandes dicionários e qualquer outra “autoridade mágica” e ficam indignadas com as feministas que estão sempre tentando mexer com a língua – essas pessoas tem medo da possibilidade de que, ao alterar a língua, se altere a realidade. E as feministas

ousaram sugerir que a sabedoria de várias gerações pode não ter sido desinteressada, ou mesmo muito sábia; que a experiência humana não é idêntica à experiência masculina; e que nossas (de quem?) ‘percepções fundamentais’ mantém as mulheres em servidão. Mas acima de tudo, algumas feministas ousaram questionar o status monolítico da própria língua, suas reivindicações de neutralidade e de verdade (CAMERON, 1992, p.124).

É interessante pensar que nem mesmo as BF mantêm o uso de uma linguagem não sexista; frequentemente o masculino genérico pode ser observado em seus *posts*. Contudo, como afirmei anteriormente e elas mesmas reconhecem, as mudanças linguísticas não são fáceis, nem mesmo para quem as propõe. Além disso, as BF buscam uma linguagem não sexista não só por meio da abolição de termos explicitamente sexistas, mas também pela desconstrução de discursos em que o sexismo não é evidente.

Ainda, mais importante do que estabelecer uma nova norma de uso não sexista da linguagem é estar consciente da não neutralidade da língua. Para Cameron, o mais eficiente não é defender alterações na língua em busca de méritos linguísticos, de uma linguagem

mais precisa ou mais justa à realidade. Tanto o uso tradicional quanto as alternativas feministas são perspectivas político-ideológicas, nenhuma delas é neutra. Seria melhor buscar mudanças de práticas em termos de sua utilidade política, conscientizando, denunciando o sexismo e empoderando as mulheres.

À ocasião da Marcha das Vadias, muito foi discutido a respeito da escolha e utilização do termo.

Historicamente o termo ‘vadia’ carrega uma conotação extremamente negativa, cujo peso recai inteiramente sobre as mulheres, sendo uma séria acusação sobre seu caráter. A intenção por trás da palavra é sempre ferir. O objetivo da marcha é ressignificar o termo ‘slut’, apropriando-se e mostrando que numa sociedade machista todas somos vadias e vagabundas (SRTA. BIA, 26 de maio de 2011)

Queria dizer que o termo ‘vadia’ perde a carga pejorativa, na medida em que o propósito da manifestação é justamente tirar a validade da palavra. Não somos vadias porque não existem vadias. Não somos santas porque não existem santas. O que existe são mulheres diferentes, com maneiras as mais variadas de viver sua sexualidade. Saímos na rua para proclamar essa liberdade — e não para dizer que somos vis e não-dignas de respeito (que é o que a sociedade diz das vagabundas). Não estamos, de maneira nenhuma, assumindo para nós a carga pejorativa. Estamos é zombando dela. Afinal, se nem a santa nem a puta existem, então não faz a menor diferença chamar a marcha de ‘marcha das vadias’ ou ‘marcha das santas’. [...] se o termo não corresponde à realidade, então podemos nos apropriar dele, brincar com ele, zombar dele. É claro que a zombaria não muda o fato de que a sociedade nos classifica entre santas e vadias. A opressão continua. Mas a resistência começa por aí (RODRIGUES, 4 de maio de 2011).

Nas diversas versões destes protestos contra a violência de gênero, o termo ‘vadia’, foi deslocado e (re)apropriado de maneira criativa ao borrar os limites normativos que constroem a figura da ‘mulher estuprável’. Ao saírem às ruas, mulheres e homens ao invés de dizerem: ‘Cuidado para não ser estuprada’, disseram: ‘Não estupre!’ (BRANCO, 30 de jul. de 2011)

Esses trechos me levam a refletir sobre as possibilidades de reconstrução propostas. Primeiramente é preciso pensar que o termo vadia não “corresponde à realidade”, mas qual termo corresponde? Dessa forma, quais seriam as propostas de reconstrução, esvaziar os significados? Usar termos que correspondam ao que é ser mulher? Mas se não existe a

mulher, em vez disso há mulheres diferentes, com desejos diferentes, qual vai ser a relação entre a linguagem o sujeito mulher?

As concepções de linguagem me parecem, então, paradoxais, pois as BF reconhecem que a linguagem tem um papel na construção dos mitos, dos estereótipos, da opressão; contudo, ao mesmo tempo, a busca da desmitificação parece apontar para a busca de uma linguagem de certa forma transparente na qual os termos representam as realidades e uma não se confunde com a outra.

A afirmação de que a resistência começa pela linguagem reflete uma ideia de que a linguagem é um campo de batalha política, mas será que a linguagem dá conta de tudo? Para Cameron (1992), o mais eficiente não é defender alterações na língua e na linguagem em busca de uma linguagem mais precisa ou mais justa à realidade. Tanto o uso tradicional quanto as alternativas feministas são perspectivas político-ideológicas, nenhuma delas é neutra. Além disso, não se trata apenas de mudança de significado: a mudança de práticas de uso da linguagem requer uma mudança de visão sobre a linguagem.

Últimas Considerações

No percurso que segui para a realização desta pesquisa, muitas dúvidas e dificuldades apareceram. Discutir ciência e produção do conhecimento é uma coisa. Realizar uma pesquisa desafiando algumas concepções tradicionais é outra. Pesquisar um grupo do qual faço parte foi tanto mais prazeroso quanto mais doloroso do que pesquisar algum objeto com distanciamento. Uma das dificuldades foi a produção do conhecimento localizado: tanto o conhecimento que eu, enquanto pesquisadora busquei produzir nesta tese, situando minha visão a partir da perspectiva feminista, localizando-me no grupo que gerou as reflexões, falando, ao mesmo tempo, do outro e de mim mesma, quanto o conhecimento produzido pelas BF a partir de suas experiências, localizando-as nesse grupo que é uma soma de pluralidades, mas que às vezes é chamado a ser um.

Produzir conhecimento a partir de um posicionamento parcial, localizado, crítico, apoiado nas experiências, aponta para a questão da responsabilidade. Utilizar a noção de experiência como eixo norteador do que deve ser estudado (SCOTT, 1991) significa ver a experiência como discursivamente constituída; assim, ela é tanto coletiva quanto individual e, com isso, confirma o que já se sabe e contraria o que é considerado como certo, garantido. Nesta pesquisa, eu também me constitui discursivamente, a cada página, de maneira individual enquanto pesquisadora, e de maneira coletiva enquanto BF e nesse entremeio tive de lidar com incertezas e incoerências.

Na produção de conhecimento situado, somos responsáveis pelo que aprendemos a ver e ver é sempre uma questão de poder. Como não há uma verdade final, é imprescindível que haja responsabilidade. Em outras palavras, no processo de produção de conhecimento devemos ser responsáveis pelo que vemos, pela forma como vemos e,

consequentemente, pelo conhecimento que produzimos, assim como pelas possíveis consequências desse conhecimento.

Falar de produção de conhecimento também é falar de linguagem. A linguagem é um dos elementos por meio dos quais se faz ciência (RUIVO, 2006). A visão hegemônica de ciência defende uma linguagem controlada, com vocabulário específico que evite incoerências e ambiguidades. Trata-se de uma linguagem descorporificada do sujeito cognoscente, uma linguagem que ajuda manter a aparência de objetividade e neutralidade da ciência.

A produção de conhecimento implica tradução do saber produzido; é a linguagem que permite a definição dos campos, a circulação entre campos diferentes, o estabelecimento de fronteiras e a sua transgressão. Pensar a linguagem na ciência permite-nos pensar como dizemos o outro. Um dos grandes obstáculos à comunicação é o desconhecimento da linguagem do outro e a pretensão de que, como nós, pesquisadoras e pesquisadores, dominamos ferramentas e métodos, somos capazes de adentrar o campo do outro sem compreendermos sua linguagem (RUIVO, 2006). Nesse sentido, aliás, cabe lembrar que para a ciência hegemônica, aprender a linguagem do outro é tarefa dos que foram vencidos, daqueles que foram persuadidos de que a visão do outro é melhor.

A Linguística há muito vem agindo assim, falando o outro sem de fato ouvir o que o outro tem a dizer. Como mostram os manuais, com seus paradigmas legitimados, a Linguística vem trabalhando com concepções de língua e linguagem que nada mais são do que ficções, que se mostram convenientes ao oferecerem uma maneira útil de se lidar com o mundo, e inconvenientes ao estabelecerem fronteiras e produzirem visões limitadas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Produzir conhecimento localizado sobre linguagem significa ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre linguagem, porque são as/os falantes que sabem o que é relevante sobre

linguagem, o que deve ser estudado, explicado. Ao partir das experiências das BF, percebi que suas concepções de linguagem, de alguma forma, relacionam-se com concepções da Linguística tradicional, ou seja, trata-se de um grupo contra-hegemônico, mas as concepções de linguagem apresentam traços conservadores. Trata-se, em outras palavras, de concepções paradoxais, pois as BF reconhecem que a linguagem participa do processo de construção dos mitos, dos estereótipos, das diferenças, da opressão, mas, quando elas buscam a desmitificação apontam para a busca de uma linguagem transparente, na qual os termos representem 'bem' a realidade.

Entretanto, apesar dessas influências das concepções mais tradicionais, elas não querem diferenciar, enumerar, descrever e categorizar a língua(gem); elas querem (re)pensar as práticas languageiras e suas consequências para os indivíduos, propondo uma multiplicidade de discursos que possibilite a desconstrução e a resignificação das práticas.

Buscar uma teoria coerente (em meio a tantos tipos de feminismo e diferentes perspectivas linguísticas) seria o mesmo que pedir que feministas e linguistas concordassem com uma definição única de gênero e linguagem, respectivamente. Tanto gênero quanto linguagem estão profundamente imbricados na mesma vida social, além disso, são questões que estão sendo estudadas para serem transformadas. Não se trata da busca de conhecimento por si mesmo, as razões e o objetivo da investigação são políticos. Uma certa quantia de incoerência é inevitável quando se tenta representar a diversidade, como afirma Cameron (1992, p.214). A incoerência não precisa ser resolvida, mas percebida, questionada, problematizada.

Da mesma forma que é difícil e infrutífero (e desnecessário) se chegar a uma visão coerente e unificada sobre gênero, assim também o é em relação à linguagem. Segundo Cameron (1992), corre-se o risco de se fazer uma avaliação muito restrita do que é

considerado importante ou não. Corre-se o risco também, principalmente, de se deixar que apenas os linguistas acadêmicos definam a agenda, aceitando-se afirmações das autoridades privilegiadas. Essa questão é importante porque aponta novamente para uma crítica da produção do conhecimento e crítica aos conhecimentos sobre linguagem. A linguagem é muito complexa e está tão profundamente nas diversas atividades sociais que só uma disciplina não dá conta dos seus fenômenos e, justamente por estar tão implicada nos fenômenos sociais, ela é assunto de todos/as, não só de cientistas e acadêmicos/as.

As práticas de resistência das BF passam pela linguagem, o que reflete o fato de que a linguagem é um campo de batalha política. É fundamental ter em mente, entretanto, que tanto o uso tradicional quanto as alternativas feministas são perspectivas político-ideológicas, nenhuma delas é neutra. O mais eficiente não é defender alterações na língua e na linguagem simplesmente, mas pensar tais alterações como mudanças nas práticas languageiras que devem vir acompanhadas de mudanças nas práticas sociais, mas, fundamentalmente, é preciso uma mudança na forma que vemos e pensamos língua e linguagem.

“Se a linguagem for desligada do contexto das relações sociais, expandida para ocupar todo o quadro, em vez de aparecer como parte do quadro, ela perde a conexão com a luta como um todo” (CAMERPON, 1992, p.220). Uma única explicação, seja ela linguística, econômica, biológica, não é suficiente para explicar um problema social como um todo.

As BF estão em rede, estamos nas redes sociais, em blogs, em conexões que se estabelecem *online* e *off-line*. O grupo constitui uma soma de pluralidades que às vezes tem de se apresentar como um coletivo e nesse momento as dissonâncias aparecem. Assim, em meio a tudo isso, as BF constroem suas experiências e colocam em evidência o que é

relevante em relação à linguagem – pensar isso tudo, é pensar a linguagem em seu contexto de produção.

Precisamos ser sensíveis em relação ao uso que fazemos da linguagem, estar atentas aos significados escondidos, aos problemas que surgem, às escolhas que fazemos, ao alinhamento político que o uso da linguagem simboliza. Em outras palavras, uma prática linguística feminista tem uma “forte dimensão metalinguística, ela não envolve só falar /escrever, mas falar sobre a linguagem na qual se está falando, usando a linguagem de uma forma que constantemente questiona seus significados e status” (CAMERON, 1992, p.227). O uso que as BF fazem da linguagem não serve só para falar das situações de desigualdade e opressão, descrevê-las, problematiza-las, mas ao discutirem essas questões elas estão pensando sobre linguagem e, conseqüentemente, produzindo conhecimento linguístico.

Mais estudos podem, certamente, ser feitos, há ainda outras questões a serem levantadas. A consolidação do grupo produziu alterações nas concepções de linguagem? Quão múltiplos são os discursos em relação a questões de raça, etnia ou sexualidade? Nós, BF, somos inclusivas quando se trata das experiências de mulheres em grupos minoritários e/ou minoritarizados?

Acredito, no entanto, que mais do que entender as concepções de linguagem das BF, ou de qualquer outro grupo contra-hegemônico, é preciso continuar a explorá-las, pois é a própria linguagem que nos leva a vagar por caminhos diferentes. Continuo achando que estudar a linguagem, parafraseando Wittgenstein, é construir um conjunto de esboços de paisagens que vão surgindo durante uma viagem um tanto tortuosa. A única coisa a se fazer, sempre, é continuar flanando.

REFERÊNCIAS

AUDI, Robert. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

BLACKBURN, Simon. *The Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. 16 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

BORGES NETO, José. O empreendedorismo Gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 93-129.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 22 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. *Princípios de Linguística Geral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

CAMERON, Deborah. *Feminism and lingusitic theory*. 2 ed. New York: St. Martin's Press, 1992

CAMERON, Deborah. Why is language a feminist issue? In: Cameron, Deborah (Org.). *The feminist critique of language: a reader*. 2a ed. (rev.). Nova York: Routledge, 1998. p. 1-21.

CAMERON, Deborah. *The myth of mars and Venus: Do men and women really speak different languages?* New York: Oxford University Press, 2007.

CARBONI, Florence. *Introdução à Lingüística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHASSOT, Attico. *A Ciência é masculina? É sim, senhora!* São Leopoldo: Editora Unissinos, 2007.

COELHO, João Paulo Borges. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

CRYSTAL, David. *What is Linguistics?* Londres: The Camelt Press Ltd., 1968.

_____. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DAVIS, Haley G. Introduction . In: DAVIS, Haley G.; TAYLOR, Talbot J (eds.). *Redefining Linguistics*. London: Routledge, 1990.

DAVIS, Haley G. Introduction: Why rethink linguistics? In: DAVIS, Haley G.; TAYLOR, Talbot J (eds.). *Rethinking Linguistics*. London: RoutledgeCurzon, 2003.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3 ed. Trad. Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros et al. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 27-52.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. 4 ed. vol. 1 São Paulo: Contexto: 2005.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística:*

objetos teóricos. 4 ed. vol. 1. São Paulo: Contexto: 2005. p. 7-9.

FISHMAN, Pamela. Conversation insecurity. In: Cameron, Deborah (Org.). *The feminist critique of language: a reader*. 2a ed. (rev.). Nova York: Routledge, 1998. p. 253-258.

FORMANOWICZ, Magdalena; BEDYNSKA Sylwia; CISŁAK, Aleksandra; BRAUN, Friederike; SCZESNY, Sabine. Side effects of gender-fair language: How feminine job titles influence the evaluation of female applicants. In: *European Journal of Social Psychology*. n. 43, 2012, p. 62-71.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, campinas, n.5, 1995, p.7-41.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: “what is strong objectivity”? In: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. *Feminist Epistemologies*. New York: Routledge, 1993. p. 49-82.

HARRIS, Roy. *The Language Myth*. London: Gerald Duckworth & Company Ltd.: 1981.

HONDERICH, Ted (ed.). *The Oxford Companion to Philosophy*. New York: Oxford University Press, 1995.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2001.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAKOFF, Robin T. Language and Woman's place. In: BUCHOLTZ, Mary (ed.). *Language and Woman's place: text and commentaries*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LITOSSELITTI, Lia. *Gender and Language: theory and practice*. London: Hodder Education, 2006.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. In: *Cadernos Pagu*, vol. 15, 2000, p. 15-38.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averbug; Clarisse Sieckenius de Souza. LTC, 1987.

MAKONI, Sifree; PENNYCOOK Alastair. Desinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, Sifree; PENNYCOOK Alastair (ed.). *Desinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007, 2007. p. 1-41

MAKONI, Sifree; MASHIRI Pedzisai. Critical Historiography: Does Language Planning in Africa Need a Construct of Language as Part of its Theoretical Apparatus? In: MAKONI, Sifree; PENNYCOOK Alastair (ed.). *Desinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007, 2007. p. 62-89

MAROUZEAU, J. *Lexique de la Terminologie Linguistique: Français, Allemand, Anglais, Italien*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1961.

MARTIN, Robert. Para entender a Linguística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MENESES, Maria Paula. Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Descente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MILLMAN, Marcia; KANTER, Rosabeth Moss. Introduction to another voice: Feminist perspectives on social life and social science. In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 15-28.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*, Tomo I (A-D). 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORAHAN-MARTIN, Jane. The personal and the political: Women using the Internet. *CyberPsychology and Behavior*, Smithfield, v.3, n. 5, 2000.

MOSCHKOVICH, Marília Barbara Fernandes Garcia. *Teto de vidro ou paredes de fogo? Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2012.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2007.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. Apresentação. In: _____. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2007. p. 7-11.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos, 184).

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de Rosário Gregolin; Vanice Sargentini; Cleudemar Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

PENNYCOOK Alastair. The Myth of English as an International Language. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK Alastair (ed.). *Desinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007, 2007. p. 90-115

PINTO, Joana Plaza. Práticas contra-disciplinares na produção do conhecimento linguístico. In: *XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística, I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SILEL)*, 2006, p. 1459-1464. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_505.pdf> Acesso em : 20 de fev. de 2013.

ROBINS, R.H. *Brève histoire de la linguistique: de Platon à Chomsky*. Trad. Maurice Borel. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

RUIVO, Maria da Conceição. A ciência tal se fala ou tal qual se diz? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Descendente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma

ciência pós-moderna. In: *Estud. av.*, vol.2, no.2, 1988, p. 46-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

SANTOS, Laymert Garcia dos. Quando o conhecimento tecnocientífico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

SANTOS, Maria Cecília Mac Dowel dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa "não inocente" com Donna Haraway. In: *Cadernos Pagu*, vol. 5, 1995, p. 43-72.

SCOTT, Joan. The evidence of experience. In: *Critical Inquiry*, vol. 17, n. 4, 1991, p. 773-797. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/1343743>>. Acessado em 28 de fev. de 02/2013.

SILVEIRA, Natália Alves Cardoso Orlandi. “Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”: Um estudo antropológico dos debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SPENDER, Dale. Extracts from Man Made Language. In: Cameron, Deborah (Org.). *The feminist critique of language: a reader*. 2a ed. (rev.). Nova York: Routledge, 1998. p. 93-99.

STOUT, Jane G.; DASGUPTA, Nilanjana. When He Doesn't Mean You: Gender-Exclusive Language as Ostracism. In: *Personality and Social Psychology Bulletin*. v. 36. n. 6. 2011, p. 757-769

SUNDERLAND, Jane. *Language and Gender: an advanced resource book*. London: Routledge, 2006.

TANNEN, Deborah. Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs.). *Linguagem, gênero,*

sexualidade: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VISVANATHAN, Shiv. Entre a cosmologia e o sistema: a heurística de uma imaginação dissidente. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Descendente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WEEDWOOD, Barbara. História concisa da Linguística. Trad. Marcos Bagno. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

XABA, Thokozani. Prática médica marginalizada: A marginalização e transformação das medicinas indígenas na África do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.4).

Blogueiras Feministas

ARRAES, Jarid. Cissexismo e Feminismo. In: *Blogueiras Feministas*. 22 de jul de 2012. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2012/07/cissexismo-e-o-feminismo/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

ATHAYDE, Thayz. A ditadura silenciosa. In: *Blogueiras Feministas*. 17 de dez. de 2010. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2010/12/a-ditadura-silenciosa/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

ATHAYDE, Thayz. Um guia para você que tem vergonha de se assumir feminista. In: *Blogueiras Feministas*. 25 de jul. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/07/guia-para-voce-assumir-como-feminista/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

AVANÇO, Karla. “Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar”. In:

Blogueiras Feministas. 23 de set. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/09/vozes-das-mulheres/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

AVELAR, Maíra. Como manter um homem loucamente apaixonado (bônus track). In: *Blogueiras Feministas*. 19 de mar. De 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/03/como-manter-um-homem-loucamente-apaixonado-bonus-track/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. O que é uma blogueiras feminista?. In: *Blogueiras Feminsitas*. 22 de out. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/blogueira-feminista/>>. Acesso em 17 de mar. de 2013.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Um ano de blog. In: *Blogueiras Feminsitas*. 28 de out. de 2011. Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/um-ano-de-blog/>> Acesso em 3 de jun. de 2012.

BRANCO, Carolina. A força das vadias. In: *Blogueiras Feministas*. 30 de jul. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/07/a-forca-das-vadias/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

CAETANO, Marcelo. Feminismo e a ‘neutralidade’. In: *Blogueiras Feminsitas*. 9 de set. de 2011. Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2011/09/feminismo-neutralidade/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

CAPELLA, Deh. Det Inlhes tão pequenos de tod@s nós – primeira tentativa de dar braçadas num tema-oceano. In: *Blogueiras Feminsitas*. 19 de dez. de 2010. Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2010/12/detalhes-nao-tao-pequenos-de-todas-nos-primeira-tentativa-de-dar-bracadas-num-tema-oceano/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

CAPELLA, Deh. Ano novo: resoluções a perder de vista. In: *Blogueiras Feminsitas*. 2 de jan. de 2011. Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/ano-novo-resolucoes-a-perder-de-vista/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

FAUST, Georgia. A tia solteirona. In: *Blogueiras Feministas*. 3 de jan. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/a-tia-solteirona/>>. Acesso em 28 de abr. de 2011.

FAUST, Georgia. Você tem que casar. In: *Blogueiras Feministas*. 24 de jan. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/voce-tem-que-casar/>>. Acesso em 28 de abr. de 2011.

FAUST, Georgia. Ninguém quer ser estuprada. In: *Blogueiras Feministas*. 13 de out. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/ninguem-quer-ser-estuprada/>>. Acesso em 30 de set. de 2012.

GAVENAS, Claudia. Mitos “femininos”: você acredita mesmo? In *Blogueiras Feministas*. 3 de jun. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/06/mitos-femininos-voce-acredita-mesmo/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

GOMES, Camilla de Magalhães. Mulher é desdobrável ou mal humorada, presente! In: *Blogueiras Feministas*. 15 de jan. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/mulherdesdobravel/>>. Acesso em 28 de abril de 2012.

GOMES, Camilla de Magalhães. Mulher é desdobrável 2 – ou – Puta? Presente! In: *Blogueiras Feministas*. 5 de fev. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/02/mulher-e-desdobravel-2-ou-puta-presente/>>. Acesso em 28 de abril de 2012.

GOMES, Camilla de Magalhães. A coerência no discurso e o herege sem graça. In: *Blogueiras Feministas*. 14 de maio de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/05/a-coerencia-no-discurso-e-o-herege-sem-graca/>>. Acesso em 30 de set de 2012.

GUEDES, Nessa. Mulheres da CampusParty: assumir o feminismo ou não? In *Blogueiras Feministas*. 30 de jan. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/mulheres-da-campusparty-assumir-o-feminismo-ou-nao/>>. Acesso em 28 de abril de 2012.

GUSMÃO, Liliane. Mitos femininos e os clássicos Disney. In: *Blogueiras Feministas*. 13 de jun. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/06/mitos-femininos-disney/>>. Acesso em: 28 de abr. de 2012.

GUSMÃO, Liliane. Feminismo e inclusão. In: *Blogueiras Feministas*. 12 de set. de 2012. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2012/09/feminismo-e-inclusao/>>

Acesso em 30 de set. de 2012.

LOPES, Bárbara. Gênero neutro. In: *Blogueiras Feministas*. 5 de jan. de 2011. Disponível em: < http://blogueirasfeministas.com/2011/01/genero_neutro/> Acesso em 30 de set. de 2012.

LOPES, Bárbara. Conversa com a ministra Iriny Lopes. In: *Blogueiras Feministas*. 19 de out. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/iriny-lopes/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

MAIA CAT. Por um movimento consistente. In: *Blogueiras Feminsitas*. 15 de dez. de 2010. Disponível em < <http://blogueirasfeministas.com/2010/12/por-um-movimento-consistente/>> Acesso em 3 de jun. de 2012.

MOSCOU, Mari. Feminista, eu???? >>> Cadê o feminismo daqui? In: *Blogueiras Feministas*. 19 de jan. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/feminista-eu- cade-o-feminismo-daqui/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

MOSCOU, Mari. “Mulheres” são brancas; “Mulheres negras” são negras. In: *Blogueiras Feministas*. 30 de ago. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/mulheres-brancas-negras/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

PENEDO, Paula. Infância e o desrespeito masculino. In: *Blogueiras Feministas*. 2 de fev. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/02/infancia-e-o-desrespeito- masculino/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

POLAZ, Karen. Não desista do feminismo. In: *Blogueiras Feministas*. 17 de out. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/nao-desista-do-feminismo/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

RODRIGUES, Marjorie. O mais importante sobre a Slutwalk. In: *Blogueiras Feministas*. 4 de maio de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/05/o-marketing-cyber- medieval/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

SARA JOKER. Não, sempre quer dizer não! In: *Blogueiras Feministas*. 16 de out. de 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/10/nao/>>. Acesso em: 30 de set. de 2012.

SEMÍRAMES, Cynthia. Dominar os homens? O impacto de uma mentira sobre o feminismo. In: *Blogueiras Feministas*. 5 de jun. de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/06/dominar-os-homens-o-impacto-de-uma-mentira-sobre-feminismo/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

SEMÍRAMES, Cynthia. Feminista não tem vida pessoal? In: *Blogueiras Feministas*. 3 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/07/mito-feminista-nao-tem-vida-pessoal/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.

SEMÍRAMIS, Cynthia. Primeiro aniversário do Grupo “Blogueiras Feministas”. In: *Cynthia Semíramis: Feminismos e direitos humanos*. 19 de out. de 2011. Disponível em: <<http://cynthiasemiramis.org/2011/10/19/primeiro-aniversario-do-grupo-blogueiras-feministas>> Acesso em 3 de jun. de 2012.

SRTA. BIA. Slutwalk – A marcha das vadias. In: *Blogueiras Feministas*. 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/05/slutwalk-marcha-vadias/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

SRTA. BIA; NEPOMUCENO, Luciana. O amor, esse romântico. In: *Blogueiras Feministas*. 6 de jun. de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/06/o-amor-esse-romantico/>> Acesso em 28 de abr. de 2011.

VIEIRA, Amanda. Vamos plantar diversidade no movimento. In: *Blogueiras Feministas*. 17 de nov. de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/11/diversidade/>> Acesso em 30 de set. de 2012.

VIEIRA, Amanda. (2011) Por um marco regulatório que dê voz às feministas! In: *Blogueiras Feministas*. 15 de jun. de 2011. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/06/marco-regulatorio-voz-as-feministas/>>. Acesso em 28 de abr. de 2012.